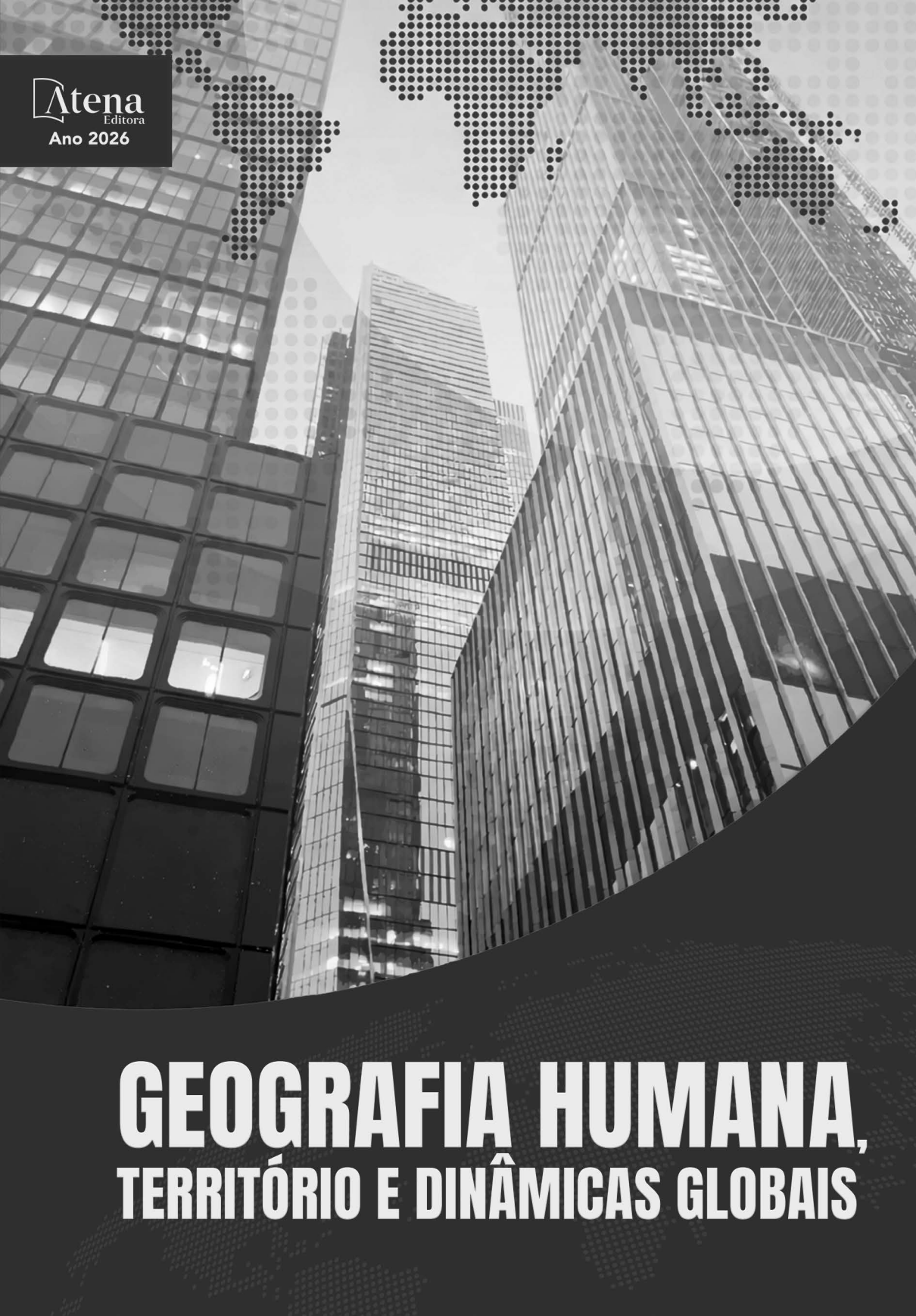


Atena Editora
Ano 2026

GEOGRAFIA HUMANA, TERRITÓRIO E DINÂMICAS GLOBAIS



Atena Editora
Ano 2026

GEOGRAFIA HUMANA, TERRITÓRIO E DINÂMICAS GLOBAIS

2026 by Atena Editora
Copyright © 2026 Atena Editora
Copyright do texto © 2026, o autor
Copyright da edição © 2026, Atena Editora
Os direitos desta edição foram cedidos à Atena Editora pelo autor.
Open access publication by Atena Editora

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira Scheffer
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Yago Raphael Massuqueto Rocha

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

A Atena Editora mantém um compromisso firme com a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, assegurando que os padrões éticos e acadêmicos sejam rigorosamente cumpridos. Adota políticas para prevenir e combater práticas como plágio, manipulação ou falsificação de dados e resultados, bem como quaisquer interferências indevidas de interesses financeiros ou institucionais.

Qualquer suspeita de má conduta científica é tratada com máxima seriedade e será investigada de acordo com os mais elevados padrões de rigor acadêmico, transparência e ética.

O conteúdo da obra e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade, são de responsabilidade exclusiva do autor, não representando necessariamente a posição oficial da Atena Editora. O download, compartilhamento, adaptação e reutilização desta obra são permitidos para quaisquer fins, desde que seja atribuída a devida autoria e referência à editora, conforme os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Os trabalhos nacionais foram submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial da editora, enquanto os internacionais passaram por avaliação de pareceristas externos. Todos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Geografia humana, território e dinâmicas globais

| Organização:
Atena Editora

| Revisão:
Os autores

| Diagramação:
Jeniffer Paula dos Santos
Nataly Gayde
Thamires Gayde

| Capa:
Yago Raphael Massuqueto Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia humana, território e dinâmicas globais / Organização de Atena Editora. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-3933-2
DOI https://doi.org/10.22533/at.ed.332261201

1. Geografia. I. Atena Editora (Organização). II. Título.

CDD 910

Atena Editora
+55 (42) 3323-5493
+55 (42) 99955-2866
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CONSELHO EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Ariadna Faria Vieira – Universidade Estadual do Piauí
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Cirênio de Almeida Barbosa – Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Cláudio José de Souza – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Fabrício Moraes de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Glécilla Colombelli de Souza Nunes – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof. Dr. Sérgio Nunes de Jesus – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 1

GEOGRAFIA E SAÚDE EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: SANEAMENTO E VULNERABILIDADE NOS DSEIS ALTO RIO PURUS E ALTO RIO JURUÁ

Araújo Santana Da Rocha
Yasmim Cavalcante Bezerra
Weslley Dos Santos Bezerra
Tuã Victor Damasceno Brandão Shanenawa
Anderson Azevedo Mesquita

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612011

CAPÍTULO 2 19

O surgimento das favelas nas cidades brasileiras sob a perspectiva da Geografia

Josué Mario de Oliveira
Robson Jeremias
Luiz Alberto Nogueira Machado
Joel Porto Alves
Dircelene Teixeira do Nascimento
Rafael Aljona Ortega
Douglas Leonardo de Lima
Denise Normino de Oliveira
Evandro Ferigato
Paulo Alexandre Pereira

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612012

CAPÍTULO 3 30

Resiliencia territorial y monitoreo socioecológico: un enfoque geoespacial basado en el modelo PEIR para el Santuario del Agua y Forestal del Río San Lorenzo, Estado de México

Francisco Zepeda Mondragón
Miguel Eduardo García Reyna
Yered Gybram Canchola Pantoja
Juan Carlos Garatachia Ramírez
Martín Sauerwein

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612013

SUMÁRIO

CAPÍTULO 4 41

Cultura e espacialidade na Geografia Rural[1]

Maryna Vieira Martins Antunes

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612014

CAPÍTULO 5 50

Organização espacial e refuncionalização de distritos municipais: Jamaica e Jaciporã (Dracena-SP)[1]

Maryna Vieira Martins Antunes

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612015

CAPÍTULO 6 60

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUAS TIPOLOGIAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CIDADES PLANEJADAS, NÃO PLANEJADAS E COLONIAIS

Leonoura Katarina Santos

Alex Lourenço dos Santos

Cristiany Barbosa Ferreira Resende

Patrícia Francisca de Matos

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612016

CAPÍTULO 7 84

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA TRAJETÓRIA DE MEDIAÇÃO DIDÁTICA E SOCIOAMBIENTAL ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A PÓS-GRADUAÇÃO

Leonoura Katarina Santos

Alex Lourenço Dos Santos

Cristiany Barbosa Ferreira Resende

Patrícia Francisca De Matos

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612017

SUMÁRIO

CAPÍTULO 8 103

ENTRE CAMPOSAMAZÔNICOS: ENTRARNAFRONTEIRADAS AMAZÔNIASINTERAMERICANAS

Geórgia Pereira Limaw

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612018

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA E SAÚDE EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS: SANEAMENTO E VULNERABILIDADE NOS DSEIS ALTO RIO PURUS E ALTO RIO JURUÁ

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612011

Araújo Santana Da Rocha
Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

Yasmim Cavalcante Bezerra
Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

Weslley Dos Santos Bezerra
Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

Tuã Victor Damasceno Brandão Shanenawa
Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

Anderson Azevedo Mesquita
Docente de Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC)

Resumo: Este estudo analisa as condições de saneamento básico e o acesso à água potável nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá, no estado do Acre, sob a perspectiva da Geografia da Saúde e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 6, 10 e 11). A metodologia adotou uma abordagem quali-quantitativa, utilizando dados secundários da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) referentes a 2025, além de informações do IBGE e FUNAI, processados no software Jamovi 2.6. Os resultados evidenciam profundas desigualdades territoriais: o DSEI Alto Rio Purus apresenta um cenário crítico, onde 67% das aldeias não possuem abastecimento de água institucionalizado, dependendo inclusive de caminhões-pipa, fator correlacionado à alta mortalidade por doenças de veiculação hídrica, como diarreia e gastroenterite. O DSEI Alto Rio Juruá, embora em situação relativamente melhor, ainda possui 48% das aldeias sem infraestrutura adequada. Conclui-se que a vulnerabilidade sanitária nestes territórios é sistêmica e reflete falhas históricas nas políticas públicas, demandando intervenções estruturais urgentes e territorializadas para garantir a segurança hídrica e a saúde dessas populações.

Palavras-chave: Geografia da Saúde. Saneamento Básico. Saúde Indígena. Amazônia. Vulnerabilidade Socioambiental.

INTRODUÇÃO

A Geografia da Saúde permite compreender como fatores ambientais, territoriais e socioespaciais influenciam os processos de saúde e doença. No contexto indígena, essa relação torna-se ainda mais evidente devido às condições diferenciadas de acesso ao saneamento, ao abastecimento de água, à infraestrutura de saúde e às dinâmicas demográficas próprias desses territórios. Desenvolvida para analisar as interações entre o espaço geográfico e os processos de adoecimento e cuidado das populações, a Geografia da Saúde é, segundo Barcellos (2008), uma área que ultrapassa a mera descrição da distribuição espacial das doenças, incorporando determinantes ambientais, sociais e territoriais. Essa perspectiva busca suprir a lacuna de análises que considerem, além dos aspectos biológicos, os contextos socioambientais em que os indivíduos vivem, permitindo compreender de que modo o território condiciona o perfil epidemiológico das populações.

Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar as condições de saneamento básico das populações indígenas atendidas pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá. Esses DSEIs, localizados no estado do Acre, abrangem dezenas de aldeias distribuídas em áreas de difícil acesso, o que acentua vulnerabilidades sanitárias e epidemiológicas. A análise integrada dos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) permite identificar padrões espaciais, compreender desigualdades territoriais e orientar ações de vigilância em saúde no âmbito da Geografia da Saúde. Além disso, o estudo busca: (I) Caracterizar o perfil populacional indígena dos dois DSEIs; (II) Avaliar a situação do saneamento básico e os tipos de abastecimento de água nas aldeias;

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão das relações entre o espaço geográfico, as condições ambientais e os processos de saúde e adoecimento constitui um eixo central para a análise das desigualdades em saúde. Nesse contexto, a Geografia da Saúde consolida-se como um campo do conhecimento voltado à investigação não apenas da distribuição espacial das doenças, mas, sobretudo, dos fatores sociais, ambientais e territoriais que condicionam os padrões epidemiológicos das populações. Conforme destaca Barcellos (2008, p. 25), trata-se de um campo que busca compreender "**como o espaço participa da produção da saúde e da doença**", superando abordagens centradas exclusivamente na dimensão biológica do adoecimento.

Ao reconhecer o território como uma construção histórica e social, a Geografia da Saúde compreende que o espaço não é neutro, mas resultado de relações de poder, de acesso desigual a recursos e de políticas públicas seletivas. Nessa perspectiva,

Santos (2000, p. 63) afirma que "o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence", o que reforça a necessidade de considerar as especificidades socioculturais e territoriais dos povos indígenas nas análises em saúde.

A Geografia da Saúde articula contribuições da geografia física e da geografia humana para compreender como elementos naturais, infraestruturais e socioeconômicos interagem na produção da saúde coletiva. Seu desenvolvimento histórico está associado, especialmente, à intensificação de agravos à saúde em áreas urbanas e periféricas, fenômeno que evidenciou os limites das análises puramente descritivas da distribuição das doenças e reforçou a necessidade de abordagens integradas, capazes de subsidiar o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas mais eficazes (Benaduce; Perehouskei, 2007). No âmbito amazônico, essa abordagem torna-se ainda mais relevante diante da complexidade ambiental, da dispersão populacional e das desigualdades históricas que marcam os territórios indígenas.

Nesse sentido, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem um importante marco analítico para a compreensão das vulnerabilidades socioambientais que incidem sobre a saúde indígena. O ODS 6, que visa garantir a disponibilidade e o manejo sustentável da água e do saneamento para todos, assume papel central ao reconhecer o acesso à água potável e ao saneamento como direitos humanos fundamentais (ONU, 2015). Contudo, a realidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) do estado do Acre evidencia um distanciamento significativo entre esse compromisso global e sua efetivação territorial.

Dados oficiais indicam que **51,4% da população indígena do DSEI Alto Rio Purus** e **34,3% do DSEI Alto Rio Juruá** não dispõem de fornecimento institucionalizado de água, o que evidencia o descumprimento das metas 6.1 e 6.2 justamente em territórios marcados por elevada vulnerabilidade socioambiental. Essa carência obriga as comunidades indígenas a dependerem de fontes superficiais, como rios e igarapés, ou, em situações extremas, do abastecimento emergencial por caminhão-pipa, estratégias que não asseguram regularidade nem controle sanitário adequado.

Como consequência, observa-se a intensificação de agravos relacionados à veiculação hídrica. A ausência de infraestrutura hídrica adequada obriga as comunidades indígenas a dependerem de fontes superficiais, como rios e igarapés, frequentemente sujeitas à contaminação, ou, em situações críticas, do abastecimento emergencial por caminhão-pipa, que não assegura regularidade nem controle sanitário. Essa precariedade reflete-se de forma contundente nos indicadores de saúde: no DSEI Alto Rio Purus, a **diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível configuraram-se como a principal causa de óbitos nos anos de**

2020 e 2021 (BRASIL, 2024, p. 17). Esses dados evidenciam que a deficiência no acesso à água segura não se limita a uma carência infraestrutural, mas constitui um fator estruturante da mortalidade evitável, reforçando a urgência de intervenções territoriais permanentes.

O ODS 10, que propõe a redução das desigualdades dentro dos países e entre eles, oferece uma lente crítica para a interpretação das disparidades socioespaciais que estruturam a saúde indígena. Alinhado à abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS), esse objetivo permite compreender que as vulnerabilidades observadas nos DSEIs não são resultado de falhas técnicas isoladas, mas expressões de um processo histórico de produção desigual do espaço e de distribuição assimétrica das políticas públicas (Buss; Pellegrini Filho, 2007). Essas desigualdades manifestam-se de forma concreta na estrutura demográfica das populações indígenas, uma vez que as pirâmides etárias dos DSEIs revelam disparidades significativas na longevidade e na expectativa de vida. No Alto Rio Purus, observa-se um estreitamento acentuado das faixas etárias acima dos 30 anos, indicando maior mortalidade na vida adulta quando comparado ao Alto Rio Juruá, o que pode ser associado às condições ambientais adversas e à baixa cobertura de serviços essenciais.

O ODS 11, por sua vez, ao propor a construção de assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, amplia a análise para além do espaço urbano, aplicando-se também aos territórios indígenas amazônicos. Esse objetivo destaca a necessidade de garantir infraestrutura básica e serviços essenciais em qualquer forma de ocupação humana, considerando as especificidades territoriais, culturais e ambientais (ONU, 2015; Santos, 2000). No caso dos DSEIs do Acre, a dispersão territorial, o isolamento geográfico e os desafios logísticos dificultam a implementação de políticas públicas contínuas, especialmente nas áreas de saneamento e abastecimento de água. Dados indicam que **67% das aldeias do DSEI Alto Rio Purus** e **48% das aldeias do DSEI Alto Rio Juruá** não possuem acesso adequado a saneamento e água, o que compromete diretamente a sustentabilidade e a resiliência desses territórios.

Diante desse cenário, o saneamento básico assume centralidade como determinante social e ambiental da saúde. Reconhecido como um dos principais fatores de promoção da saúde e prevenção de doenças em escala populacional, o saneamento exerce influência direta sobre a qualidade de vida e a redução das iniquidades em saúde (Buss; Pellegrini Filho, 2007). No contexto indígena amazônico, a precariedade dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário revela uma desconexão entre os territórios vividos e os marcos legais nacionais, como a Lei nº 11.445/2007, além dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. A inexistência de infraestrutura sanitária institucionalizada em grande parte das aldeias produz um ambiente de elevada vulnerabilidade epidemiológica, especialmente para doenças de transmissão hídrica.

Os dados de morbimortalidade dos DSEIs evidenciam que o saneamento inadequado não constitui apenas um problema técnico ou logístico, mas um fator diretamente associado à mortalidade evitável, profundamente relacionado à qualidade ambiental e às políticas territoriais. Assim, a análise do saneamento básico, articulada aos ODS e à Geografia da Saúde, permite compreender que a promoção da saúde indígena exige abordagens integradas, capazes de enfrentar as desigualdades socioespaciais e de reconhecer o território como elemento central na produção da saúde e da doença.

Dessa forma, o saneamento básico consolida-se como um determinante social e ambiental central na análise da saúde indígena. Sua ausência compromete a qualidade ambiental, intensifica a exposição a agentes patogênicos e contribui para a ocorrência de doenças evitáveis, como evidenciado pelos dados de morbimortalidade nos DSEIs da Amazônia Ocidental. Ao integrar os aportes da Geografia da Saúde, dos Determinantes Sociais da Saúde e dos ODS, este referencial teórico sustenta a compreensão de que a promoção da saúde indígena exige políticas públicas territorializadas, intersetoriais e comprometidas com a redução das desigualdades socioespaciais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de dados secundários disponibilizados pela Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), incluindo informações sobre a população indígena por aldeia no ano de 2025, condições de saneamento básico e formas de abastecimento de água. A escolha desses dados dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo o ODS 6 (Água Potável e Saneamento), que orientam ações globais voltadas à garantia de serviços de saúde adequados e ao acesso universal à água segura.

Os dados obtidos no portal do Ministério da Saúde Indígena foram inicialmente organizados e refinados no Google Planilhas, etapa necessária para padronizar variáveis e garantir integridade ao conjunto de informações. Após esse procedimento, foram exportados em formato CSV e analisados no software Jamovi 2.6, onde foram aplicadas estatísticas descritivas. Essa fase quantitativa possibilitou examinar relações entre saneamento e abastecimento de água.

A dimensão territorial da pesquisa foi construída por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), permitindo compreender como características espaciais influenciam o acesso aos serviços essenciais. Essa abordagem dialoga com o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), uma vez que evidencia desigualdades estruturais que marcam o cotidiano dos povos indígenas e afetam diretamente seus indicadores de saúde.

Além do tratamento estatístico, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos científicos, livros e documentos institucionais, consultados principalmente por meio do Google Acadêmico. Esse levantamento teórico, centrado nas áreas de Geografia da Saúde, saúde indígena e estudos sobre território, possibilitou contextualizar os resultados e reforçar a compreensão de que saúde, ambiente e infraestrutura são dimensões interdependentes.

A adoção de uma abordagem quali-quantitativa permitiu associar a precisão dos dados numéricos à interpretação contextual dos fenômenos, resultando em uma análise mais abrangente. Conforme discutem Dourado e Ribeiro (2023), ao citarem Galvão, Pluye e Ricarte (2018), métodos qualitativos oferecem descrições detalhadas e contextualizadas de fenômenos complexos, enquanto abordagens quantitativas possibilitam examinar associações entre variáveis e realizar inferências estatísticas. A integração dessas perspectivas mostrou-se essencial para compreender como fatores socioambientais, estruturais e territoriais influenciam as condições de saúde dos povos indígenas, em consonância com os princípios dos ODS que orientam esta investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) são unidades gestoras descentralizadas que compõem o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), o qual está integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com o Brasil (2021), os DSEI têm a responsabilidade de estruturar e fornecer a atenção básica de saúde diretamente às comunidades e territórios indígenas em todo o país. A organização desses serviços considera um ambiente etnocultural dinâmico, sendo definida por fatores geográficos, populacionais e de gestão. O principal objetivo dos DSEI é coordenar um conjunto de intervenções técnicas para garantir uma atenção à saúde organizada e de alta qualidade. Para isso, cada DSEI trabalha na reestruturação da rede de assistência e das práticas de saúde, além de executar as atividades administrativas e gerenciais necessárias, sempre com a participação ativa do Controle Social.

O Brasil (2018) indica que existem 34 DSEI atualmente, distribuídos estrategicamente conforme a ocupação indígena, ultrapassando os limites político-administrativos estaduais. A estrutura de atendimento desses distritos inclui Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), Polos Base e Casas de Saúde Indígena (CASAI). Este trabalho focará especificamente nos DSEI Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus. Conforme informações do BRASIL (2025), o DSEI Alto Rio Juruá atende a aproximadamente 160 aldeias distribuídas em 25 Terras Indígenas localizadas em oito municípios. Por sua vez, o DSEI Alto Rio Purus abrange cerca de 90 aldeias em sete Terras Indígenas espalhadas por quatro municípios. como demonstra o mapa abaixo

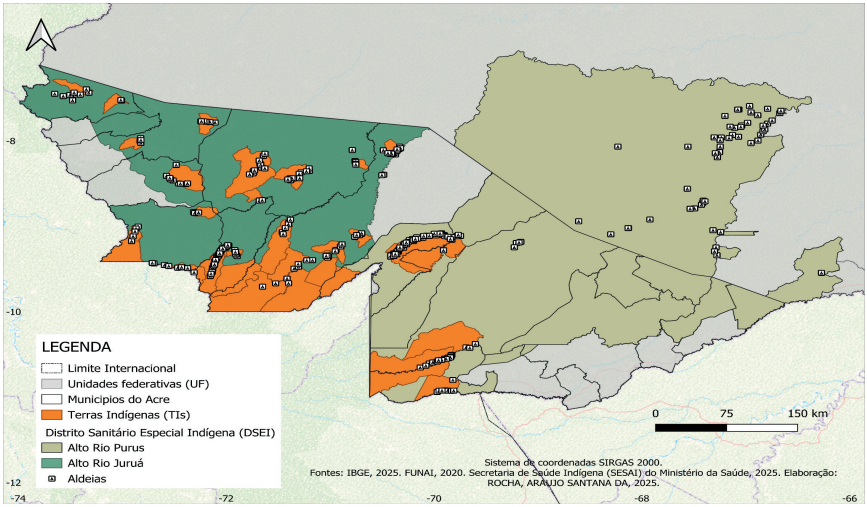


Figura 01: mapa DSEI com localização das terras indígenas

Fonte: dos autores, 2025

A análise dos dados SIASI/SESAI/MS (extração: 11/2025) do Alto Rio Juruá, A população indígena analisada apresenta um perfil marcadamente jovem, com predomínio de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos, indicando alta natalidade e forte renovação demográfica. As faixas de 15 a 34 anos mantém números elevados e equilibrados entre os sexos, compondo o segmento mais ativo das comunidades e revelando continuidade no crescimento populacional. A partir dos 35 anos há redução gradual, embora ainda exista presença significativa de adultos até os 50 anos, o que sugere melhorias no acesso à atenção básica de saúde.

Entre os idosos, a diminuição é mais acentuada, refletindo desafios históricos relacionados a condições sanitárias, doenças crônicas e vulnerabilidades socioambientais; ainda assim, observa-se maior longevidade feminina nas idades avançadas. No conjunto, o perfil etário indica uma população em expansão, majoritariamente jovem, com implicações diretas para políticas públicas voltadas à saúde, educação, proteção territorial e valorização das práticas tradicionais de cuidado. como vemos na figura a seguir

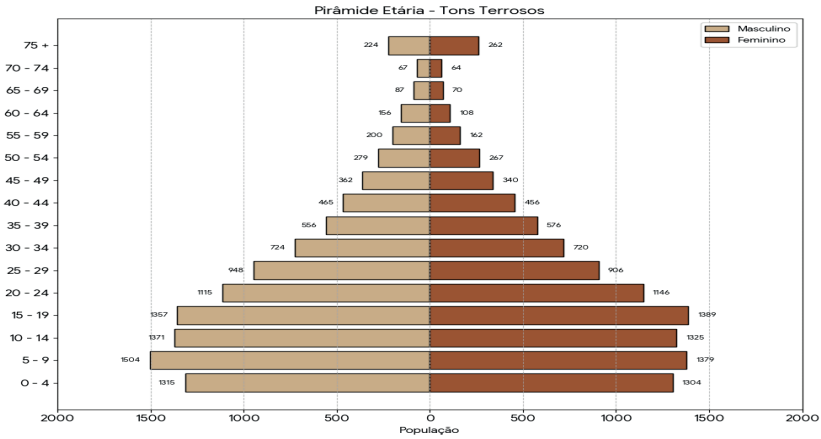


Figura 02: População Indígena Alto Rio Juruá - SESAI

Fonte: SIASI/SESAI/MS Data da extração dos dados: 25/11/2025

A pirâmide etária do DSEI Alto Rio Juruá apresenta uma base extremamente larga, indicando altas taxas de natalidade e forte presença de crianças/adolescentes, coerente com o modo de vida tradicional. Observa-se redução progressiva da população adulta (25-39 anos), possivelmente devido à mobilidade espacial (saúde, educação, trabalho, extrativismo), reforçando o território indígena como espaço de circulação constante. A queda acentuada após os 50 anos reflete condições ambientais e desafios históricos (acesso limitado à saúde, doenças, longas distâncias), com maior presença feminina nas idades avançadas. O perfil demográfico revela um território jovem, dinâmico e com fortes desigualdades no envelhecimento. Isso aponta a urgência de políticas públicas focadas em saúde materno-infantil, saneamento, proteção territorial e estratégias para ampliar a longevidade, respeitando as especificidades amazônicas. A demografia é chave para orientar ações que fortaleçam a autonomia das comunidades.

A distribuição populacional entre os Polos Base revela concentração significativa em três áreas principais: Feijó (4.994 indígenas), Tarauacá (4.888) e Jordão (4.470), que juntos reúnem a maior parte da população indígena atendida na região. Esses polos se destacam como centros estratégicos tanto pela dimensão territorial quanto pela presença de aldeias numerosas e demograficamente dinâmicas. Na sequência, Marechal Thaumaturgo (3.185) apresenta um contingente intermediário, indicando uma rede de comunidades expressiva, embora menor que a dos três polos de maior concentração. Já Mâncio Lima (2.043) representa um polo com população significativa, porém mais dispersa territorialmente, característica comum da região do Vale do

Juruá. Os polos com menor número de habitantes indígenas são Cruzeiro do Sul (951) e Porto Walter (673), que apresentam populações mais reduzidas, possivelmente associadas à menor densidade de aldeias, maior dispersão geográfica e características socioculturais específicas das etnias atendidas.

A pirâmide etária do DSEI Alto Rio Purus revela uma população extremamente jovem, com forte concentração nas faixas de 0 a 14 anos e presença expressiva até os 24 anos. Esse padrão indica altas taxas de natalidade e fecundidade, onde a reprodução social das famílias é ampla, mas enfrenta limitações estruturais impostas pelo isolamento geográfico, pela insuficiência da assistência básica contínua e pelas fragilidades logísticas no atendimento à infância. A base larga da pirâmide pressiona por políticas de saúde preventiva, educação escolar indígena e proteção alimentar, especialmente em um território onde longos deslocamentos fluviais dificultam o acesso aos serviços públicos.

Ao avançar para as faixas adultas, observa-se um estreitamento importante, sobretudo após os 30 anos, sugerindo mortalidade adulta precoce e possível saída de jovens em direção aos centros urbanos regionais em busca de atendimento de saúde, renda ou escolarização continuada. A presença reduzida de pessoas acima de 65 anos evidencia uma expectativa de vida limitada, resultado de vulnerabilidades históricas e ambientais: doenças infecciosas endêmicas, baixa cobertura de média e alta complexidade, pressões externas como invasões territoriais e atividades ilegais que afetam a segurança e a integridade territorial. Assim, o Alto Rio Purus mantém um perfil demográfico jovem, porém marcado por uma fragilidade na vida adulta e na longevidade, exigindo políticas territorializadas que priorizem a redução da mortalidade precoce, o fortalecimento da atenção primária e a garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas.

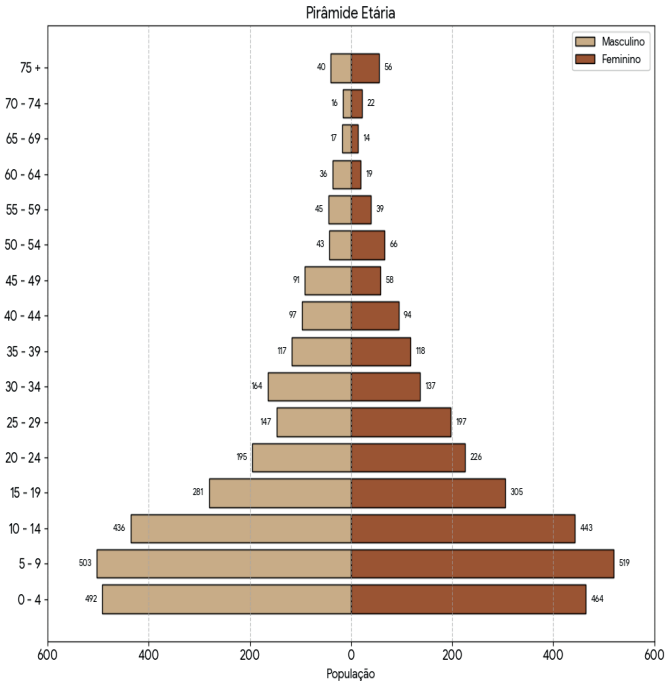


Figura 03: População Indígena Alto Rio Purus

Fonte: SIASI/SESAI/MS Data da extração dos dados: 25/11/2025

O território atende quatro municípios e conta com um total de 90 aldeias distribuídas entre os Polos Base. A população indígena está concentrada principalmente nos polos de Santa Rosa, que possui 2.389 indígenas, e Assis Brasil, com 2.049 pessoas. Os polos de Manoel Urbano e Sena Madureira apresentam, respectivamente, 843 e 216 indígenas. Ao todo, são sete terras indígenas que compõem essa área de abrangência.

A análise dos dados de 2023 do Painel de Fornecimento e Monitoramento da Qualidade da Água da SESAI, com foco nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Alto Rio Juruá e Alto Rio Purus, evidencia significativas desigualdades no acesso à água potável e na manutenção das infraestruturas de saneamento básico nas terras indígenas do Acre. Sob a ótica da Geografia da Saúde, esses indicadores revelam como fatores ambientais, territoriais e técnico-operacionais são determinantes na conformação do perfil sanitário das populações indígenas na região.

O DSEI Alto Rio Juruá apresenta 159 aldeias e 18.812 indígenas, dos quais 6.456 (34,3%) vivem em aldeias sem fornecimento registrado pela SESAI. Isso corresponde a 48% das aldeias sem infraestrutura de abastecimento (SAA/SAC) ou abastecimento por caminhão-pipa, conforme definidos nos conceitos operacionais do painel. Embora significativo, esse percentual é menor quando comparado ao DSEI vizinho, sugerindo que o Juruá dispõe de uma rede mínima de sistemas capazes de atender parte da população indígena. Não há, segundo os dados, registro de aldeias abastecidas exclusivamente por caminhão-pipa, o que aponta para a ausência dessa modalidade emergencial ou para alternativas locais consolidadas de acesso à água.

Já no DSEI Alto Rio Purus, a situação demonstra maior vulnerabilidade hídrica e sanitária. O território possui 164 aldeias e 11.299 habitantes, sendo que 5.810 indígenas (51,4%) residem em aldeias sem fornecimento institucionalizado. Esse número corresponde a 67% das aldeias, o indicador mais crítico entre os dois distritos. Além disso, o Purus é o único que registra uso de abastecimento por caminhão-pipa: 1,2% das aldeias dependem dessa modalidade e 277 pessoas são abastecidas exclusivamente dessa forma. Na classificação oficial, o abastecimento por caminhão-pipa é considerado forma não estrutural e emergencial, indicando falhas, colapso ou inexistência de sistemas regulares.

Do ponto de vista da Geografia da Saúde, as desigualdades identificadas entre os DSEIs Acreanos não podem ser compreendidas apenas como falhas técnicas, mas como expressões da produção desigual do espaço e das políticas públicas. O alto percentual de aldeias sem infraestrutura no Purus (67%) e a elevada população sem fornecimento formal no Juruá (6.456 pessoas) revelam territórios marcados por precarização histórica, dependência de fontes superficiais e exposição a riscos sanitários, sobretudo doenças relacionadas à água, como diarreias infecciosas, hepatites e parasitoses.

Os dados mostram um aumento expressivo no total de casos de DDA, passando de 547 em 2022 para 1.080 em 2023, o que representa o maior número no período analisado, superando inclusive os 669 casos de 2021. É crucial notar que o ano de 2023 foi marcado pela segunda maior cheia histórica na região, um fator que pode ter contribuído para a elevação desses números.

Em termos da distribuição dos casos por Polo Base, observa-se que Jordão apresentou a maior incidência em 2021, com 248 registros, e voltou a figurar entre os polos com maior número de casos em 2023, totalizando 236 ocorrências, apesar da expressiva redução observada em 2022, quando foram contabilizados apenas 11 casos. O Polo Base de Tarauacá evidenciou um crescimento significativo ao longo do período analisado, passando de 92 casos em 2021 para 279 em 2023, configurando o maior valor registrado no último ano. De modo semelhante, Porto

Walter e Marechal Thaumaturgo também apresentaram aumentos expressivos em 2023, com 152 e 155 casos, respectivamente. Em contrapartida, Cruzeiro do Sul demonstrou uma tendência de redução contínua, atingindo em 2023 o menor quantitativo do período, com 43 casos.

Esse cenário de elevação do número total de casos em 2023, conforme apresentado na Tabela, pode ser compreendido à luz dos eventos de enchentes, inundações e alagamentos ocorridos em diversos municípios da região. Segundo o Plano Estadual de Contingência do Acre, são estabelecidas diretrizes voltadas ao enfrentamento desses eventos, com ênfase na mitigação dos riscos à saúde pública (ACRE, 2021). Tais eventos, regionalmente conhecidos como "alagações", conforme analisado por Mesquita (2015). tendem a intensificar a vulnerabilidade sanitária das populações afetadas, contribuindo para o aumento da incidência de doenças de veiculação hídrica, como a Doença Diarreica Aguda.

Polo Base / Aldeia	2021	2022	2023
Cruzeiro do Sul	142	121	43
Feijó	146	73	168
Jordão	248	11	236
Mâncio Lima	9	37	47
Marechal Thaumaturgo	–	59	155
Porto Walter	32	220	152
Tarauacá	92	26	279
Total	669	547	1.080

TABELA: Casos de Doença Diarreica Aguda (DDA) por Polo Base – DSEI Alto Rio Juruá, 2021 a 2023

FONTE: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde Indígena. Plano Distrital de Saúde Indígena – DSEI ALTO RIO JURUÁ, 2024-2027.

De acordo com o relatório do SIASI de 2023, foram registradas notificações de doenças associadas à falta de higiene e saneamento nos diferentes Polos Base no ano de 2021. Os casos de DDA predominaram, com o Polo Base de Jordão registrando o maior número, com 248 notificações. Este foi seguido pelo polo de Feijó, que teve 146 casos, e pelo polo de Cruzeiro do Sul, que contabilizou 142 casos ao longo do ano (BRASIL, 2024, p. 27)

No DSEI Alto Rio Purus, o ano com a maior taxa de mortalidade geral foi 2020, atingindo 6,80 por mil habitantes, conforme apresentado na Tabela abaixo. No que se refere às principais causas de mortalidade, observa-se que a diarreia e gastroenterite

de origem infecciosa presumível foi a causa com maior número de óbitos em 2020 (14 óbitos) e 2021 (5 óbitos). Em 2022, por sua vez, destacaram-se as outras mortes súbitas de causa desconhecida, que representaram o maior número de registros (8 óbitos) no período analisado (BRASIL, 2024, p. 17).

Causa de Óbito	2020	2021	2022
Diarreia e gastroenterite de origem infecciosa presumível	14	5	7
Outras mortes súbitas de causa desconhecida	5	2	8
Parada cardíaca não especificada	7	2	1
COVID-19, vírus identificado (casos confirmados por critério laboratorial)	5	3	1
Pneumonia viral não especificada	1	1	6
Pneumonia não especificada	2	1	4
Choque hipovolêmico	–	2	2

Tabela - Causas de mortalidade geral de indígenas no DSEI e Taxa de mortalidade geral por ano, 2020 a 2022

FONTE: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Saúde Indígena. Plano Distrital de Saúde Indígena – DSEI ARP, 2024-2027

Os dados demonstram que os dois DSEIs apresentam vulnerabilidades estruturais no acesso à água potável, mas o Alto Rio Purus configura o quadro mais crítico, enquanto o Alto Rio Juruá tem melhor desempenho relativo, possivelmente influenciado por maior investimento na formação local de agentes indígenas. Esses resultados evidenciam a importância de políticas territorializadas, contínuas e participativas para a garantia do direito humano à água e à saúde no contexto indígena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que as condições de saneamento básico constituem um eixo estruturante das vulnerabilidades sanitárias enfrentadas pelos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Alto Rio Purus e Alto Rio Juruá, no estado do Acre. Ao articular os aportes da Geografia da Saúde, dos Determinantes Sociais da Saúde e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foi possível demonstrar que o acesso desigual à água potável e ao saneamento não se configura como uma falha pontual de gestão, mas como expressão de processos históricos de produção desigual do território e de exclusão sistemática dessas populações das políticas públicas estruturantes.

Os dados quantitativos analisados reforçam a materialidade dessa desigualdade socioespacial. A elevada proporção de populações indígenas sem acesso a sistemas institucionalizados de abastecimento de água (51,4% no DSEI Alto Rio Purus e 34,3% no DSEI Alto Rio Juruá) revela o distanciamento entre os compromissos assumidos no âmbito do ODS 6 e a realidade vivenciada nos territórios indígenas amazônicos. Essa precariedade infraestrutural impõe às comunidades a dependência de fontes superficiais de água, frequentemente contaminadas, ampliando a exposição a doenças de veiculação hídrica e comprometendo diretamente a qualidade de vida.

A associação entre saneamento inadequado e agravos à saúde mostrou-se evidente nos indicadores epidemiológicos, especialmente na recorrência de doenças diarreicas e gastroenterites de origem infecciosa presumível, que figuraram entre as principais causas de morbimortalidade nos DSEIs analisados.

A incorporação do ODS 10 permitiu ampliar a interpretação dessas vulnerabilidades, evidenciando que as desigualdades em saúde são socialmente produzidas e territorialmente mediadas. As disparidades observadas na estrutura etária e na longevidade das populações indígenas, sobretudo no DSEI Alto Rio Purus, indicam que as condições ambientais adversas, somadas à baixa cobertura de serviços essenciais, impactam de forma mais intensa a vida adulta, aprofundando ciclos intergeracionais de vulnerabilidade. Nesse sentido, a desigualdade em saúde não pode ser dissociada das desigualdades territoriais, econômicas e políticas que marcam a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas.

A análise à luz do ODS 11 reforçou que a noção de assentamentos humanos sustentáveis deve abranger também os territórios indígenas, reconhecendo suas especificidades socioculturais e ambientais. A ausência de infraestrutura mínima em grande parte das aldeias compromete a resiliência desses territórios frente aos riscos sanitários, ambientais e climáticos, evidenciando a necessidade de políticas públicas territorializadas, intersetoriais e sensíveis às dinâmicas amazônicas.

Dessa forma, este estudo reafirma a centralidade do território como categoria analítica fundamental para a compreensão da saúde indígena. A Geografia da Saúde mostrou-se um campo teórico-metodológico capaz de revelar as conexões entre espaço, políticas públicas e processos de adoecimento, contribuindo para uma leitura crítica das iniquidades sanitárias. Ao evidenciar que o saneamento básico é um direito humano sistematicamente negado em territórios indígenas, o trabalho aponta para a urgência de ações estruturais que superem intervenções pontuais e emergenciais.

Por fim, conclui-se que a promoção da saúde indígena exige o fortalecimento de políticas públicas comprometidas com a equidade, o respeito às territorialidades tradicionais e a participação efetiva das comunidades na formulação e implementação

das ações. Investimentos em saneamento básico, articulados a estratégias de vigilância em saúde, planejamento territorial e justiça socioambiental, constituem passos fundamentais para a redução das vulnerabilidades identificadas. Assim, garantir o acesso à água segura e ao saneamento nos territórios indígenas não é apenas uma meta técnica ou administrativa, mas um imperativo ético, social e territorial para a efetivação do direito à saúde e à vida digna.

REFERÊNCIAS

ACRE. Secretaria de Estado de Saúde. **Plano Estadual de Contingência para Enfrentamento de Desastre e Emergência em Saúde Pública por Enchentes, Inundações e Alagamentos**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Saúde, 2021. Disponível em: https://agencia.ac.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Estadual-de-Conting%C3%AAncia-para-Enfrentamento-de-Desastre-e-Emerg%C3%AAncia-em-Sa%C3%BAde-P%C3%BAblica-por-Enchentes-2021.docx. Acesso em: 15 dez. 2025.

ASSIS, Eliseu Miranda de; SANTOS, Emanuelle Marinho; FARIA, Márcia Cristina da Silva. The vulnerability of indigenous populations: water quality consumed by the Maxakali community, Minas Gerais, Brazil. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 265–275, 2020. Disponível em: [link incompleto]. Acesso em: 6 jan. 2026.

BARCELLOS, Christovam (org.). **A geografia e o contexto dos problemas de saúde**. Rio de Janeiro: ABRASCO; ICICT; EPSJV, 2008.

BARROS, Lucas França de et al. Desafios e oportunidades: a intersecção entre políticas de saúde, parasitologia e saúde ambiental em comunidades indígenas brasileiras. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. e1455, 2025. DOI: 10.23900/2359-1552v14n1-21-2025. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/1455. Acesso em: 6 jan. 2026.

BARROZO, Ligia Vizeu. Contribuições da cartografia aos estudos de geografia da saúde: investigando associações entre padrões espaciais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 27, p. 413–425, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde; Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Documento orientador da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (6ª CNSI)**. Brasília: CNS; SESAI, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/conferencias/6a-cnsi/publicacoes/documento-orientador-da-6a-cnsi.pdf. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ministério da Saúde Indígena: painéis e sistemas de informação em saúde indígena**. Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/minsi. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN Indígena: relatórios**. Brasília, 2022. Disponível em: https://sisaps.saude.gov.br/. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Dados de saúde indígena: indicadores demográficos, saneamento e vigilância nutricional**. Brasília, 2022–2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Estrutura dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei. Acesso em: 6 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Plano Distrital de Saúde Indígena – DSEI Alto Rio Juruá (2024–2027)**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **Plano Distrital de Saúde Indígena – DSEI Alto Rio Purus (2024–2027)**. Brasília, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. **População indígena – SESAI**. Dados extraídos do SIASI/SESAI/MS em 25 nov. 2025.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

BÜHLER, Helena Ferraz et al. Análise espacial de indicadores integrados determinantes da mortalidade por diarreia aguda em crianças menores de 1 ano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4131–4140, 2014. DOI: 10.1590/1413-812320141910.09282014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.09282014. Acesso em: 5 jan. 2026.

CALDAS, R. J. C. et al. Padrão espacial da malária em populações indígena e não indígena no estado do Pará. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, p. e76244, 2021.

CARLOS, E. A. Coimbra. Saúde e povos indígenas no Brasil: reflexões a partir do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição Indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p. 855–859, 2014. DOI: 10.1590/0102-311X00031214. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00031214. Acesso em: 5 jan. 2026.

CUNHA, Barbara Coelho Barbosa da; RAUPP, Ludimila. Infraestrutura de saneamento básico da população indígena urbana no Brasil: 2016 a 2019. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 16, e202120, 2022. DOI: 10.31406/relap2022.v16.e202120.

DOURADO, Simone; RIBEIRO, Ednaldo. Natureza da pesquisa: metodologia qualitativa e quantitativa. In: MAGALHÃES JÚNIOR, Carlos Alberto de Oliveira; BATISTA, Michel Corci (org.). **Metodologia da pesquisa em educação e ensino de ciências**. Maringá: Massoni, 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). **Terras indígenas: bases cartográficas e informações territoriais**. Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/funai/. Acesso em: 6 dez. 2025.

GARNELO, Luiza; BRANDÃO, Luiz Carlos; LEVINO, Antônio. Dimensões e potencialidades dos sistemas de informação geográfica na saúde indígena. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 634–640, 2005.

GOOGLE. **Google Planilhas**. [Software]. Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/. Acesso em: 6 dez. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malhas territoriais e dados populacionais**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 6 dez. 2025.

JAMOVI PROJECT. **Jamovi** (Version 2.6). [Software]. Sydney, 2024. Disponível em: https://www.jamovi.org/. Acesso em: 6 dez. 2025.

MESQUITA, Anderson Azevedo. **"Alagações": análise sobre a gestão de riscos em eventos de inundação no município de Rio Branco-AC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2015.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/. Acesso em: 6 dez. 2025.

PENA, J. L.; HELLER, L. Saneamento e saúde indígena: uma avaliação na população Xakriabá, Minas Gerais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 13, n. 1, p. 63–72, 2008.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. Geografia da saúde e as concepções sobre o território. **Gestão & Regionalidade**, v. 23, n. 68, p. 34–44, 2007.

RAUPP, L. et al. Saneamento básico e desigualdades de cor/raça em domicílios urbanos com presença de crianças menores de 5 anos, com foco na população indígena. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00058518, 2019.

ROCHA, Diogo Ferreira da; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; PACHECO, Tania. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999–2014). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 383–392, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018242.27972016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAKSER ZORZI, S. et al. Análise espaço-temporal dos casos de tuberculose na população indígena do estado do Paraná. **Varia Scientia – Ciências da Saúde**, v. 4, n. 1, p. 40–49, 2018. DOI: 10.48075/vscs.v4i1.18574.

SILVA, Reijane Pinheiro da; DOURADO, Denise Gomes. Saneamento e saúde em terras indígenas. **Tellus**, v. 19, n. 40, p. 103–122, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i40.616.

WISCHNESKI, Andrew Georg et al. Aspectos socioambientais da Terra Indígena Kwatá e morbimortalidade por doenças diarreicas em idosos Munduruku no estado do Amazonas, Brasil. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL REDE UNIDA**, 13., 2018. Anais […]. Porto Alegre: Rede Unida, 2018. v. 4, supl. 1.

CAPÍTULO 2

O surgimento das favelas nas cidades brasileiras sob a perspectiva da Geografia

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612012

Josué Mario de Oliveira
0009-0006-5852-3711
Especialista em Gestão de Pessoas

Robson Jeremias
0000-0002-1372-8514
Doutorando em Eng. de Produção

Luiz Alberto Nogueira Machado
0009-0000-8171-3106
Especialista em Liderança e Tecnologia 5.0

Joel Porto Alves
0009-0000-9220-3371
Doutorando em Eng. de Produção

Dircelene Teixeira do Nascimento
0009-0002-6580-5224
Mestra em Desenvolvimento Humano

Rafael Aljona Ortega
0009-0000-7392-9935
Mestre em Eng. de Produção

Douglas Leonardo de Lima
0000-0002-3868-1222
Mestre em Eng. de Produção

Denise Normino de Oliveira
0009-0003-6546-1422
MBA Gestão Financeira

Evandro Ferigato
0000-0003-2044-1324
Mestre em Adminsitração

Paulo Alexandre Pereira
0000-0002-4612-9737
Mestre em Eng. de Produção

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de pesquisar o surgimento das favelas nas cidades brasileiras através do olhar da Geografia, pesquisando os fatores históricos, sociais e espaciais que influenciaram a sua formação. Esta pesquisa foi exploratória, com revisão bibliográfica, caracterizando uma pesquisa qualitativa, usando como base os escritos de autores como Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik e Henri Lefebvre. A pesquisa busca mostrar que o processo de favelização está diretamente ligado à urbanização excludente, à falta de políticas públicas de habitação e à segregação socioespacial. As favelas, embora marcadas por infraestrutura precária e vulnerabilidade social, também são espaços de resistência, identidade cultural e organização comunitária. A abordagem geográfica permite ver as favelas como parte integrante do território urbano, demonstrando a necessidade de políticas públicas inclusivas. O artigo contribui para o debate sobre justiça territorial e reforça o papel da Geografia na construção de cidades mais equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação socioespacial, urbanização, direito à cidade.

The emergence of favelas in Brazilian cities from a geographical perspective

ABSTRACT: This article aims to investigate the emergence of favelas in Brazilian cities through the lens of Geography, examining the historical, social, and spatial factors that influenced their formation. This research was exploratory, with a literature review, characterizing a qualitative study, using as its basis the writings of authors such as Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik, and Henri Lefebvre. The study seeks to show that the process of favela formation is directly linked to exclusionary urbanization, the lack of public housing policies, and socio-spatial segregation. Favelas, although marked by precarious infrastructure and social vulnerability, are also spaces of resistance, cultural identity, and community organization. The geographical approach allows us to see favelas as an integral part of urban territory, demonstrating the need for inclusive public policies. The article contributes to the debate on territorial justice and reinforces the role of Geography in building more equitable cities.

KEYWORDS: Sociospatial segregation, urbanization, right to the city.

El surgimiento de las favelas en las ciudades brasileñas desde una perspectiva geográfica

RESUMEN: Este artículo busca investigar el surgimiento de las favelas en las ciudades brasileñas desde la perspectiva de la Geografía, examinando los factores históricos, sociales y espaciales que influyeron en su formación. Esta investigación, de carácter exploratorio y con una revisión bibliográfica, se caracterizó por un estudio cualitativo, basándose en los escritos de autores como Valladares, Milton Santos, Raquel Rolnik y Henri Lefebvre. El estudio busca demostrar que el proceso de formación de las favelas está directamente vinculado a la urbanización excluyente, la falta de políticas públicas de vivienda y la segregación socioespacial. Las favelas, si bien se caracterizan por la precaria infraestructura y la vulnerabilidad social, también son espacios de resistencia, identidad cultural y organización comunitaria. El enfoque geográfico permite considerar las favelas como parte integral del territorio urbano, lo que demuestra la necesidad de políticas públicas inclusivas. El artículo contribuye al debate sobre la justicia territorial y refuerza el papel de la Geografía en la construcción de ciudades más equitativas.

PALABRAS CLAVE: Segregación socioespacial, urbanización, derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

Segundo estudos de autores como Milton Santos, a partir do século XX, a criação das cidades no Brasil, sofreu profundas desigualdades sociais e espaciais. O surgimento das favelas é um dos fenômenos mais visíveis dessa urbanização excludente. Que, além de gerar formas de moradias precárias, demonstrou uma clara evidência da segregação socioespacial presente nas grandes cidades.

O estudo das favelas, sob a ótica da Geografia, permite compreender como o espaço urbano é produzido, apropriado e transformado por diferentes grupos sociais, revelando as contradições entre o crescimento econômico e a justiça territorial. (VALLADARES, 2005).

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o surgimento das favelas nas cidades brasileiras, destacando os fatores históricos, sociais e geográficos que contribuíram para sua formação.

A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica, com base em autores como Milton Santos, Raquel Rolnik e Henri Lefebvre, além de dados estatísticos do IBGE e estudos de caso em áreas urbanas específicas.

A importância deste tema está na necessidade de compreender as dinâmicas territoriais que perpetuam a exclusão social e espacial, bem como refletir sobre políticas públicas que possam promover uma urbanização mais justa e inclusiva.

Segundo Valladares (2005), a favela foi construída historicamente como uma categoria social e espacial, marcada por associações com a pobreza, a informalidade e a marginalidade urbana.

Neste contexto citado por Valladares, podemos ver uma opinião que traz o entendimento de que as favelas surgiram quase que de forma intencional, gerando uma categoria social e espacial onde os pobres e os marginalizados pela sociedade podem viver, um local onde pessoas, por não conseguirem se enquadrar nos padrões de uma sociedade, são obrigadas a morar e viver. Desta forma, por serem amontoados de seres humanos e muitas vezes afastados da rotina da vida urbana das classes mais bem-sucedid*as,* sofrem todo tipo de situação, que vão desde a dificuldade de ter acesso aos serviços públicos até todo tipo de preconceito. Segundo Santos

> [...] O espaço é um conjunto de sistemas de objetos e de ações, e é nele que se revelam as contradições da sociedade. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos define o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações

> [...] Sistemas de objetos: são os elementos materiais e técnicos que compõem o espaço, como estradas, prédios, celulares, redes elétricas. Sistemas de ações: são as práticas sociais, econômicas e políticas que dão sentido e função a esses objetos como o uso da internet, o transporte urbano, o consumo, o trabalho. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos afirma que as contradições sociais se revelam no espaço. Isso significa que:

> [...] O espaço não é neutro: ele reflete desigualdades, disputas de poder, exclusões e privilégios. Em uma sociedade desigual, o espaço também será desigualmente ocupado e estruturado. Por exemplo, bairros ricos têm infraestrutura de qualidade, enquanto periferias enfrentam carência de serviços básicos. Essa diferença materializa a contradição social. (SANTOS, 1996, p. 51).

Milton Santos propõe uma Geografia que não apenas observa, mas denuncia e propõe caminhos para uma sociedade mais justa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo das favelas como fenômeno urbano exige uma abordagem geográfica que considere a produção do espaço, a segregação socioespacial e as relações de poder que moldam o território.

Segundo Milton Santos, o espaço geográfico é resultado da ação humana sobre o meio, sendo constantemente transformado pelas práticas sociais e econômicas.

Nesse sentido, as favelas representam uma forma de produção do espaço marcada pela exclusão e pela resistência.

Milton Santos (1996) defende que o espaço urbano é resultado das ações humanas sobre o território, sendo moldado pelas relações sociais, econômicas e políticas. Para o autor, a cidade não se resume a um conjunto físico de construções, mas representa as desigualdades e contradições da sociedade que a produz.

A concepção de espaço urbano proposta por Milton Santos revela uma abordagem crítica e profundamente social da cidade. Para o autor, o espaço não é apenas um conjunto físico de construções, mas sim o resultado das ações humanas sobre o território, moldado pelas relações sociais, econômicas e políticas. Essa perspectiva permite compreender que as cidades são os reflexos das desigualdades e contradições da sociedade que as produz. Assim, a configuração urbana com suas áreas centrais bem estruturadas e periferias carentes evidencia os conflitos de classe, os interesses do capital e a exclusão sistemática de parcelas da população.

Ao reconhecer o espaço como produto social, Santos (1996) convida à reflexão sobre a responsabilidade coletiva na construção de cidades mais justas e inclusivas.

Henri Lefebvre, em sua obra *O Direito à Cidade*, argumenta que o espaço urbano deve ser apropriado por todos os cidadãos, e não apenas pelos interesses do capital. As favelas, embora marginalizadas, são expressões legítimas da luta por moradia e por pertencimento urbano.

> [...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Ele pode apenas ser formulado como um direito à vida urbana, transformada, renovada. (LEFEBVRE, 1968, p. 100)

> [...] A cidade é uma obra, uma obra de arte, que deve ser apropriada por seus habitantes. (LEFEBVRE, 1968, p. 134)

> [...] O espaço urbano deve ser apropriado por todos os cidadãos, e não apenas pelos interesses do capital. (LEFEBVRE, 1968, p. 135)

Henri Lefebvre inaugura uma visão profundamente transformadora da cidade: ela não é apenas um lugar físico, mas um espaço social que deve ser vivido, recriado e apropriado coletivamente. O "direito à cidade" é, para ele, um direito à participação ativa na produção do espaço urbano — um direito à vida, à criação e à transformação.

David Harvey, ao retomar esse conceito, afirma que:

> [...] O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade. (HARVEY, 2012, p. 23).

Harvey radicaliza a proposta ao inserir o debate no contexto da acumulação capitalista. Para ele, a urbanização moderna é um mecanismo de absorção do excedente de capital, moldando cidades para atender aos interesses do mercado, e

não das pessoas. Assim, a luta pelo direito à cidade torna-se uma luta contra a lógica neoliberal que privatiza o espaço urbano e exclui os mais pobres.

Já Raquel Rolnik, urbanista e pesquisadora brasileira, destaca que a ausência de políticas públicas de habitação e a lógica especulativa do mercado imobiliário contribuem diretamente para o crescimento das ocupações informais.

> [...] O crescimento das favelas está diretamente relacionado à ausência de políticas públicas de habitação e ao modelo de urbanização que favorece os interesses do mercado imobiliário. [...] A informalidade urbana surge como uma resposta da população excluída diante da falta de acesso ao espaço formal da cidade. (ROLNIK, 1997, p. 45).

Essa citação de Raquel Rolnik é uma crítica à lógica excludente que conduz a urbanização nas grandes cidades brasileiras. Ela revela que o crescimento das favelas não é fruto de uma "desordem" espontânea. É uma consequência direta da omissão do Estado em garantir o direito à moradia digna e da priorização dos interesses do mercado imobiliário.

A Geografia Urbana, portanto, oferece ferramentas para compreender como as favelas se inserem na dinâmica das cidades, revelando as contradições entre o planejamento urbano formal e a realidade vivida por milhões de brasileiros. A análise do território, da paisagem e das redes urbanas permite identificar os fatores que perpetuam a desigualdade e apontar caminhos para uma urbanização mais inclusiva.

HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS FAVELAS

As favelas no Brasil surgem devido à ausência de políticas públicas para a promoção e financiamento de habitação popular e a concentração de renda de parte de algumas classes sociais. Estes fatores aliados a super valorização dos imóveis na cidade, causado pela lei da oferta e procura e pela especulação imobiliária, contribuíram para que uma porcentagem importante da população fossem empurradas para áreas periféricas e de difícil acesso, porque nessas essas áreas a moradias era mais barata, quando não era de graça, ou seja, as pessoas por não conseguirem comprar um imóvel regulamentado na cidade invadiam terrenos e áreas até impróprias para a habitação e construíam casas precárias para que pudessem ter onde habitar.

Como afirma o geógrafo Milton Santos, "a cidade é o lugar da realização da cidadania, mas também da negação da cidadania". Essa contradição revela como o espaço urbano brasileiro, ao mesmo tempo que deveria garantir direitos, acaba por reproduzir desigualdades e marginalizar aqueles que não conseguem acessar o mercado formal de moradia.

O período pós-abolição da escravatura, em 1888, foi muito importante. Com o fim da escravidão, milhões de pessoas negras foram libertas sem qualquer tipo de respaldo do Estado, como moradia, emprego ou inclusão social. Sem acesso à terra ou à cidade formal, muitos passaram a ocupar terrenos baldios ou encostas de morros, dando início a formas precárias de habitação, que cresceram em número e formaram grandes aglomerados que a partir daí receberam o nome de favela.

Segundo Valladares (2005), o termo "favela" foi historicamente construído como uma categoria social e espacial associada à pobreza e à marginalidade, reforçando estigmas que ainda persistem na sociedade brasileira.

O termo "favela" surgiu no final do século XIX, após a Guerra de Canudos (1896–1897). Soldados que participaram do conflito foram alojados no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, e passaram a chamar o local de "Morro da Favela", em referência a uma planta comum na região de Canudos. Com o tempo, o nome passou a designar os assentamentos informais que se multiplicavam nos morros cariocas.

"O nome do morro, explica o autor, devia-se a uma planta comum por ali, as favelas, 'anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais pelos tabaréus…'". (EUCLIDES CUNHA, 2002).

Segundo Rolnik (1997), a favela surgiu como alternativa habitacional para os excluídos do espaço urbano formal, sendo consequência direta da ausência de políticas públicas de moradia e da exclusão social.

Durante o século XX, o êxodo rural intensificou-se com a industrialização e a promessa de melhores condições de vida nas cidades. No entanto, o crescimento urbano foi desordenado e não acompanhado por investimentos em infraestrutura e habitação. A população migrante, sem recursos para acessar o mercado formal, passou a construir suas próprias moradias em áreas não planejadas, muitas vezes em locais de risco ambiental.

Milton Santos (1996) argumenta que o espaço urbano é produto das relações sociais e econômicas, e que as favelas representam uma forma de apropriação territorial por populações excluídas do planejamento oficial das cidades.

A urbanização acelerada, aliada à especulação imobiliária e à ausência de planejamento inclusivo, consolidou o processo de favelização como uma característica estrutural das grandes cidades brasileiras. As favelas tornaram-se espaços de resistência, identidade e luta por direitos, mas também de vulnerabilidade e exclusão.

O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO

O processo de favelização é resultado direto da urbanização excludente que caracteriza muitas cidades brasileiras. Trata-se da ocupação informal de áreas urbanas por populações que, historicamente, foram marginalizadas pelo Estado e pelo mercado imobiliário.

Como aponta Rolnik (1997), essa informalidade não é aleatória, mas uma resposta legítima à ausência de políticas públicas de habitação, à desigualdade socioeconômica e à lógica especulativa que domina o planejamento urbano.

Com o crescimento acelerado das cidades, especialmente a partir da década de 1950, milhões de pessoas migraram do campo para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida. No entanto, a infraestrutura urbana não acompanhou esse crescimento populacional. Sem acesso à moradia formal, essas populações passaram a ocupar terrenos vazios, encostas de morros e áreas de risco ambiental, dando origem às favelas.

Valladares (2005) observa que a favela foi construída como uma categoria social e espacial associada à pobreza, à informalidade e à marginalidade urbana, reforçando estigmas que dificultam sua integração plena à cidade.

Do ponto de vista geográfico, a favelização revela a segregação socioespacial das cidades. As favelas geralmente se localizam em áreas periféricas, distantes dos centros econômicos, ou em locais de difícil acesso e vulneráveis a desastres naturais. Essa distribuição espacial reforça a exclusão social, dificultando o acesso a serviços básicos como saúde, educação, transporte e saneamento. Milton Santos (1987) destaca que a cidade é simultaneamente o lugar da realização e da negação da cidadania, evidenciando as contradições do espaço urbano brasileiro.

De acordo com estudo do IPEA (2002), o crescimento das favelas nas cidades brasileiras entre 1980 e 2000 foi mais intenso do que o crescimento populacional geral. O processo de favelização se concentrou nas periferias urbanas, revelando que cidades com maior desigualdade de renda tendem a apresentar maior número de favelas.

Além disso, o processo de favelização é marcado pela autoconstrução das moradias, muitas vezes sem qualquer assistência técnica ou planejamento. Essa prática, embora precária, demonstra a capacidade de organização e resistência das comunidades, que criam redes de solidariedade e formas próprias de gestão do território.

A Geografia Urbana permite compreender esse processo como uma produção desigual do espaço, onde o território é disputado entre interesses privados, políticas públicas e necessidades populares.

A favelização, portanto, não é apenas um problema social, mas uma expressão concreta das contradições do modelo de desenvolvimento urbano vigente.

CARACTERÍSTICAS DAS FAVELAS

Com relação à sua localização, as favelas geralmente se desenvolvem em áreas periféricas e de difícil acesso, como encostas de morros, margens de rios e terrenos não valorizados pelo mercado imobiliário. Essa ocupação territorial está diretamente ligada à ausência de políticas públicas de habitação e à segregação socioespacial que empurra populações de baixa renda para fora dos centros urbanos.

Carolina Maria de Jesus, em sua obra *Quarto de Despejo*, retrata a favela como um espaço marcado pela escassez, mas também pela solidariedade e pela luta cotidiana. A autora descreve com sensibilidade a realidade dos moradores, revelando que, mesmo diante da pobreza extrema, há dignidade e resistência nas relações sociais estabelecidas nesses territórios (JESUS, 1960).

Grande parte das favelas apresenta deficiências em serviços básicos como saneamento, abastecimento de água, coleta de lixo, energia elétrica e transporte público. A informalidade na construção das moradias dificulta o acesso a esses serviços, agravando os problemas de saúde pública e qualidade de vida.

As moradias são, em sua maioria, construídas pelos próprios moradores, sem assistência técnica ou planejamento urbano. Essa autoconstrução revela a criatividade e a resiliência das comunidades, mas também resulta em construções irregulares e vulneráveis a desastres naturais, como deslizamentos e enchentes. A atividade econômica nas favelas é marcada pela informalidade.

Muitos moradores trabalham como autônomos, vendedores ambulantes ou prestadores de serviços locais. Essa economia paralela é essencial para a sobrevivência das famílias, mas também evidencia a exclusão do mercado formal de trabalho.

Apesar das dificuldades, as favelas são espaços ricos em cultura, identidade e resistência. Manifestações artísticas como o funk, o rap, o samba e o grafite são expressões da vivência nesses territórios.

Além disso, movimentos sociais e organizações comunitárias atuam na defesa de direitos e na melhoria das condições de vida. As favelas são frequentemente alvo de estigmatização por parte da sociedade e da mídia, que as associam à violência e à criminalidade. Essa visão distorcida contribui para a marginalização dos moradores e dificulta a implementação de políticas públicas eficazes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de entender como surgiram as favelas nas cidades brasileiras, considerando os aspectos históricos, sociais e espaciais. Para isso, foram reunidas ideias e reflexões de autores que se dedicaram a estudar a cidade e suas desigualdades, como Carolina de Jesus, Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Raquel Rolnik e Valladares.

Cada um desses pensadores contribui com uma visão única: Milton Santos nos ajuda a enxergar o espaço urbano como resultado das relações sociais; Lefebvre propõe que todos têm o direito de viver e transformar a cidade; Harvey aprofunda esse debate ao criticar a lógica do mercado na organização urbana; Rolnik denuncia a ausência de políticas públicas de habitação; e Valladares analisa como o termo "favela" carrega estigmas históricos.

As fontes utilizadas foram buscadas em plataformas acadêmicas como o Google Acadêmico, Periódicos Capes e bibliotecas digitais. Ao longo do texto, foram incluídas citações diretas e indiretas para dar suporte às análises e garantir que o conteúdo esteja bem fundamentado. Caracterizando assim a metodologia qualitativa.

Essa abordagem permite compreender as favelas não apenas como espaços de carência, mas também como territórios vivos, cheios de história, cultura e resistência. E, acima de tudo, reforça a importância de pensar em cidades mais justas, onde todos tenham voz e lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que o surgimento das favelas no Brasil não é fruto do acaso ou da desordem urbana, mas sim consequência direta de um modelo de urbanização excludente, marcado pela ausência de políticas públicas de habitação e pela lógica especulativa do mercado imobiliário.

A cidade, como nos mostram autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, David Harvey, Raquel Rolnik e Valladares, é um espaço social carregado de contradições onde se revelam tanto os direitos quanto as negações da cidadania.

As favelas são territórios de resistência, cultura e pertencimento. São espaços que expressam a luta cotidiana de milhões de brasileiros por moradia, dignidade e inclusão. Reconhecer isso é essencial para romper com estigmas históricos e construir uma visão mais justa e humana da cidade.

A Geografia Urbana, ao oferecer ferramentas para analisar o território, a paisagem e as redes sociais que compõem o espaço urbano, contribui para ampliar esse olhar.

Mais do que entender a favela como problema, é preciso enxergá-la como parte legítima do tecido urbano e, sobretudo, como ponto de partida para pensar políticas públicas que promovam o direito à cidade para todos.

As políticas públicas devem ser pensadas em todos os parâmetros de forma que gerem a inclusão social em todos os níveis. Trazendo políticas que tragam acesso a moradia digna, a segurança, a saneamento básico, educação, saúde.

Com a geração das favelas, esses direitos e outros direitos básicos foram suprimidos de uma grande parcela da população, uma vez que essas pessoas ficam fora da área urbana, onde os recursos públicos são acessíveis com maior facilidade.

REFERÊNCIAS

DA CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

GOOGLE. Google Tradutor. Disponível em: https://translate.google.com/. Acesso em: 31 ago. 2025.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora N-1, 2012.

IPEA. Favelas e dinâmica das cidades brasileiras. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2_29.pdf. Acesso em: 31 ago. 2025

JESUS, Carolina Maria de**. Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática, 1960.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville.** Paris: Anthropos, 1968.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.**

SANTOS, Milton**. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.**

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela: do mito de origem ao favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CAPÍTULO 3

Resiliencia territorial y monitoreo socioecológico: un enfoque geoespacial basado en el modelo PEIR para el Santuario del Agua y Forestal del Río San Lorenzo, Estado de México

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612013

Francisco Zepeda Mondragón
ORCID: 0000-0003-3297-7580

Miguel Eduardo García Reyna
ORCID: 0009-0005-9185-3264

Yered Gybram Canchola Pantoja
ORCID: 0000-0002-8153-1203

Juan Carlos Garatachia Ramírez
ORCID: 0000-0003-2603-4770

Martín Sauerwein
ORCID: 0000-0001-5824-4575

RESUMEN: El presente capítulo expone la integración de un sistema de monitoreo socioecológico apoyado en geotecnologías para el Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo, en el Estado de México. A partir del modelo Presión-Estado-Impacto-Respuesta (PEIR), se estructuró una base de datos geoespacial que permitió organizar información ambiental y socioeconómica bajo un mismo esquema de análisis. Sobre esta base, se desarrolló un *dashboard* geoespacial que facilita la visualización de los indicadores, permitiendo identificar patrones territoriales, reconocer zonas con mayores niveles de presión y contrastarlas con las condiciones del entorno y las acciones de respuesta implementadas. Esta integración no solo hizo posible concentrar información dispersa, sino también darle sentido dentro de una lógica territorial. Los resultados muestran que la articulación entre el modelo PEIR, los sistemas de información geográfica y las plataformas de visualización interactiva contribuye a una lectura más clara del territorio, favoreciendo procesos de monitoreo continuo y apoyando la toma de decisiones en contextos donde las dinámicas socioambientales son cada vez más complejas.

Palabras clave: Monitoreo socioecológico, Modelo PEIR, *Dashboard*.

Territorial Resilience and Socioecological Monitoring: A Geospatial Approach Based on the PEIR Model for the Water and Forest Sanctuary of the San Lorenzo River, State of Mexico

ABSTRACT: This chapter describes the implementation of a socio-ecological monitoring system supported by geotechnologies for the Water and Forest Sanctuary of the San Lorenzo River Sub-Basin in the State of Mexico. Based on the Pressure-State-Impact-Response (PSIR) model, a geospatial database was structured to organize environmental and socioeconomic information under a single analytical framework. On this basis, a geospatial *dashboard* was developed to facilitate the visualization of indicators, enabling the identification of territorial patterns, the recognition of areas with higher levels of pressure, and the comparison of these with environmental conditions and the response actions implemented. This integration not only made it possible to consolidate scattered information but also to make sense of it within a territorial framework. The results show that the integration of the PEIR model, geographic information systems, and interactive visualization platforms contributes to a clearer understanding of the territory, facilitating continuous monitoring processes and supporting decision-making in contexts where socio-environmental dynamics are increasingly complex.

Keywords: Socio-ecological monitoring, PEIR model, *Dashboard*.

INTRODUCCIÓN

Analizar un territorio como el del Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo implica reconocer que lo que ocurre en él no responde a un solo tipo de proceso. Por el contrario, se trata de un espacio donde las condiciones naturales y las actividades humanas se entrelazan de forma constante, generando cambios que no siempre son evidentes a primera vista, pero que terminan modificando su estructura con el paso del tiempo.

En este caso particular, su ubicación dentro de una región con fuerte influencia tanto de la Zona Metropolitana de la Ciudad de México como del corredor industrial del Valle de Toluca ha ido marcando su dinámica. Esto se traduce en presiones que van desde el cambio en el uso del suelo hasta la presencia de actividades productivas que, poco a poco, inciden en el equilibrio del sistema.

Ante este escenario, no basta con describir lo que se observa en el territorio en un momento determinado. Resulta más útil contar con herramientas que permitan entender cómo se están dando esos cambios y qué factores están detrás de ellos. Es en este punto donde el uso de indicadores socioecológicos cobra sentido, particularmente cuando se organizan bajo un esquema como el de Presión–Estado–Impacto–Respuesta (PEIR), ya que facilita relacionar las causas con sus efectos dentro del territorio.

Sin embargo, estructurar la información es solo una parte del proceso. El verdadero reto está en lograr que esa información pueda ser interpretada y utilizada. Por ello, el apoyo en geotecnologías, especialmente en Sistemas de Información Geográfica y plataformas de visualización, permite dar un paso adicional al integrar distintos tipos de datos en un mismo entorno.

A partir de este enfoque, el presente capítulo se centra en la construcción de un sistema de monitoreo basado en indicadores PEIR y en el desarrollo de un *dashboard* geoespacial, con el objetivo de ofrecer una forma más clara de leer la dinámica socioecológica del área de estudio y aportar elementos que respalden la toma de decisiones.

En el marco de esta investigación, es importante destacar la contribución sustantiva del LANCTIGESSR (Laboratorio Nacional Conahcyt de Tecnologías de la Información Geoespacial para los Sistemas Socioecológicos Resilientes) y del LANOT (Laboratorio Nacional del Observación de la Tierra Unidad Facultad de Geografía, cuya participación fue clave en el desarrollo metodológico, obtención de datos y la validación de los resultados obtenidos. Los laboratorios aportaron infraestructura geotecnológica, acceso a imágenes de satélite y datos geoespaciales, asesoría y orientación técnica en el procesamiento, análisis e interpretación de la información.

Resiliencia territorial y monitoreo socioecológico

El enfoque de sistemas socioecológicos permite comprender el territorio como una unidad compleja en la que interactúan procesos naturales y dinámicas sociales (Ostrom, 2009). Desde esta perspectiva, la resiliencia territorial se define como la capacidad de un sistema para absorber perturbaciones, adaptarse a cambios y mantener su funcionalidad (Folke, 2016).

En áreas naturales protegidas, esta resiliencia no depende únicamente de las condiciones biofísicas, sino también de factores como la organización social, las prácticas productivas y las políticas de gestión (Adger, 2000). En consecuencia, el monitoreo debe integrar indicadores que reflejen tanto el estado del ecosistema como las dinámicas sociales que lo afectan.

El monitoreo socioecológico, por tanto, se plantea como un proceso continúo orientado a la generación de información útil para la toma de decisiones, permitiendo identificar tendencias, riesgos y capacidades de adaptación del territorio (Biggs et al., 2015).

Geotecnologías aplicadas a la gestión ambiental

Las geotecnologías han transformado la forma en que se analiza el territorio, permitiendo integrar datos espaciales provenientes de diversas fuentes en entornos digitales (Goodchild, 2018). Los Sistemas de Información Geográfica (SIG) constituyen la base para este tipo de análisis, facilitando la superposición de capas y la identificación de patrones espaciales (Burrough et al., 2015).

Asimismo, el uso de sensores remotos ha permitido generar indicadores como el NDVI, que proporcionan información sobre el estado de la vegetación y su evolución en el tiempo (Pettorelli, 2013). Estos datos resultan fundamentales para evaluar procesos de degradación o recuperación ambiental.

En este contexto, los *dashboard*s geoespaciales representan una evolución en la forma de presentar la información, al integrar múltiples variables en plataformas interactivas que facilitan su interpretación (Rouse & Spoerri, 2021).

ÁREA DE ESTUDIO

El Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo se caracteriza por su importancia en la recarga hídrica y la conservación de ecosistemas forestales. Sin embargo, enfrenta presiones asociadas a actividades agrícolas, expansión urbana, incendios y cambios en el uso del suelo.

El área de estudio se localiza en la porción central del Estado de México, hacia el oriente de la cabecera municipal de Lerma, formando parte del sistema montañoso de la Sierra de las Cruces. Este espacio fue decretado como área natural protegida en el año 2006, abarcando una superficie aproximada de 12,657 hectáreas, distribuidas entre los municipios de Lerma, Ocoyoacac y Huixquilucan (Gaceta de Gobierno, 2006).

Desde el punto de vista hidrológico, el polígono se inserta en un contexto de subcuencas que delimitan su dinámica territorial: hacia el norte colinda con la subcuenca del Río Mayorazgo, mientras que al sur se vincula con la subcuenca del Arroyo Muerto-Ocoyoacac, lo que refuerza su relevancia en términos de captación y regulación hídrica.

En términos de localización geográfica, el área se encuentra comprendida entre los 19°25’32.50” y 19°16’38.47” de latitud norte, y alrededor de los 99°27’09.91” de longitud oeste, lo que la sitúa dentro de una zona de transición ecológica y territorial de alta complejidad (Figura 1).

Cabe destacar que la dinámica de este territorio no puede entenderse de manera aislada, ya que su cercanía con la Zona Metropolitana de la Ciudad de México y con el corredor industrial del Valle de Toluca ha influido de manera directa en sus

procesos de transformación. Esta condición ha favorecido el crecimiento económico regional, pero al mismo tiempo ha intensificado las presiones sobre el entorno natural, generando cambios importantes en el uso del suelo y en la estructura del paisaje (COESPO, 2017).

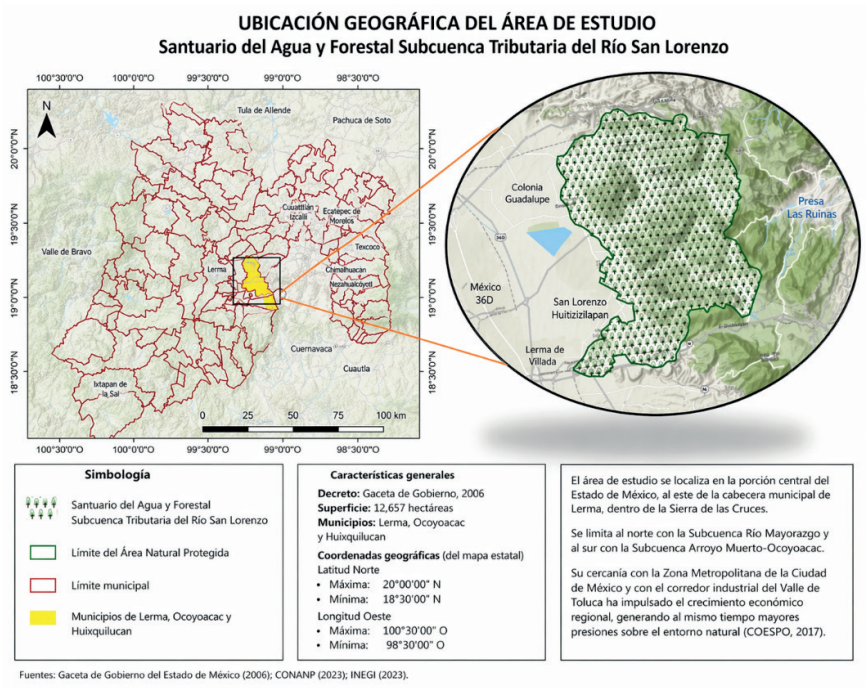


Figura 1. Ubicación geográfica del Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo

Sistema de monitoreo mediante indicadores.

Para poder entender con mayor claridad lo que está ocurriendo en el territorio, se optó por trabajar con un conjunto de indicadores socioecológicos organizados a partir del esquema Presión–Estado–Impacto–Respuesta (PEIR), el cual constituye una herramienta ampliamente utilizada en el análisis ambiental para establecer relaciones entre las actividades humanas y los cambios que se generan en el entorno (OECD, 2003). Más que tratarse únicamente de una forma de clasificar información, este enfoque permite ir leyendo el territorio como un sistema en constante movimiento, donde las presiones, las condiciones ambientales y las acciones de manejo se encuentran estrechamente vinculadas (Figura 2).

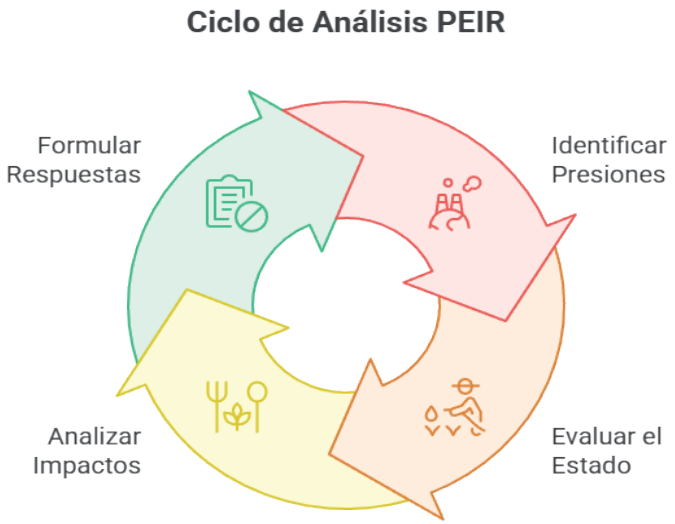


Figura 2. Esquema conceptual del modelo PEIR aplicado al estudio.

Fuente: Elaboración propia con base en la OECD, 2003.

Desde esta lógica, los indicadores de presión se enfocan en aquellos elementos que ejercen una influencia directa sobre el entorno. Aquí se incorporan procesos muy visibles en el territorio, como la apertura y expansión de vías de comunicación, el desarrollo de actividades agrícolas, la presencia recurrente de incendios o los cambios asociados a la deforestación. Todos ellos, en mayor o menor medida, van dejando huella en la forma en que se estructura el paisaje.

Por otro lado, los indicadores de estado permiten tener una especie de "fotografía" de cómo se encuentra el sistema en un momento determinado. En este caso, se consideran variables relacionadas con el uso de suelo, las condiciones climáticas, las características del suelo, la dinámica hidrológica y el comportamiento de la vegetación, este último apoyado en herramientas de percepción remota como el Índice de Vegetación Mejorado (EVI, por sus siglas en inglés), que proporciona métricas para conocer de forma precisa el estado de saludo de la vegetación.

A partir de estas dos dimensiones, los indicadores de impacto ayudan a identificar las consecuencias que se van acumulando en el territorio. No se trata solo de reconocer que existen presiones, sino de ver cómo estas se traducen en efectos concretos, como la pérdida de biodiversidad, la degradación de la cobertura vegetal o la presencia cada vez más frecuente de eventos como las sequías.

Finalmente, los indicadores de respuesta permiten incorporar el componente de gestión, es decir, qué se está haciendo frente a estas problemáticas. Aquí se consideran acciones como los programas gubernamentales o los esquemas de servicios ambientales, que buscan atender, contener o revertir los procesos de deterioro.

Visto en conjunto como se observa en la Tabla 1, este esquema no solo permite enlistar problemáticas o variables, sino entender cómo se conectan entre sí dentro del territorio. Esa lectura articulada es la que realmente aporta valor, ya que permite sustentar la toma de decisiones con una base más sólida y con una visión más acorde a la complejidad del sistema socioecológico analizado.

Tabla 1. Indicadores Socioecológicos utilizados en el análisis PEIR

Presión	Estado	Impacto	Respuesta
Vías de comunicación	Uso de suelo	Zonificación de vías de comunicación	Programas de gobierno
Incendios	Climatología	Incidencia de sequías	Servicios ambientales
Sequías	Edafología	Zonas quemadas	
Minería	Hidrología	Zonas de deforestación	
Agricultura	Uso de suelo y vegetación	Pérdida de biodiversidad	
Densidad de población	Localidades		
Marginación	AGEB		
Deforestación	Zonificación CEPANAF		
	Vías de comunicación		
	Drenajes hidrológicos		
	Mapa geomorfológico		
	NDVI		

Fuente: Elaboración propia con base en la metodología establecida para la realización del estudio.

Dashboard geoespacial como herramienta de gestión ambiental

El desarrollo del *dashboard* geoespacial no se planteó únicamente como un ejercicio de visualización, sino como un espacio de integración donde la información territorial adquiere sentido en conjunto. A partir de la estructura previamente organizada en la *geodatabase* bajo el enfoque Presión-Estado-Impacto-Respuesta (PEIR), fue posible concentrar en un mismo entorno distintos tipos de datos: i) vectoriales, ii) ráster y iii) tabulares, esto con la finalidad de vincularlos de manera funcional para su consulta y análisis.

En este sentido, el uso de ArcGIS Pro permitió consolidar la base de información a través de clases de entidad, tablas y relaciones, mientras que su publicación como servicios geoespaciales facilitó la construcción del *dashboard* como una interfaz accesible y dinámica. Esta transición, de una estructura de datos a una plataforma de visualización, resulta clave, ya que es ahí donde la información deja de ser únicamente técnica para convertirse en un insumo útil para la toma de decisiones (fig. 3).

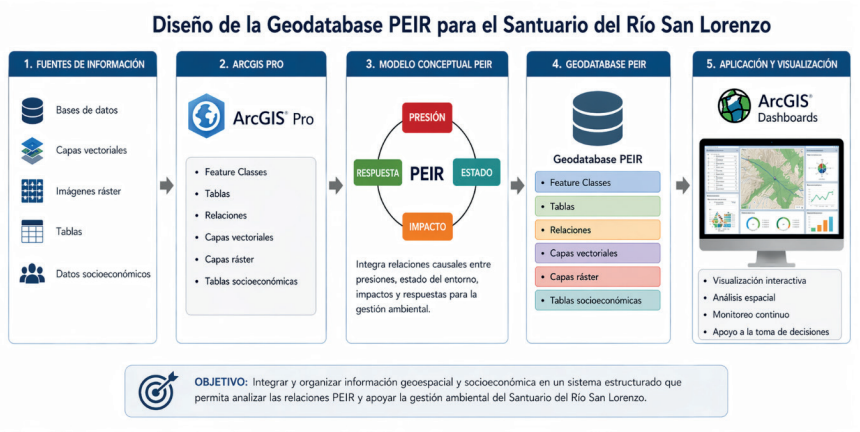


Figura 3. Interfaz del *dashboard* geoespacial.

Fuente: Elaboración propia con base en la metodología establecida para la realización del estudio, y la maquetación de la imagen se hizo con el apoyo de la aplicación Napkin IA.

Esta metodología permitió desarrollar el *dashboard*, mediante el cual es posible reconocer con mayor claridad la distribución espacial de las problemáticas, identificar zonas donde se concentran mayores niveles de presión y, al mismo tiempo, contrastarlas con las condiciones actuales del territorio y las acciones de respuesta implementadas. Esta lectura cruzada permite entender no solo dónde ocurren los fenómenos, sino cómo se relacionan entre sí.

Otro aspecto relevante es la posibilidad de mantener la información actualizada. Al estar vinculado a capas dinámicas, el sistema puede incorporar nuevos datos conforme estos se generan, lo que favorece un seguimiento continuo y evita depender de diagnósticos estáticos que rápidamente pierden vigencia. Esta condición resulta especialmente importante en territorios donde los cambios son constantes y las decisiones requieren basarse en información oportuna.

Además, el *dashboard* (fig. 4) facilita una interpretación más accesible de la información, no solo para perfiles técnicos, sino también para tomadores de decisiones e incluso actores locales. La organización visual de los indicadores, apoyada en mapas, gráficos y filtros interactivos, permite simplificar la complejidad sin perder el sustento analítico.

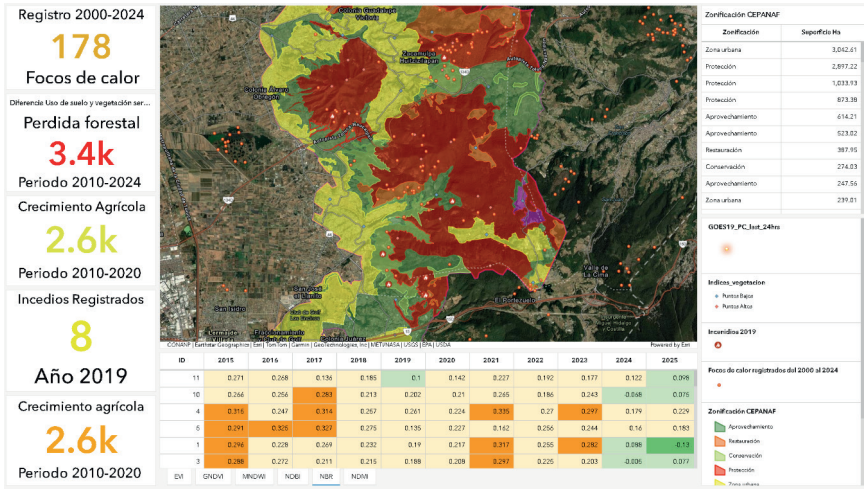


Figura 4: *Dashboard* para el Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo.

En contraste con los reportes tradicionales, donde la información suele presentarse de manera fragmentada, el *dashboard* integra y articula los datos en un mismo entorno, permitiendo pasar de la simple consulta a un análisis más integral. En este proceso, los datos dejan de ser únicamente registros para convertirse en conocimiento aplicado, lo que fortalece los procesos de gestión ambiental y favorece esquemas de toma de decisiones más informados y adaptativos (Few, 2006; Rouse & Spoerri, 2021).

CONCLUSIONES

El trabajo desarrollado permitió ordenar la información del territorio bajo una lógica que facilita entenderla en conjunto, no solo como una serie de datos aislados. El uso del modelo PEIR ayudó a establecer relaciones entre los distintos elementos que intervienen en el sistema, haciendo más evidente cómo las actividades humanas terminan reflejándose en cambios concretos en el entorno.

Uno de los puntos clave fue la construcción de la *geodatabase*, ya que ahí se logró concentrar información que normalmente se encuentra dispersa. Contar con una estructura organizada hizo posible trabajar los datos de forma más clara y sentó las bases para su posterior análisis.

A partir de ello, el *dashboard* geoespacial permitió dar un paso adicional, al convertir esa información en una herramienta de consulta más práctica. La posibilidad de visualizar los datos, identificar patrones y relacionar variables dentro de un mismo entorno facilita mucho la lectura del territorio, sobre todo cuando se trata de espacios donde los procesos no son lineales.

También se hizo evidente que analizar este tipo de áreas únicamente desde lo ambiental resulta limitado. Incorporar variables sociales permitió tener una visión más completa, en la que no solo se identifican problemáticas, sino también las condiciones que influyen en la forma en que el sistema responde.

En conjunto, la experiencia muestra que cuando se combinan un esquema conceptual claro, herramientas geoespaciales y formas adecuadas de visualización, es posible mejorar la manera en que se interpreta el territorio. Más allá de generar información, lo relevante es que esta pueda utilizarse de manera efectiva para apoyar la toma de decisiones en contextos donde los cambios son constantes.

BIBLIOGRAFÍA

Adger, W. N. (2000). Social and ecological resilience: Are they related? Progress in Human Geography, 24(3), 347–364. https://doi.org/10.1191/030913200701540465

Biggs, R., Schlüter, M., & Schoon, M. L. (2015). Principles for building resilience: Sustaining ecosystem services in social-ecological systems. Cambridge University Press.

Burrough, P. A., McDonnell, R. A., & Lloyd, C. D. (2015). Principles of geographical information systems (3rd ed.). Oxford University Press.

COESPO. (2017). Diagnóstico sociodemográfico del Estado de México. Consejo Estatal de Población.

CONABIO. (2019). Capital natural de México. Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad.

Few, S. (2006). Information *dashboard* design: The effective visual communication of data. O'Reilly Media.

Folke, C. (2016). Resilience (Republished). Ecology and Society, 21(4), 44. https://doi.org/10.5751/ES-09088-210444

Gobierno del Estado de México. (2006). Decreto del Parque Estatal denominado Santuario del Agua y Forestal Subcuenca Tributaria del Río San Lorenzo. Gaceta de Gobierno.

Goodchild, M. F. (2018). Reimagining the history of GIS. Annals of GIS, 24(1), 1–8. https://doi.org/10.1080/19475683.2018.1424737

Longley, P. A., Goodchild, M. F., Maguire, D. J., & Rhind, D. W. (2021). Geographic information systems and science (5th ed.). Wiley.

OECD. (2003). Environmental indicators: Development, measurement and use. Organisation for Economic Co-operation and Development.

Ostrom, E. (2009). A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. Science, 325(5939), 419–422. https://doi.org/10.1126/science.1172133

Pascual, A., Sánchez, L., & Rodríguez, M. (2022). Integración de *dashboard*s geoespaciales en la gestión ambiental. Revista Latinoamericana de Geografía Aplicada, 19(3), 45–60.

Pettorelli, N. (2013). The normalized difference vegetation index. Oxford University Press.

Rouse, M., & Spoerri, A. (2021). Visual analytics and geospatial *dashboard*s. ISPRS International Journal of Geo-Information, 10(2), 89. https://doi.org/10.3390/ijgi10020089

SEMARNAT. (2020). Informe de la situación del medio ambiente en México. Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales.

APOYO FINANCIERO

Este trabajo fue financiado por la Universidad Autónoma del Estado de México a través del apoyo al proyecto "*Dashboard* para el monitoreo de indicadores socioecológicos y resiliencia en el Área Natural Protegida "Parque Estatal denominado Santuario del agua y forestal Subcuenca tributaria del Río San Lorenzo", del Estado de México", con clave de registro 7241/2025CIB.

AGRADECIMIENTOS

Laboratorio Nacional Conahcyt de Tecnologías de la Información Geoespacial para los Sistemas Socioecológicos Resilientes (LaNCTIGeSSR) y al Laboratorio Nacional de Observación de la Tierra Unidad Facultad de Geografía.

CONFLICTOS DE INTERESES

Los autores declaran que no tienen intereses financieros o no financieros que declarar que sean relevantes para el contenido de este capítulo. Todos los autores certifican que no tienen afiliaciones ni participación en ninguna organización o entidad con algún interés financiero o no financiero en el tema o los materiales discutidos en este manuscrito. Los autores no tienen intereses financieros o de propiedad en ningún material discutido en este artículo.

CAPÍTULO 4

Cultura e espacialidade na Geografia Rural[1]

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612014

Maryna Vieira Martins Antunes

[1] Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no XXIII ENEPE – Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão (2018) e publicada em: ANTUNES, M. V. M. Considerações sobre cultura, espaço e geografia rural. Colloquium Socialis, v. 2, p. 26-31, 2018.

RESUMO: O objetivo do artigo é sistematizar os apontamentos sobre as articulações entre o conceito de cultura e a espacialidade humana. Realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, o texto centra-se nas contribuições dos Estudos Culturais para a Geografia, com foco na Geografia Rural, e aponta um crescente interesse e papel decisivo da cultura no período atual. Estudos com essa abordagem, ainda que não se difundam de forma homogênea na Geografia brasileira, apresentam grande potencial, especialmente em relação às questões envolvendo o espaço rural.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; geografia rural; estudos culturais.

INTRODUÇÃO

As mudanças nas ciências humanas e sociais ocorridas pós-1970 são marcos fundamentais para a valorização e incorporação da cultura como conceito explicativo da sociedade, o que vem a influenciar as investigações no campo da Geografia Cultural. Na Geografia Rural evidencia-se a necessidade de ampliar o olhar sobre os espaços rurais superando visões dicotômicas em relação aos espaços urbanos, análises economicistas e reducionistas no que diz respeito à vida no campo e maior foco nos sujeitos que constroem suas espacialidades nesses espaços. Tais discussões tornam-se ainda mais relevantes no contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das disputas por identidade, território e reconhecimento simbólico.

Neste texto, pretendemos sistematizar os apontamentos sobre as articulações entre o conceito de cultura e a espacialidade humana. Para tanto, nos focamos nas contribuições dos Estudos Culturais para a Geografia, com foco na Geografia Rural. O artigo está dividido em duas partes, com exceção desta introdução, metodologia e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos um breve histórico da Geografia Cultural e expomos as influências das novas conceituações de cultura e do desenvolvimento dos Estudos Culturais contemporâneos para a Geografia. Na segunda seção nos preocupamos em apresentar algumas considerações sobre a Geografia Rural, com foco nos estudos brasileiros, e as potencialidades da análise cultural para esse campo.

METODOLOGIA

O artigo foi elaborado a partir de uma revisão bibliográfica de caráter analítico de autores e autoras que debatem o tema ou questões relacionadas ao objeto de pesquisa, ou seja, autores clássicos e contemporâneos da Geografia Cultural, Geografia Rural, assim como, dos Estudos Culturais, que envolvem as Ciências Humanas de maneira geral, sobretudo, a área da Antropologia e da Sociologia.

GEOGRAFIA, CULTURA E A INFLUÊNCIA DOS ESTUDOS CULTURAIS

A partir da afirmação de Paul Claval (2002, p. 19) de que "[...] o papel da geografia cultural na atualidade é mais importante do que no passado [...]" é possível tecer algumas considerações sobre o novo caráter que a cultura tem ganhado nos estudos geográficos bem como sobre o crescente interesse de outras ciências sociais pelo espaço.

Antes disso, é válido ressaltar que a geografia, de um modo ou de outro, sempre se interessou por questões culturais. Corrêa & Rosendahl (2003), citando Claval (1999), indicam dois grandes períodos do desenvolvimento da Geografia Cultural: o primeiro compreendendo desde a institucionalização da Geografia como disciplina no século XIX até a década de 1970 e o segundo a partir desta data, sendo entendido como um período de renovação. Os autores ressaltam que a dimensão cultural da sociedade estava presente nas análises geográficas desde o final do século XIX, sendo a paisagem cultural entendida como o resultado da ação humana alterando a paisagem natural.

Para Claval (2002) os geógrafos do final do século XIX até os anos 1950 estudavam a cultura por um ponto de vista positivista ou naturalista, de modo que, dimensões subjetivas não eram apreciadas, privilegiando-se aspectos materiais como técnicas, paisagens e gêneros de vida. O geógrafo explica que a grande contribuição desse período foi evidenciar os aspectos culturais fundamentais para os estudos geográficos, estes inseridos em três domínios:

> a) das relações homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem, das técnicas e das densidades; b) das relações sociais, a partir do estudo das instituições, da comunicação e da difusão das ideias e das técnicas; c) da organização regional e do papel dos lugares (CLAVAL, 2002, p.19).

Já no século XX a denominada Escola de Berkeley (1925-1975) ganha grande projeção nos estudos de Geografia Cultural, devido, sobretudo, ao trabalho de Carl Sauer (1889-1975). Marcada pelo historicismo, a Geografia Cultural de Sauer se centrava em comunidades tradicionais e na dimensão material da cultura, compreendida como uma entidade supra orgânica (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003).

De acordo com Claval (2002), entre os anos de 1960 e 1970, houve ainda por parte dos estudiosos da Geografia Cultural uma tentativa de se alinhar à "Nova Geografia" no sentido de definir uma sistematização metodológica dentro dos parâmetros de tal escola. Entretanto, é somente após os anos de 1970 que a Geografia Cultural deixa de ser tratada como um subdomínio da Geografia Humana e se firma em um patamar mais elevado (CLAVAL, 2002).

Corrêa (2003) pontua que no processo de renovação da Geografia Cultural (1970-80) ocorreu uma reinterpretação da cultura pelos geógrafos. Esse movimento permanece relevante diante das atuais disputas por significado e representação no espaço. Desse modo, para compreender tamanha mudança neste campo, é necessário levar em conta além do interesse da geografia pelas questões culturais, bem como as implicações disto na investigação geográfica e também como se têm conceituado "cultura", questão esta que se estendeu para as demais ciências humanas.

Antes do processo de renovação da Geografia Cultural a cultura era entendida como um componente da sociedade, a qual possuía uma base maior, material ou econômica (de acordo com a perspectiva teórica). Sendo assim, a interpretação cultural se configurava como uma leitura possível dentre outras (geomorfológica, econômica, social, por exemplo), mas sem caráter explicativo quando desvinculada da base. A partir das influências do pensamento pós-moderno e das contribuições do desenvolvimento das pesquisas sobre cultura, sobretudo, da antropologia, a Geografia Cultural amplia a leitura da cultura para além dos aspectos materiais e também reconhecendo seu papel central para a leitura social. Como Zanatta (2008) explica com a renovação da Geografia Cultural:

> Não se tratava mais de estudar a diversidade cultural com base nos seus conteúdos materiais, mas de admitir que a cultura está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados, de valores que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente e expressas espacialmente, ou seja, de admitir que a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo o modo de vida de uma sociedade, o que não inclui somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados expressos nas práticas sociais), um sistema simbólico (mitos e ritos unificadores) e um sistema imaginário, que serve de liame aos dois últimos, constituindo-se no *locus* da construção da identidade espacial de um grupo (ZANATTA, 2008, p. 06).

Esse processo se deu no contexto de valorização da cultura em todos os campos das ciências sociais e humanas, impulsionado, sobretudo, pela antropologia, como já citado, numa época de constantes debates políticos e culturais e mudanças sociais, denominado de "Virada Cultural". Como Stuart Hall (1997) explica a virada cultural refere-se "[...] a uma abordagem da análise social contemporânea que passou a ver a cultura como uma condição constitutiva da vida social [...]", no lugar "[...] de uma variável dependente, provocando, assim, nos últimos anos, uma mudança de paradigma nas ciências sociais e nas humanidades (HALL, 1997, p. 09).

Assim, a partir dos anos 1980 esse movimento acarreta o que se denomina de "centralidade da cultura": A expressão "centralidade da cultura" indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo (HALL,1997, p.05). Nesse contexto surge um campo de estudos multidisciplinar denominado de Estudos Culturais, cuja marca característica é o enfoque na dimensão cultural contemporânea. Cita-se como principais contribuições para esse campo o teórico Raymond Williams (1921-1988) e o trabalho do Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS – Centre for Contemporary Cultural Studies) da Universidade de Birmingham liderado por Stuart Hall (1932- 2014) (ESCOSTEGUY, 2001; COSGROVE;JACKSON, 2003).

Como Escosteguy (2001) explica a grande contribuição do CCCS para o entendimento da cultura se dá em dois sentidos: o primeiro é que a cultura se manifesta em qualquer formação social ou época histórica, não se configurando como uma entidade monolítica ou homogênea, o segundo é que a cultura não é apenas um conhecimento ou experiência recebido de uma forma passiva, mas um grande número de intervenções ativas, que são expressas mais notavelmente por meio do discurso e da representação. A autora complementa ressaltando que esse grupo de pesquisadores analisa as "[...]práticas culturais simultaneamente como formas materiais e simbólicas. Logo, postula-se que a criação cultural se situa no espaço social e econômico, dentro do qual a atividade criativa é condicionada" (ESCOSTEGUY, 2001, p. 160).

Na Geografia destaca-se a possibilidade de compreender as estratégias de resistência desenvolvidas por grupos subordinados, demonstrando que as culturas são contestadas politicamente, bem como, de analisar o espaço para além de um mero reflexo de forças históricas que o moldaram, uma vez que "[...] a estrutura espacial é parte ativa da constituição histórica das formas culturais" (COSGROVE; JACKSON, 2003, p. 142).

Cosgrove e Jackson (2003) indicam que os Estudos Culturais influenciaram não somente a Geografia Cultural, mas quase todos os campos da Geografia humana ampliando o interesse pela cultura nas investigações geográficas, expandindo

inclusive a reflexão sobre outros conceitos para além da paisagem (conceito chave para a Geografia Cultural). Os autores citam o trabalho de Massey (1984) sobre o processo de reestruturação industrial e sua contribuição para o entendimento do lugar e seus significados nas mudanças espaciais (COSGROVE; JACKSON, 2003).

Ainda que de forma sucinta, é conveniente citar, outro processo de renovação epistemológica nas ciências humanas, datado nos anos 1980, denominado de "Virada Espacial" que pode ser interpretada como uma reorientação metodológica que visa maior atenção aos aspectos espaciais, ou à espacialidade, dos objetos e sujeitos de análise das humanidades.

Na Geografia temos na obra de Edward Soja (1993) um dos principais geógrafos que teorizou tal movimento, sobretudo no que diz respeito à crítica ao historicismo (FRANK, 2009). Entretanto, como Corrêa (2011) adverte:

> A espacialidade humana tem uma essencial centralidade na geografia, constituindo-se na característica distintiva face às outras ciências. Assim, falar em "spatial turn" (virada espacial) em relação à geografia, tal como ocorreu nas outras ciências sociais durante a década de 1980, constitui-se em equívoco. Razão do ser da geografia a espacialidade pode ser considerada em qualquer escala do espaço geográfico. Mais importante ainda, a espacialidade está presente em todas as matrizes intelectuais que, da segunda metade do século XIX aos dias atuais, marcaram a trajetória geográfica (CORRÊA, 2011, p. 62).

Retomando a afirmação de Claval (2002) observa-se como a Geografia Cultural torna-se ainda mais importante no debate contemporâneo sobre a sociedade, uma vez que, no atual contexto as questões que envolvem cultura e espaço são cada vez mais visadas nas ciências sociais. Na seção a seguir procuraremos expor alguns tópicos selecionados para a discussão sobre a influência dos Estudos Culturais nas análises sobre os espaços rurais.

GEOGRAFIA RURAL E OS ESTUDOS CULTURAIS

Ao longo de seu desenvolvimento a Geografia estudou o campo e o rural – este lido como o modo de vida específico do campo – de modo geral, sob três perspectivas: agrícola, agrária ou rural. A Geografia agrícola se preocupava em caracterizar o campo, analisando as técnicas de produção e as estruturas do setor produtivo. No Brasil essa tendência é representada pelos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no fim da primeira metade do século XX. Esses estudos se caracterizavam pela escolha de uma determinada área na qual se esgotava a investigação sobre o sistema produtivo, condições do solo, clima, relevo e técnicas de produção (ANDRADE, 1995).

Já na década de 1950 no Brasil os estudiosos começam a investigar as questões políticas e sociais do campo. Autores como Orlando Valverde (1917-2006) e Manuel Corrêa de Andrade (1922-2007) ao lançarem olhar sobre os problemas

sociais, estrutura agrária e relações de trabalho no campo contribuíram para o desenvolvimento de uma Geografia Agrária. Esses estudos, por sua vez, ajudam a ampliar o entendimento sobre o campo ao evidenciar que as atividades desenvolvidas no campo não se referiam apenas à agricultura. A fim de aprofundar tais análises a Geografia Rural, sem deixar de explorar as questões agrícolas e agrárias, procura explorar o campo por um viés mais totalizante, abrindo espaço para diferentes tipos de investigação (ANDRADE, 1995).

Santos (2012) argumenta que as concepções sobre espaço rural brasileiro, cunhadas por grande parte da comunidade científica, levaram à construção de uma imagem sobre o campo relacionada ao atraso, ao não moderno. Para o autor os valores culturais, as religiões, a arte desenvolvida nesse espaço foram consideradas como entraves para a modernização, nesse sentido, o espaço rural é analisado em oposição ao espaço urbano. Para Bagli (2006), embora as diferenças entre campo e cidade datem a origem dos espaços urbanos, tais diferenças foram hierarquizadas, construindo-se uma oposição:

> Eis o problema: a comparação. Quando grandezas heterólogas são comparadas tendo por base a unilateralidade, equívocos são cometidos. O campo foi olhado tendo como parâmetro uma lógica que não lhe é peculiar: a lógica das cidades. Sua originalidade foi submetida a uma outra realidade. Destarte, a essência constitutiva da lógica do campo foi suprimida pela aparência das cidades. Mostrou-se uma face, ocultando a outra (BAGLI, 2006, p. 02).

A dicotomia entre campo e cidade carrega em si as concepções da ciência moderna, caracterizada pela construção de oposições, como, sujeito e objeto, homem e natureza. Oposições que exprimem "uma tendência a transformar a diferença em hierarquia, em superior e inferior" (GONÇALVES, 2011, p. 41). Como Cosgrove (1998) argumenta, citando Sahlins (1976), nenhum grupo além da própria sociedade burguesa considera seu mundo vivido como cultura, da mesma forma essa sociedade, que é urbana, produziu a ciência moderna que garantia uma posição de superioridade de sua própria cultura sobre as demais, inclusive sobre o modo de vida rural. Essa leitura dicotômica ainda se faz presente em diferentes esferas, influenciando tanto interpretações acadêmicas quanto formulações de políticas públicas e imaginários sociais sobre o rural.

Na década de 1990 os estudos rurais, influenciados pela Virada Cultural, passam a reconhecer a importância da cultura dentro da ruralidade e para sua conceituação. As conceituações e definições tradicionais de rural foram colocadas à prova indicando a necessidade de superar a ideia de rural atrelada a um espaço físico delimitado racionalmente, uma realidade mensurável e demarcada por diferenças demográficas e sociais quantificáveis (densidade demográfica, atividades econômicas, por exemplo) (GORMAN-MURRAY; DARIAN-SMITH; GIBSON, 2008).

A noção de que a cultura não é algo externo, mas que compõe os sujeitos em sociedade, como argumenta Silva (2000), esteve ausente na Geografia, sendo assim, os geógrafos "[...] poucas vezes questionaram com profundidade a condição existencial dos homens, preocupando-se muito mais com a comparação das diferentes paisagens da terra" (SILVA, 2000, p. 14). Na reflexão sobre o espaço rural o questionamento sobre cultura vem a contribuir, inclusive, para a superação das visões dicotômicas em relação ao espaço urbano.

Primeiramente, os Estudos Culturais problematizaram o "fordismo intelectual" que subdivide a ciência em especialidades, áreas temáticas e disciplinares. Para a análise geográfica tal problematização contribuiu, por exemplo, para o estudo do campo e da cidade para além da simples oposição, como sugere Sposito (2010):

Parece-nos promissora a observação de novas práticas socioespaciais, de novas formas de *habitat* e de interação social, de novos conteúdos culturais que diferentes sujeitos sociais atribuem aos espaços que vivem, independente de suas qualificações, como urbanos ou rurais, segundo os critérios que vínhamos adotando para essa adjetivação (SPOSITO, 2010, p.129 [grifo da autora]).

Destaca-se nos estudos de Geografia Agrária brasileiros nas últimas décadas as reflexões sobre o conceito de território, principalmente àquelas com foco em povos e comunidades tradicionais. Este conceito ganha centralidade e os estudos culturais influenciam sua análise pelas dimensões simbólica e identitária:

> Em linhas gerais, o conceito de território tem obtido centralidade na geografia agrária em pesquisas publicadas que se debruçam sobre variados temas, como a análise dos conflitos no campo, estudo das territorialidades construídas por povos indígenas e comunidades quilombolas, pesquisas sobre processos de territorialização e desterritorialização de povos do campo, etc. é importante reforçarmos a pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas presentes nesses estudos, que possuem, entre outras, bases filosóficas que vão do materialismo histórico (geografia agrária crítica) a correntes como o pós-estruturalismo (base de parte dos estudos da geografia agrária cultural) (SILVA, 2024, p. 74-75).

No mesmo sentido, outra contribuição dos Estudos Culturais diz respeito à problemática do poder, que envolve a construção de significados e identidades, também presente na discussão do território. Nessa perspectiva o conceito de rural está imbuído de significações e sua interpretação está em constante disputa de acordo com o grupo que dele se apropria: o agronegócio, os trabalhadores rurais sem-terra, os camponeses, os agricultores familiares, a bancada ruralista e a própria academia, cada grupo constrói sua própria significação que se refere a construções discursivas e culturais complexas, atravessadas por relações de poder e disputas por significação. Sendo assim, construir intersecções entre a Geografia Rural e a Geografia Cultural, significa apreender a espacialidade ligada às práticas nas quais esses significados são criados e recriados (CORRÊA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este texto, é conveniente retomar nosso objetivo ao escrevê-lo, ou seja, apresentar algumas reflexões sobre as possibilidades de intersecção entre a Geografia Cultural e a Geografia Rural. Nosso intento se deu no sentido de apresentar as potencialidades dos conceitos de cultura e espaço para a análise geográfica dos espaços rurais. Como marco teórico, nos propomos a discutir as concepções sobre cultura e Geografia Cultural empreendidas no contexto pós-1970, um período de renovações não somente para a ciência, mas para a sociedade como um todo.

Tal como discutiu Hall (1997), no período atual a cultura torna-se central nas análises sociais. Isso vem sendo incorporado aos estudos da Geografia Rural brasileira, notadamente a partir dos estudos do território e dos povos tradicionais, e sugere ainda mais campos para prosseguir nos questionamentos provocados por autores e autoras, especialmente em relação às questões envolvendo o espaço rural em sua definição, espaço tão heterogêneo, politicamente disputado e marcante na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de ampliar abordagens que considerem a cultura como dimensão constitutiva da análise geográfica dos espaços rurais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

BAGLI, P. **Campo e cidade:** a construção dos mitos. 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Ca mpoecidadeaconstrucaodosmitos.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CLAVAL, P. "A volta do cultural" na Geografia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 01, n. 01, 2002.

CORRÊA, R. L. A Geografia Cultural e o Urbano. In.: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 167-186.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, (esp.), p. 59-65, out. 2011.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 09-18.

COSGROVE, D. E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. **Espaço e cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, dez. 1998.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Introdução à Geografia** Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 135-146.

ESCOSTEGUY, A. C. Os Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (Orgs). **Teorias da Comunicação:** conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 151-170.

FRANK, M. C. Imaginative Geography as a traveling concept: Foucault, Said and the spatial turn. **European Journal of English Studies**, v. 13, 1, p. 61-77, 2009. https://doi.org/10.1080/13825570802708188

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do ambiente.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GORMAN-MURRAY, A.; DARIAN-SMITH, K.; GIBSON, C. Scaling the Rural: Reflections on Rural Cultural Studies. **Australian Humanities Review**, v. 45, p. 01-09, 2008.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade,** FACEDVUFRGS, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

SANTOS, J. R. Os Assentamentos Rurais na abordagem da Geografia Cultural: perspectivas históricas e atuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia, 2012, p. 01-15.

SILVA, J. M. Cultura e Territorialidades Urbanas: Uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional**, v. 5, n. 2, p. 9-37, 2000.

SILVA, João Emerson Cunha**. Trajetórias epistemológicas da Geografia:** uma análise do conceito de território nos estudos agrários sobre povos e comunidades tradicionais. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa, 2024.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas:** a reafirmação da teoria social crítica. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, G. M. **Cidade e Campo:** relações e contradições entre o urbano e o rural. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ZANATTA, B. A. A Abordagem Cultural na Geografia. Temporis(ação) (UEG), v.1, p. 249-262, 2008.

CAPÍTULO 5

Organização espacial e refuncionalização de distritos municipais: Jamaica e Jaciporã (Dracena-SP)[1]

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612015

Maryna Vieira Martins Antunes

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

[1] Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia (2014) e publicada em: ANTUNES, M. V. M.; HESPANHOL, R. A. M. As vilas (sedes distritais) no cenário contemporâneo: aspectos da relação campo-cidade. IV Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, v. 1, p. 1-12, 2014.

RESUMO: Na atualidade novas questões são incorporadas aos estudos das relações entre campo e cidade, principalmente quando se considera a maior complexidade que vêm marcando as interações entre esses espaços a partir da difusão e consolidação do meio técnico-científico-informacional, que os aproxima, gerando novas complementaridades e contradições. Deste modo, as relações entre campo e cidade se constituem no assunto central deste artigo, que se realiza a partir dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado em Geografia que versa sobre vilas de distritos municipais. Os procedimentos metodológicos centram-se no levantamento de indicadores, dados e informações de fontes primárias e secundárias, além da revisão bibliográfica. Como resultados, verificamos a presença marcante de ruralidades nos distritos municipais, considerados urbanos pelo poder público municipal, mas caracterizados pela convivência entre conteúdos rurais e urbanos no cotidiano das localidades. Sendo assim, torna-se necessária a articulação entre os estudos rurais e urbanos, sobretudo daqueles voltados às pequenas cidades.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva discutir questões referentes às relações entre campo e cidade, por meio dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado em Geografia sobre as sedes dos distritos municipais (ANTUNES, 2016). No presente texto procuramos evidenciar a importância e necessidade de articulação dos estudos rurais aos urbanos para a investigação dessas pequenas localidades, cujas dinâmicas espaciais, embora marcadas pela ruralidade e relevância da agropecuária, não podem ser compreendidas sem que se considere seus vínculos com as cidades.

Nosso recorte espacial está centrado nas sedes dos distritos de Jaciporã e Jamaica, que compõem o município de Dracena-SP, cuja sede homônima se constitui numa pequena cidade. A partir de uma metodologia que combina informações quantitativas – de fonte secundária por meio de bancos de dados oficiais, bem como pela aplicação de questionário e roteiros de entrevistas – e qualitativas – realização de entrevistas com os moradores, além de agentes locais como subprefeito e presidente da associação de agricultores – a investigação se encaminha para a análise das vilas como lugares marcadamente rurais, nos quais se percebe uma intensa relação campo-cidade.

Além da introdução e das considerações finais, o desenvolvimento do texto encontra-se dividido em duas seções. Na primeira procuramos expor uma discussão teórica sobre as sedes distritais a partir do levantamento bibliográfico sobre pesquisas que tiveram como objeto de discussão tais recortes espaciais, bem como por meio de estudos sobre relação campo e cidade e o meio geográfico. Na segunda seção, nosso objetivo é debater alguns resultados sobre o campo de pesquisa e as reflexões teóricas construídas.

Estudos sobre vilas (sedes distritais) no cenário contemporâneo

Os municípios brasileiros são oficialmente divididos em distritos. Há casos em que há apenas o distrito-sede (onde se situa o poder público municipal) ou situações nas quais, além deste, há outros, que indicam a presença de núcleos em que se averigua a concentração de população. Nos distritos são delimitadas as zonas urbanas e rurais, de acordo com a Lei do Perímetro Urbano (Decreto-Lei 311, de1938 que dispõe sobre a divisão territorial do país), de responsabilidade do poder municipal. Como determina a lei citada, a área urbana do distrito-sede é considerada a cidade, além de dar nome ao município; as demais áreas urbanas, são comumente chamadas de vilas ou sedes distritais que, por sua vez, são subordinadas administrativamente ao distrito-sede e, embora possam possuir subprefeituras, não contam com recursos próprios.

Tratando-se de pequenos municípios ou de áreas não metropolitanas, tais marcos parecem não passar de delimitações oficiais que, além de não apresentarem grande correspondência com a realidade, pouco explicam sobre as dinâmicas espaciais

existentes nesses lugares. Nas vilas dos distritos podemos perceber transformações nas relações entre campo e cidade no período contemporâneo, cuja compreensão, como já argumentaram Araújo e Soares (2009), não pode se pautar em perspectivas dicotômicas entre o rural e o urbano.

As autoras investigaram o distrito Amanhece, município de Araguari (MG), com objetivo de compreender a relação rural-urbana e, por meio da realização de entrevistas, averiguaram um intenso convívio entre os modos de viver urbanos e rurais e que, apesar de a população ser considerada pela administração municipal como urbana, a importância do rural está presente nos valores, costumes e na vida que o distrito promove, ainda que os moradores busquem a cidade em diversos momentos (ARAÚJO & SOARES, 2009).

Monastiky et al (2009) a partir da pesquisa realizada em vinte e oito distritos da região de Campos Gerais no Paraná, que combinava metodologias quantitativas e qualitativas, a partir das indagações sobre como classificá-los em rural ou urbano, sugerem que esses espaços sejam considerados híbridos geográficos, ou, híbridos ruraisurbanos, pois são "[…] dotados de modos de vida e demanda por serviços públicos que transitam nesses dois meios geográficos" (MONASTIKY et al, 2009, p. 01).

A proposição dos autores nos incita a pensar sobre os significados de rural e urbano na contemporaneidade, bem como sobre os critérios utilizados para classificá-los e diferenciá-los. A mesma questão é apontada por Ferraz & Rocha (2012) que ao realizarem um estudo sobre a população do município de Vitória da Conquista-BA e sua distribuição entre as áreas consideradas urbanas e rurais em cada um dos distritos que o compõe, problematizaram a classificação dos habitantes apenas pelo local de moradia, a partir da constatação de grande mobilidade dentro do município, por meio dos dados oficiais disponibilizados no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE). O principal ponto levantado pelos autores trata das mudanças substanciais nas relações entre o rural e o urbano no período contemporâneo.

No início do século XX, Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986 [1929]) ao lançarem-se ao trabalho de definir as diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano constataram contrastes que se notavam claramente. Nas palavras dos autores: "Muitas das diferenças fundamentais entre o mundo rural e o mundo urbano tornam-se bastante claras em estágios mais adiantados do seu desenvolvimento" (SOROKIN, ZIMMERMANN, GALPIN, 1986, p. 198).

No contexto atual as definições tornam-se menos rígidas, embora as contradições e particularidades não deixem de existir. Atualmente, mais do que definir e diferenciar o rural e o urbano, busca-se a apreensão das diversas ruralidades e urbanidades e seus significados nas formações espaciais. Sobre essa discussão pode-se citar os trabalhos

de Bagli (2006a, 2006b), Moreira (2007; 2013), Lindner (2011). Em consonância com Santos (2006), podemos compreender que a consolidação e difusão do meio técnico-científico-informacional leva ao adensamento das relações entre campo e cidade, logo, se estabelece e se consolida uma noção de complementaridade, ainda que conflituosa em alguns aspectos.

Nesse sentido, os conteúdos rural/ruralidade e urbano/urbanidade podem ser encontrados além de seus espaços de origem (campo/cidade), como pontua Bagli (2006b, p. 70): "a cidade deixa de ser espaço exclusivamente urbano, por conter ruralidades; o campo deixa de ser espaço estritamente rural, por comportar urbanidades". Além disso, compreendendo que as mudanças empreendidas pela difusão das técnicas pelo espaço geográfico não se dão de modo homogêneo e que, do mesmo modo, cada lugar reage distintamente diante da mundialidade em constituição, é preciso considerar a existência de heterogêneas ruralidades e urbanidades.

A partir dessa perspectiva, procuramos encaminhar o estudo das vilas considerando práticas socioespaciais rurais e urbanas desses espaços (urbanos oficialmente), assim como, as relações estabelecidas com o restante do município e sua sede, ou seja, com a cidade. Sendo assim, as reflexões empreendidas pelos estudos de geografia urbana sobre cidades, sobretudo, as pequenas, são essenciais para a compreensão das dinâmicas locais. Para avançar nessa discussão, trataremos na próxima seção dos resultados da pesquisa.

Estudo de caso nas vilas Jaciporã e Jamaica

Nosso estudo de caso foi realizado nas vilas Jaciporã e Jamaica, ambas pertencentes ao município de Dracena. Localizada no Oeste do Estado de São Paulo, esta cidade é a sede de sua microrregião que, por sua vez, caracteriza-se, sobretudo, pela presença de pequenas cidades. Neste contexto e apesar do pequeno porte, aproximadamente 40 mil habitantes, a cidade alcança certo destaque em nível regional devido à oferta de serviços básicos de saúde, educação e financeiros. As vilas estudadas distam aproximadamente quinze quilômetros da sede do município. Em termos de população, o distrito de Jamaica possuía no ano de 2010, um total de 1.646 habitantes, sendo que destes 405 (24,6%) residiam na área urbana e 1.241 (75,4%) na área rural. Em Jaciporã, no mesmo ano, foram contabilizados 671 habitantes, 495 (73,7%) na sede e 176 (26,3%) na zona rural. Os distritos representam juntos aproximadamente 5% da população total de Dracena, que tem 43.258 habitantes, e cerca de 40% da população rural (que no conjunto é de 3.312 habitantes) (FIBGE, 2010).

A partir das observações em campo e entrevistas com os subprefeitos, podemos descrever a área considerada urbana dos distritos como pequenas vilas, nas quais há poucos serviços públicos disponibilizados, muitos lotes não são edificados, e a função principal é a residencial. Apenas as ruas centrais são asfaltadas, há muitas edificações que não são de alvenaria e chama atenção as fachadas dos prédios remetendo aos anos 1940. Essa observação nos permite uma aproximação com a concepção metafórica de rugosidades elaborada por Milton Santos (2006):

> Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, 2006, p. 92).

Assim, se na atualidade esses espaços inserem-se em uma nova divisão territorial do trabalho, nesse caso a expansão do agronegócio canavieiro, conforme trabalharemos mais a seguir, as marcas deixadas pelas atividades, técnicas e capital anteriores não são excluídas. Na região de Dracena é bastante perceptível a influência da cultura cafeeira, seja nos terreiros para secagem dos frutos que são facilmente visualizados em propriedades rurais, nos prédios das máquinas processadoras ou nas estações ferroviárias, para citar alguns exemplos. Muitos elementos apresentam novos usos ou rearranjos técnicos na atualidade, ainda assim as marcas continuam nos lugares, defrontando-se com o novo (SANTOS, 2006).

Entre as décadas de 1930 e 1940 a região de Dracena passou a ser incorporada ao setor produtivo do Estado de São Paulo, por meio da expansão da cultura cafeeira, concomitante ao prolongamento das ferrovias. Nesse processo, passam a ser implantados diversos núcleos, ou "embriões urbanos" nas palavras de Aroldo de Azevedo (1970), principalmente nos arredores das estações ferroviárias, geralmente por iniciativa de empresas de colonização e povoamento ou ainda de proprietários de terras isoladamente (GIL, 2007).

A fundação de Jaciporã se deu por iniciativa de um único grande proprietário de terras da região, no ano de 1938, conforme consta nos registros históricos do município[1]. Os relatos indicam que esse agente não possuía experiência e nem recursos suficientes para investir em infraestruturas, de forma que, o núcleo de povoamento não apresentou grande crescimento e foi, aos poucos, incorporado na esfera de atuação dos agentes de Dracena (que foi fundada no ano de 1945).

No caso de Jamaica houve a ação de uma empresa de colonização cujos trabalhos iniciaram em 1951. Nos primeiros anos, o povoado apresentou rápido crescimento, principalmente por estar situado em uma área do município com forte presença de

[1] As principais fontes sobre a história da fundação das vilas foram disponibilizadas pela Biblioteca Municipal de Dracena, sendo estas: arquivos da administração municipal, documentos, fotografias e memórias dos fundadores. Em especial citamos o livro publicado pelo cidadão de Dracena Sr. Rogério Edson dos Santos "Viajando na História" que reúne memórias de um dos fundadores de Dracena, o Sr. Írio Spinardi, publicado por iniciativa própria no ano de 1998.

pequenas propriedades rurais e, logo, mais povoada, diferentemente de Jaciporã, na qual imperava a propriedade de médio e grande porte. Entretanto, como consta no levantamento disponível pela subprefeitura, a empresa abandonou o projeto e o distrito ficou sem novos investimentos, e pela proximidade com Dracena, que já em 1948 tornou-se município emancipado, a área logo foi incorporada a este.

Ainda que relatada de forma breve, essa história nos revela aspectos interessantes para pensar as condições atuais de cada uma dessas localidades. Como Soares (2011) argumenta, em muitos casos, a fundação de um núcleo urbano atende ao interesse de exercer dominação sobre um território. Assim, os centros fundados pelas companhias de colonização ou por grandes proprietários de terras, representavam a área de dominação de determinados grupos, estabelecendo a base do poder local (QUEIROZ,1975).

Dessa forma, à medida que se intensificava a produção agropecuária, novos núcleos urbanos surgiam e, com o passar do tempo, quando as dinâmicas econômicas se arrefeceram, os núcleos fundados deixavam de receber investimentos por não representarem mais um território interessante. Assim, podemos encontrar as raízes do baixo dinamismo econômico das vilas e da dependência destas em relação à Dracena.

Em 2014, em Jaciporã havia um bar, uma mercearia, uma barraquinha que comercializava lanches e um salão de cabeleireiro. Em termos de serviços públicos, havia duas escolas, sendo uma de Ensino Infantil e outra de Ensino Fundamental, além de um posto de saúde com consultório dentário, que oferecia serviços básicos três vezes por semana. Em Jamaica, na mesma época, sem grandes diferenças em relação à escassez de equipamentos públicos, havia também um posto de saúde, com atendimento médico duas vezes por semana, uma agência dos Correios, um centro comunitário e duas escolas (Ensino Infantil e Fundamental). Havia apenas uma mercearia e também não existia posto policial. Em ambas as vilas estavam instaladas instituições religiosas: a Congregação Cristã do Brasil e a Igreja Católica, esta última, nos dois casos, circundada pela pracinha, tão característica desses vilarejos.

Nas vilas percebe-se forte presença da agropecuária, tanto do agronegócio quanto da agricultura de pequena escala e familiar, por meio da instalação de uma usina de processamento de cana-de-açúcar, o arrendamento de terras para o plantio desta lavoura e contratação de trabalhadores entre agricultores e filhos de agricultores e a permanência de pequenas propriedades rurais.

No caso de Jaciporã, é notável a organização de pequenos produtores rurais, tanto arrendatários quanto trabalhadores sem-terra vinculados aos movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, Movimento dos Agricultores sem Terra-MAST) em torno da Associação J.Marques dos Trabalhadores de Jaciporã, cujo carro-chefe é a produção coletiva de hortaliças, comercializada principalmente

nos programas de compra institucional do governo federal, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que distribui os alimentos entre instituições beneficentes, hospitais e órgãos municipais, por exemplo, além também da compra para a Merenda Escolar do município e da região de Dracena.

Essas questões não se restringem ao setor produtivo dos distritos, de modo que alteram o cotidiano, o mundo vivido dos seus habitantes em diversos aspectos. Além da população que exerce atividades relacionadas com a agricultura há entre os moradores um significante número de empregadas domésticas que trabalham, em sua maioria, na cidade de Dracena; aposentados que exerceram profissões, tanto urbanas quanto rurais. Há também um considerável número de beneficiários de programas sociais, como o Programa Bolsa Família. Vale citar ainda funcionários públicos vinculados: escola de ensino fundamental e ensino infantil, subprefeituras, posto de saúde, para citar alguns dos poucos serviços disponíveis nos distritos. Nesse ponto, é conveniente mencionar que alguns dos cargos, sobretudo os que exigem maior escolaridade, são ocupados por moradores que residem na cidade de Dracena, por exemplo, os médicos e professores que atuam nas vilas.

A partir desses elementos, as vilas estudadas, apesar das definições oficiais, apresentam ruralidades marcadas pela baixa densidade populacional, por hábitos e práticas sociais específicos e pela importância da agropecuária, tanto em pequena escala quanto vinculada ao agronegócio, seja na contratação de trabalhadores residentes nas áreas urbanas, seja no fornecimento de alimentos para as cidades próximas.

Além da evidente dependência dos serviços urbanos da pequena cidade de Dracena, é perceptível na perspectiva de alguns moradores e agentes das vilas, uma identificação de seus modos de vida ao urbano, principalmente das pequenas cidades. Podemos citar as relações de vizinhança ou de pessoalidade, que se torna difícil em um rural que se esvazia com a saída dos jovens e envelhecimento da população, mas que ainda é presente entre os moradores. Do mesmo modo, a difusão da informação colabora para que, sobretudo entre os mais jovens, ocorra maior identificação com modos de vida mais distantes dos vivenciados nas vilas.

Como argumenta Silva (2000) a respeito do espaço urbano – cujas análises podemos estender para as questões sobre o rural – não são somente formas materiais e funcionais que sustentam o processo de produção do espaço geográfico, mas também códigos e símbolos que estão presentes na vida cotidiana dos sujeitos e que dão sentido particular a essas formações. Diante disso, se reconhece a necessidade de empreender novos esforços teóricos e metodológicos para o estudo das relações campo/cidade que ultrapassem a noção dicotômica, como sugere Sposito (2006):

> Parece-nos promissora a observação de novas práticas socioespaciais, de novas formas de habitat e de interação social, de novos conteúdos culturais que diferentes sujeitos sociais atribuem aos espaços que vivem, independente de suas qualificações, como urbanos ou rurais, segundo os critérios que vínhamos adotando para essa adjetivação (SPOSITO, 2006, p.129).

Nesse sentido, e concordando com Massey (2000; 2004), realizamos uma leitura das vilas como lugares, espaços abertos, nos quais os sujeitos produzem constantemente novas escalas a partir das relações, conexões e conflitos estabelecidos com outros lugares, construindo também identidades espaciais marcadas pela coexistência de modos de vida rurais e urbanos. Isso se expressa, por exemplo, na presença da usina de cana-de-açúcar, na inserção em políticas públicas, na participação em movimentos sociais e nas trajetórias cotidianas dos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, situada temática e teoricamente no campo da Geografia Rural, encontra também embasamento em autores dedicados às questões urbanas, o que não poderia ser diferente, considerando que, na contemporaneidade, o rural não pode ser pensado de forma desarticulada do urbano. As dinâmicas observadas nas vilas estudadas evidenciam a complexidade das relações entre campo e cidade no período atual.

O estudo das sedes distritais, por meio de um olhar a partir das relações entre campo/cidade e rural/urbano, mostra-se mais promissor quando se consideram, junto às formas e funções, os modos de vida, trajetórias e espacialidades dos sujeitos que vivem nesses espaços. Mais do que classificá-los ou diferenciá-los, buscamos elementos que evidenciem lógicas oriundas de processos compreendidos como globais, bem como das dinâmicas locais.

Nesse sentido, este artigo evidencia algumas reflexões a partir dos resultados da pesquisa. As vilas, com suas dinâmicas próprias, ao mesmo tempo em que suscitam diferentes interpretações, permitem compreender aspectos do período atual, marcado pelas transformações nas relações entre campo e cidade e pela convivência entre distintas ruralidades e urbanidades.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. V. M. **Agricultura e organização espacial dos distritos municipais: estudo de caso em Jamaica e Jaciporã/Dracena (SP).** 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2016.

ARAÚJO; F. A. V; SOARES, B. R. A relação urbano-rural no distrito de Amanhece/Araguari (MG): Algumas considerações. In: V ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA: AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 2009, Santa Maria. **Anais...,** 2009. p. 1-19.

AZEVEDO, A. **Brasil:** a terra e o homem. São Paulo: Nacional/Edusp, vol. II, 1970.

BAGLI, P. Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição. In: SPOSITO, M.E.B; WHITACKER, A. M. (Org). **Cidade e Campo:** Relações e Contradições entre Urbano e Rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006b, p. 81-111.

BAGLI, P.. **Rural e urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema:** dos mitos pretéritos às recentes transformações. 2006a. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 311**, de 02 de Março de 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 29 Mar 2014.

FERRAZ, A. E. Q; ROCHA, A. A.. Apontamentos sobre a população rural no município de Vitória da Conquista - Bahia. In: II SIMPÓSIO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2012, São Cristóvão. **Anais II Simpósio regional de Desenvolvimento Rural**, 2012.

FIBGE. **Censo Demográfico** (2010). Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>, acessado em 08 Out 2010.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006:** Entre memórias e sonhos. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LINDNER, M.. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia,** Rio de Janeiro, ano 6, n. 12, p. 7 – 23, 2004.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença.** Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.

MONASTIKY, L. B.; ALBUQUERQUE, E. S., et al. A ''Escala Esquecida'': modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Temas & Matizes,** v. 8, p. 8-23, 2009.

MOREIRA, E. V.. **A Pluriatividade e as múltiplas rendas das famílias residentes nos Bairros Aeroporto, Cedro, Córrego da Onça, Ponte Alta e Gramado, Município de Presidente Prudente/SP**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOREIRA, E. V.. **A ruralidade e a multifuncionalidade nos espaços rurais de Piedade e Pilar do Sul-SP**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

QUEIROZ, M. I. P. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B.(Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, Vol. 1. SP: Difel, 1975. p. 155-189.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, R. E. **Viajando na história**. Dracena: Produção Independente, 1998.

SILVA, J. M. Cultura e Territorialidades Urbanas: Uma abordagem da pequena cidade. **Revista de História Regional** 5(2):9-37. Inverno 2000.

SOARES, P. R. R. Dilemas na conceituação da cidade e do urbano no Brasil. In. SAQUET, M. A.; SUZUKI, J. C. ; MARAFON, G. J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas.** São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.p. 67-78

SOROKIN, P; ZIMMERMAN, C; GALPIN, C. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. IN. MARTINS, J. S. **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986. p. 198-224.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.;WHITACKER, G. M. **Cidade e Campo:** relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CAPÍTULO 6

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUAS TIPOLOGIAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CIDADES PLANEJADAS, NÃO PLANEJADAS E COLONIAIS

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612016

Leonoura Katarina Santos
Discente Do Curso de Doutorado Do Programa de Pós Gradução em Geografia da Universidade Federal de Catalão

Alex Lourenço dos Santos
Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós Gradução em Geografia da Universidade Federal de Catalão

Cristiany Barbosa Ferreira Resende
Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós Gradução em Geografia da Universidade Federal de Catalão

Patrícia Francisca de Matos
Docente do Curso de Doutorado do Programa de Pós Gradução em Geografia da Universidade Federal de Catalão

RESUMO: O presente artigo analisa a produção e a organização do espaço urbano contemporâneo a partir de uma abordagem dialética entre o planejamento estatal, a expansão espontânea e a mercantilização da cidade pela lógica do capital. Metodologicamente, a investigação fundamenta-se em dados empíricos coletados em Trabalho de Campo interdisciplinar realizado entre 22 e 24 de junho de 2018, amparado pelo referencial teórico da Geografia Crítica e Urbana (Lefebvre, Harvey, Carlos). O estudo propõe uma análise comparativa baseada em três matrizes citadinas: a cidade planejada (Brasília-DF), a não planejada (Valparaíso de Goiás, Vila Estrutural e Vila Santa Luzia) e as de matriz colonial (Pirenópolis e Corumbá de Goiás). Os resultados revelam que a atuação das forças capitalistas engendra processos severos de segregação socioespacial, espoliação urbana e vulnerabilidade civil nas periferias metropolitanas, evidenciados pela transição do Lixão da Estrutural e pela "arquitetura do medo". Em contrapartida, nas cidades coloniais, observa-se a apropriação do solo e do patrimônio cultural pela atividade turística, ressignificando o valor de troca do lugar. Conclui-se que a expropriação do "direito à cidade" marginaliza as classes trabalhadoras, demandando o reconhecimento de suas práticas de resistência e a ressignificação do habitar urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do Espaço; Segregação Socioespacial; Geografia do Turismo; Tipologias Urbanas; Lógica do Capital.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho resulta de uma análise reflexiva fundamentada nas observações e dados coletados durante o Trabalho de Campo interdisciplinar das disciplinas de Geografia Urbana e Geografia do Turismo, realizado entre os dias 22 e 24 de junho de 2018. O objetivo central desta investigação consiste em compreender a organização do espaço urbano contemporâneo, problematizando como a lógica do capital induz e molda essa configuração. Sob essa ótica, analisa-se tanto a apropriação excludente do espaço — que culmina em processos severos de segregação socioespacial — quanto o consumo do lugar viabilizado pela atividade turística.

Para tanto, a pesquisa debruça-se sobre a observação empírica das dinâmicas, desigualdades e aspectos culturais e socioeconômicos que caracterizam diferentes tipologias urbanas. A análise engloba o núcleo urbano planejado (Brasília), as nuances de sua área metropolitana e franjas periféricas (Vila Estrutural e Santa Luzia), bem como as especificidades de cidades de matriz colonial (Pirenópolis e Corumbá de Goiás), permitindo um contrapondo dialético entre o planejamento estatal, a expansão espontânea e a mercantilização do espaço.

2. CIDADES PLANEJADA, NÃO PLANEJADA E COLONIAL: DESIGUALDADE, MISÉRIA SOCIAL, INFRAESTRUTURA, CULTURA E TURISMO

O desenvolvimento desigual e a segregação socioespacial constituem processos inerentes à lógica de reprodução das relações capitalistas de produção desde a sua gênese, dinâmicas que se manifestaram empiricamente ao longo de todo o Trabalho de Campo. Essa assimetria territorial evidencia-se tanto na proliferação de aglomerados subnormais (periferias e favelas) quanto na apropriação e reconfiguração do espaço urbano pelo capital turístico.

Sob a perspectiva de Lefebvre (2001), infere que a industrialização atua como precursora da problemática urbana, configurando-se como o vetor dinâmico de transformação social que estabelece uma relação dialética entre o indutor (o processo industrial) e o induzido (as contradições urbanas). Consequentemente, as fraturas geradas por esse sistema culminam em uma crise estrutural na produção do espaço urbano. Alinhado a essa crítica, Davis (2006) pondera que o capitalismo neoliberal contemporâneo impulsionou uma urbanização de escala global marcada, fundamentalmente, pela hiperconcentração da pobreza em favelas e áreas de exclusão. Sobre isso, Bourdieu (2008) acrescenta:

> A capacidade de dominar o espaço [...] depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital), minimizando, assim, o gasto necessário (principalmente em tempo) para apropriar-se deles [...]. Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. (BOURDIEU, 2008, p. 163).

Desse modo, as fraturas na produção do espaço urbano desencadeiam conflitos de classe latentes, pautados pela disputa em torno da apropriação e da reprodução territorial. Nesse embate, a classe trabalhadora reivindica o direito à vida urbana, à habitação digna, ao pertencimento e à construção de vínculos afetivos e identitários com o lugar, convergindo na aspiração pelo direito à cidade e à cidadania plena. Acerca dessa prerrogativa, Battaus e Oliveira (2016, p. 97) asseveram que: "O direito à cidade, enquanto um direito metaindividual, com amparo constitucional, é, fundamentalmente, um direito que os cidadãos têm a uma cidade hígida, a um ambiente harmônico e equilibrado e a um local que proporcione dignidade à pessoa".

Todavia, a parcela majoritária da população encontra-se expropriada desse direito correlato à cidade. Como outrora advertia Lefebvre (2001), o espaço urbano passa a ser erigido sob a égide do consumo mercadológico, isto é, condicionado estritamente ao seu valor de troca — uma obra cujos valores originais foram distorcidos e que, por conseguinte, permanece alheia ao alcance das camadas socialmente vulneráveis. Sob essa ótica, o consumo da cidade pressupõe um poder aquisitivo que a maior parte dos cidadãos não detém, realidade historicamente agravada no cenário brasileiro.

À vista disso, a hegemonia detida por grandes proprietários latifundiários e pelo empresariado comercial sobre o solo urbano permite-lhes balizar o mercado imobiliário e o ordenamento territorial segundo seus próprios interesses. Esse panorama empurra a classe trabalhadora para áreas periféricas, desprovidas de infraestrutura básica elementar, conforme se constata empiricamente na Vila Santa Luzia (DF). Em consonância com essa realidade, Lefebvre (2001) assinala que a proeminência do valor de troca e a universalização da mercadoria tendem a submeter e a desestruturar a cidade e a própria realidade urbana. Configura-se, assim, um cenário de profunda fratura socioespacial: de um lado, a classe trabalhadora segregada em aglomerados habitacionais precários; de outro, as elites insuladas em condomínios fechados, convertendo o espaço em um instrumento de dominação e assimetria social, nesse sentido Guerra (2013) reforça:

> Por certo, há uma extrema diversidade na composição da rede urbana brasileira: cidades com realidades socioeconômicas e históricas bastante distintas, decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e das formas históricas de resistência dos trabalhadores e da população urbana, empobrecida aos processos de expropriação e spoliação. Dessa, diversidade construída a base de um processo de modernização conservadora, sob a qual se emergiu o capitalismo brasileiro, decorre uma grande desigualdade nas condições de acesso às infraestruturas e serviços urbanos. (GUERRA, 2013, p.261).

Por conseguinte, no âmbito dos conflitos de classe travados no cenário intraurbano, a classe trabalhadora absorve de forma mais contundente os impactos do que Lefebvre (2001) conceitua como uma "urbanização desurbanizada". Trata-se de um processo de expansão citadina que restringe as a classe trabalhadora a áreas periféricas, apartadas das centralidades e dos principais eixos de infraestrutura e serviços — dinâmica amplamente constatada ao longo do Trabalho de Campo. Em consonância com essa problemática, Maricato et al. (2000 apud MARICATO, 2000, p. 1) advertem que "A dimensão da tragédia urbana brasileira está a exigir o desenvolvimento de respostas que devem partir do conhecimento da realidade empírica para evitar a formulação das 'ideias fora do lugar' tão características do planejamento urbano no Brasil".

Esse fenômeno de desurbanização, portanto, potencializa as tensões classistas que tensionam o tecido urbano. Todavia, como pondera Lefebvre (2001), esses embates dialéticos também trazem à tona o sentimento de apropriação e o apego dos sujeitos pela cidade. Sob essa ótica de resistência e subjetividade, Carlos (2017, p. 247) assinala que "A identidade se constrói na relação com o outro e na relação com o lugar: é essa consciência do pertencer a um grupo e a um lugar que acaba aflorando no movimento dos habitantes e que transcendem a luta pela moradia - pela casa".

2.1 Valparaíso de Goiás

As problemáticas urbanas são explicitas no entorno de Distrito Federal, ou no "Derramamento Urbano" do Distrito Federal, como é o caso de Valparaíso de Goiás, bem como, e principalmente, na Cidade Estrutural, como foi observado em Campo. No caso de Valparaíso (conforme imagem 1) a sua população em grande maioria é habitada por imigrantes, que almejam, acima de tudo, pertencer à Brasília, o que é indicado por autores, é que é essas pessoas, não buscam a vivência do conhecer Valparaíso, não criam raízes e sentimentos pelo lugar, e sim apenas um meio para um fim, que seria apenas a moradia temporária até "conseguir morar em Brasília".

Deste modo, o único atrativo para a maiorias dessas pessoas em Valparaiso é a moradia e não uma pretensão intrínseca com o lugar. Sobre as relações construídas como o lugar Carlos (2007, p.17) acrescenta: "O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. Acidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo".



Imagem 1: Valparaíso de Goiás

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Desde a gênese do Distrito Federal, os fluxos migratórios direcionados à construção da nova capital evidenciaram as contradições de um planejamento urbano excludente. Impedida de se fixar no núcleo planejado — cujo projeto original não contemplava a permanência da força de trabalho que o edificou —, a massa de trabalhadores tidos como "excedentes" foi compelida a se deslocar para a periferia metropolitana e para as chamadas cidades-satélites. Esse processo de segregação institucionalizada culminou na criação de núcleos como a Ceilândia, concebidos com o intuito de abrigar e isolar essa população. O plano urbanístico estatal partia da premissa de que os operários retornariam aos seus locais de origem após o término das obras, negligenciando a realidade dos trabalhadores.

Atraídos sobretudo das regiões Norte e Nordeste do país, esses sujeitos históricos optaram por fixar residência no Planalto Central, estabelecendo-se tanto no entorno goiano quanto nas franjas do próprio Distrito Federal. Esse enraizamento territorial impulsionou a ressignificação de suas trajetórias, consolidando novas identidades na condição de sujeitos migrantes. Ademais, a permanência definitiva desses grupos promoveu a incorporação de matrizes culturais regionalistas ao cotidiano local, reconfigurando a pluralidade identitária e cultural da nova paisagem urbana.

Sobre isso Silva (2014, p.27) dialoga: "As representações construídas a partir da decisão por migrar vão já agindo na constituição identitária do sujeito migrante. A materialização de tais representações será a responsável pelo estabelecimento de vínculos com o espaço de chegada tornando-o um lugar dotado de significados".

A autora ainda traz informações sobre as relações dos imigrantes com Valparaíso, e ressalta a condição de ubiquidade dos moradores e destacando à condição de "Centralidade Invertida" da cidade, e informa:

> [...] cidade cujos moradores, em uma condição de "ubiquidade", almejam estabelecer residência no Distrito Federal. Valparaíso de Goiás tem sua gênese no movimento migratório para a construção de Brasília. A capital do país continua a atrair pessoas que para aí se deslocam e não conseguem estabelecer-se. O destino desses sujeitos são os municípios goianos da Área Metropolitana de Brasília-AMB, dentre eles Valparaíso de Goiás. Embora fixem residência em outra cidade é em Brasília ou em suas Regiões Administrativas-RAs que significativo número de pessoas busca por trabalho e pelos equipamentos públicos de saúde, educação e lazer. É comum essas pessoas deixarem a cidade de moradia muito cedo e somente retornar à noite. Observada a condição de Valparaíso de Goiás no que tange à oferta de mão de obra ao Distrito Federal, percebemos a posição de centralidade do município em relação ao referido distrito. (SILVA,2014, p.11).

No decorrer das observações empíricas realizadas no Trabalho de Campo, a problemática da violência urbana em Valparaíso de Goiás emergiu como um elemento central de análise. Essa realidade converge com as asserções de Silva (2014, p. 145), ao apontar que "O bem estar do cidadão já há muito foi preterido em favor da conveniência dos arranjos do capital. Diante do exposto, nos deparamos com um cenário de acentuada desigualdade social". Apoiado em dados estatísticos, a referida autora demonstra que o município apresenta índices de criminalidade discrepantes quando comparados às demais regiões do estado de Goiás.

Essa conjuntura reflete-se diretamente na morfologia urbana local, evidenciada pela configuração de habitações que operam como verdadeiras "ilhas isoladas" no tecido citadino. Esse fenômeno materializa o que a literatura denomina como "arquitetura do medo", caracterizada pela proliferação de muros extensos, além de estabelecimentos comerciais e templos religiosos integralmente engradados. Desse modo, o sentimento de insegurança atua como um vetor de reconfiguração do espaço, cuja degradação socioespacial também se manifesta na pichação e na depredação recorrente das superfícies verticais da cidade.

Diante desse cenário de vulnerabilidade, estabelece-se um paralelo com as reflexões de Lefebvre (2001) sobre a busca excludente por segurança, cuja face visível reside na proliferação de condomínios fechados como refúgio das classes abastadas. Ademais, sob o prisma de Bauman (2009), coloca que essa "Arquitetura do Medo" É fruto das transformações causadas pela globalização onde os problemas locais criam os muros das separações que representam a mixobia, segregando por muros altos e grades os cidadãos da segunda fila.

2.2 Brasília-DF: Cidade Planeja e as Favelas Não-Planejadas

A área de influência do Distrito Federal abarca 288 municípios, possuindo 4,3% do PIB brasileiro (IBGE, 2008 apud GUIA & CIDADE, 2010) Brasília possui um PIB, de 73.971,05 R$, com população estimada em 2570160 pessoas (IBGE, 2018). Dessa forma, a metrópole se destaca as nove maiores aglomerações do país, sendo o maior centro de gestão territorial federal do Brasil. Ela também se destaca pela sua arquitetura e por ser a sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Brasília a Capital Federal (conforme imagem 2) é uma cidade planejada, que para sua construção atraiu imigrantes popularmente chamados de "candangos" e como toda metrópole organizada espacialmente pelo capital, segrega sua população em áreas privilegias e em localidades menos valorizadas.



Imagem 2: Congresso Nacional / Torre de TV: Atrativo Turístico

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Brasília foi construída pelo interesse do Estado, portanto destinada a classe dominante, que se apropriou, é claro das áreas nobres da cidade, deixando os terrenos menos valorizados para o restante da população, destacando na malha urbana o crescimento desigual da cidade, organizando o espaço através da divisão social, gerando como aponta Lefebvre (2001) os conflitos de classes no espaço urbano. Acrescentando então informações sobre essa segregação Lojkine (1997, apud Sehaeffer, 2003, p.232) comenta:

> Há três tipos de segregação urbana: 1) oposição entre o centro, onde o preço do solo 6 o mais alto, e a periferia; 2) separação crescente entre as zonas reservadas as camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular; 3) "funções urbanas" disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. (LOJKINE, 1997 apud SEHAEFFER, 2003, p.232).

Para Sposito (2013, p. 64), "segregação seria sinônimo ou expressão de qualquer forma de diferenciação ou desigualdade nas cidades". No cenário de Brasília, manifestam-se de forma nítida as diferentes tipologias de segregação socioespacial. Diante da assimetria de poder aquisitivo e de decisões intencionais de planejamento, a classe trabalhadora foi historicamente repelida do núcleo central e compelida a se fixar nas cidades-satélites e em regiões periféricas. Esses aglomerados urbanos encontram-se situados a distâncias geográficas consideráveis do Plano Piloto — variando entre 25 km nas localidades mais próximas e até 40 km nas áreas mais remotas —, o que submete diariamente essa parcela da população a movimentos pendulares exaustivos e a extensas horas de deslocamento em direção aos seus postos de trabalho.

Esses realidade condiz perfeitamente com as contribuições de Lefebvre (2001) quando comenta sobre as condições de habitar em "O Direito à Cidade", podendo destacar também no caso de Brasília "A implosão e explosão" trazidas pelo autor, o primeiro para explicar a retomada das áreas centrais como espaços privilegiados, e o segundo inerente à ocupação das áreas distantes da cidade, ou seja, à urbanização estendida. E como acrescenta Maricato (1997) o processo de urbanização marginalizou a maioria da população, e o modelo de urbanismo que se estabeleceu ao longo do século XX foi o da modernização excludente.

Brasília é um perfeito exemplo dos padrões da filosofia da cidade trazida por Lefebvre (2001), pois traz consigo uma ideologia urbana, e como o Autor argumenta: "O urbanismo como doutrina, que interpreta os conhecimentos parciais, que justifica as aplicações levando-as a uma totalidade mal fundamentada e mal legitimada" (Lefebvre, 2001, p.48). Nessa fundamentação teórica se desvela na dicotomia socioespacial que fratura o Distrito Federal. De um lado, constata-se a consolidação de um planejamento urbanístico rigoroso, direcionado às centralidades valorizadas e projetado por arquitetos de renome internacional; de outro, desdobram-se as periferias desassistidas, alheias às ações de ordenamento estatal. Nessas geografias marginalizadas, a exclusão social se manifesta em sua face mais severa, submetendo as populações vulneráveis a condições sub-humanas de reprodução social e à extrema privação material.

Segundo Sehaeffer, 2003, p.240) "Em Brasília, a instalação das cidades periféricas foi estratégica, do ponto de vista da rentabilidade dos negócios [...] ou do ponto de vista do embelezamento da cidade, ao esconder da burguesia nacional e internacional, o seu próprio produto: a miséria social". Essa ocultação deliberada da miséria social revela-se de forma flagrante nas espacialidades periféricas do Distrito Federal, cujas populações enfrentam uma severa precarização das condições de vida, chegando ao extremo da ausência total de infraestrutura básica, como historicamente se observa na ocupação de Santa Luzia.

Nesse mesmo horizonte analítico, destaca-se o processo de formação socioespacial da Vila Estrutural. A gênese desse "aglomerado subnormal" vincula-se diretamente à consolidação do antigo Lixão da Estrutural (cujas atividades foram encerradas em janeiro de 2018), uma área de descarte tecnogênico situada estrategicamente a sudoeste do Parque Nacional de Brasília e ao norte da referida comunidade. Localizado a apenas 13 quilômetros de distância do centro administrativo e político do país, o antigo vazadouro explicitava um nítido e desconfortável contraste socioespacial ao avizinhar-se de setores de elevada renda da capital.

A consolidação dessa ocupação humana sobre camadas sobrepostas de resíduos sólidos — outrora considerado o maior lixão a céu aberto da América Latina — remonta ao período imediatamente posterior à inauguração de Brasília, quando os catadores de materiais recicláveis passaram a fixar residência na localidade. Se no início da década de 1990 o cadastro oficial contabilizava cerca de 393 famílias, os dados empíricos obtidos no Trabalho de Campo indicam um crescimento demográfico exponencial, superando a marca de 700 famílias residentes. Esse adensamento consolidou a Vila Estrutural como uma das regiões administrativas de maior expressão demográfica e complexidade social no cenário contemporâneo do Distrito Federal.

Conforme Davis (2006), o processo de favelização é heterogêneo e impulsionado pela urbanização compulsória, que repele as populações do meio rural. No caso da Vila Estrutural, a ocupação associou-se à busca por renda por meio da triagem de resíduos sólidos. Todavia, essa modalidade de expansão urbana traz consigo vulnerabilidades socioespaciais internas, dentre as quais a incidência de violência se destacou como uma das problemáticas mais evidentes durante as observações de campo, como coloca Maricato (2003):

> [...]A relação entre habitat e violência é dada pela segregação territorial. Regiões inteiras são ocupadas ilegalmente. Ilegalidade urbanística convive com a ilegalidade na resolução de conflitos: não há lei, não há julgamentos formais, não há Estado. À dificuldade de acesso aos serviços de infra-estrutura urbana (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação, cultura e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desabamentos) somam-se menores oportunidade de emprego, maior exposição à violência (marginal ou policial), difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, discriminação racial. A exclusão é um todo: social, econômica, ambiental, jurídica e cultural. No meio urbano, o investimento público orientado pelos lobbies bem organizados alimenta a relação legislação / mercado imobiliário restrito / exclusão social. E nas áreas desprezadas pelo mercado imobiliário, nas áreas ambientalmente frágeis, cuja ocupação é vetada pela legislação e nas áreas públicas, que a população pobre vai se instalar: encostas dos morros, beira dos córregos, áreas de mangue, áreas de proteção aos mananciais... Na cidade, a invasão de terras é uma regra, e não uma exceção. Mas ela não é ditada pelo desapego à lei ou por lideranças que querem afrontá-la. Ela é ditada pela falta de alternativas. (MARICATO, 2003, P.78).

O vazadouro registrava o recebimento diário de 2,2 mil toneladas de resíduos domiciliares e cerca de 5 mil toneladas de entulho da construção civil, totalizando uma média de 7,2 mil toneladas diárias. Ao longo de décadas, a atividade tendeu

a ser a principal fonte de subsistência de catadores que enfrentavam processos de marginalização socioeconômica e vulnerabilidade institucional, submetendo-se a severos riscos ocupacionais, biológicos e sanitários. Apesar da insalubridade, as pressões para o fechamento do local eram contestadas pela comunidade de trabalhadores, que se mobilizava em defesa de sua renda. Como aponta Silva (1994), as lutas urbanas articulam-se frequentemente no espaço vicinal como cenário privilegiado de ação coletiva, onde a resistência visava salvaguardar a continuidade do trabalho e do sustento familiar

Esse contexto de resistência culminou na articulação de um movimento social urbano composto pelos catadores da Vila Estrutural. Tal mobilização evidencia o processo de mercantilização da cidade e a condição subalterna dessa parcela da força de trabalho, que pleiteia condições dignas de subsistência em um espaço predominantemente convertido em vetor de reprodução do valor de troca, conforme os pressupostos de Lefebvre (2001). Manifesta-se, assim, a segregação periférica própria da lógica capitalista, que restringe direitos fundamentais da classe trabalhadora e consolida a produção do espaço urbano em estrita consonância com a identidade e a vulnerabilidade social de seus habitantes, sobre isso Carlos (2017) acrescenta:

> Nesse processo, faz acréscimos, modificações e, com isso, constrói um espaço diferenciado a partir de suas exigências práticas, bem como de seus desejos. O que observamos nos bairros é indicativo do fato de que os usos transformam os espaços enquanto modo de apropriação particular e específica, como por exemplo, na cor das casas, no arranjo do jardim, nos móveis dos alpendres, na improvisação da garagem, no tipo de muro que circunda a casa, na altura do portão, etc. Como decorrência de uma prática social vivida, cada sujeito se situa num espaço onde se reconhece; o espaço incorpora atos de criação de um mundo habitado e habitável, reconhecido e identificado pelos habitantes. (Carlos, 2017.p.243).

A denominação de aterro sanitário atribuída ao local apresenta-se conceitualmente incorreta, uma vez que a área se configura como um depósito tecnogênico ou, popularmente, um lixão. O espaço carece da infraestrutura técnica e de engenharia que caracteriza um aterro regulamentar; a disposição dos resíduos ocorre de forma indiscriminada e sem qualquer processo prévio de triagem. Desse modo, verifica-se a mistura generalizada de diferentes classes de rejeitos, abrangendo desde resíduos de serviços de saúde (hospitalares) e matéria orgânica até metais, plásticos e, predominantemente, resíduos da construção civil. FANNING, 1989 apud PELOGGIA (1998) salienta:

> Os tecnógenos são classificados nas seguintes quatro categoriais: 1) materiais "úrbicos" (do inglês urbic) relativos a detritos urbanos, materiais terrosos que contêm artefatos manufaturados pelo homem moderno, frequentemente em fragmentos, como tijolo, vidro, concreto, asfalto, prego, plástico, metais diversos, dentre outros; 2) materiais "garbicos" (do inglês garbage) que são materiais detríticos como lixo orgânico, de origem humana, e que, apesar de conterem artefatos em quantidades muito menores que a dos materiais úrbicos, são ricos em matéria orgânica para gerar metano em condições anaeróbias; 3) materiais "espólicos" (do inglês spoil), que correspondem a materiais terrosos escavados e redepositados por operações de terraplenagem

> em minas a céu aberto, rodovias ou outras obras civis. Incluem-se os depósitos de assoreamento causados por erosão acelerada; 4) materiais "dragados", oriundos de dragagem de cursos d'água e, em geral, depositados em diques, topograficamente alçados em relação à planície aluvial. (FANNING & FANNING, 1989 apud PELOGGIA, 1998, p.73).

No âmbito desse depósito, constata-se a predominância de materiais úrbicos e gárbicos. Dentre os rejeitos dispostos, os resíduos da construção civil constituem a fração de maior interesse socioeconômico e valorização para os catadores. Essa relevância mercadológica decorre da alta rentabilidade proporcionada pela expressiva concentração de ferro, madeira e sucatas metálicas passíveis de reciclagem.



Imagem 3: Lixão da Estrutural

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

A partir do encerramento das atividades do vazadouro no início daquele ano, os dados obtidos por meio de Relatos de Campo indicam que os resíduos passaram a ser compactados e sobrepostos na estrutura do aterro, utilizando-se de rejeitos da construção civil como base de sustentação para o depósito. Subsiste, todavia, o passivo ambiental decorrente do acúmulo de milhões de toneladas de lixo heterogêneo dispostas no subsolo. Com o intuito de mitigar o risco de explosões provocadas pelo confinamento do gás metano, foram instaladas diversas manilhas de exaustão vertical (conforme imagem 4).



Imagem 4: Manilha por onde é expelido o gás metano ao ar livre

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Esses aparatos técnicos realizam a dispersão direta do gás na atmosfera de forma livre, evidenciando uma patente desassistência estatal no que tange aos impactos à saúde e à segurança das populações residentes no entorno imediato. A gestão dos impactos socioambientais na área estudada apresenta lacunas no que concerne a políticas públicas assistenciais e à oferta de infraestrutura urbana básica para a população residente. Soma-se a esse cenário a presença de uma bacia de acumulação de lixiviado (conforme imagem 5), popularmente conhecido como chorume.

O gerenciamento desse efluente ocorre por meio de um sistema de recirculação, no qual o líquido é bombeado e reintroduzido na parte superior do antigo vazadouro para fins de evaporação e atenuação por infiltração. Esse processo, contudo, gera discussões técnicas acerca dos riscos de contaminação do solo, do lençol freático e de corpos hídricos superficiais adjacentes.



Imagem 5: Lagoa de chorume

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

O quadro de vulnerabilidades e as contradições socioespaciais identificadas correlacionam-se diretamente com o conceito de desurbanização segregadora formulado por Lefebvre (2001), manifestando-se no severo isolamento social das populações periféricas. Constata-se que o encerramento das atividades do antigo vazadouro desencadeou uma reconfiguração nas dinâmicas de violência e criminalidade na Vila Estrutural e na comunidade de Santa Luzia. Se, por um lado, a intervenção institucional mitigou a ocorrência do trabalho infantil na triagem de resíduos, por outro, a ausência de políticas públicas de inclusão socioeconômica eficazes criou um vácuo estrutural.

Sob a ótica econômica, a desativação do lixão operou um efeito recessivo na microeconomia da Vila Estrutural, culminando na desestruturação e falência de diversos estabelecimentos comerciais locais. A transição compulsória dos antigos catadores autônomos para o regime de cooperativas centralizadas em galpões implicou não apenas na perda da autonomia laboral, mas também em um severo decréscimo em seus rendimentos médios — que declinaram de patamares mensais de aproximadamente R$ 1.300,00 para estimativas semanais de R$ 40,00.

Adjacente ao perímetro do antigo depósito tecnogênico, a Vila Santa Luzia evidencia um gradiente de precariedade infraestrutural ainda mais acentuado que o verificado na Vila Estrutural. Situado nas proximidades imediatas do passivo ambiental dos resíduos acumulados, o assentamento carece de serviços básicos de saneamento ambiental, como redes formais de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de sofrer com a ausência de equipamentos públicos de educação básica. A

supressão do ordenamento urbano reflete-se na disposição inadequada de resíduos sólidos domiciliares em vias públicas não pavimentadas (conforme imagens 6 e 7) e no acesso à energia elétrica operado por meio de conexões informais e clandestinas.



Imagem 6: Vila Santa Luzia-Falta esgoto a céu aberto

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.



Imagem 7: Vila Santa Luzia – ausência de infraestrutura

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

O encerramento das atividades do vazadouro também acarretou impactos severos na economia local da Vila Santa Luzia, operando de forma concomitante com a elevação dos índices de criminalidade. Durante o trabalho de campo, observou-se o surgimento de estratégias informais de sobrevivência frente à extrema privação material da comunidade; relatos locais evidenciaram a comercialização de gêneros alimentícios com prazos de validade expirados ou em condições inadequadas de conservação. Esse mercado informal encontra demanda na própria localidade devido ao baixo custo dos produtos, explicitando a situação de insegurança alimentar a que a população está submetida. Sobre a sobrevivência sem o ganho do aterro o Correio Brasiliense publicou a seguinte nota:

> Os cerca de 12 mil moradores da Chácara Santa Luzia, uma invasão a pouco mais de 1km da entrada do Lixão, dependiam, direta ou indiretamente, do lixo descartado pelos moradores do Distrito Federal. A desativação do aterro reduziu o mau cheiro, mas colocou os trabalhadores do entulho diante de um impasse. O governo local ofereceu, por meio de oito cooperativas, a possibilidade de essa população atuar nos cinco galpões de triagem de recicláveis. Um deles fica no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), a poucos metros dos barracos de madeirite onde moram os homens e as mulheres agora sem uma renda. (CORREIO BRASILIENSE, 28/01/2018).

Em ambas as espacialidades periféricas — tanto na Vila Estrutural quanto em Santa Luzia —, manifesta-se de maneira evidente a "fala do urbano" e seus signos, os quais traduzem a realidade empírica e o modo de vida de seus habitantes. Essa população encontra-se expropriada das condições mínimas de dignidade e do acesso aos recursos de infraestrutura mais elementares, submetendo-se às lógicas de dominação das classes hegemônicas. Configura-se, assim, um cenário de exclusão da cidadania plena e do direito à cidade, prerrogativa que, conforme Lefebvre (2001, p. 118): "não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno as cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito a vida urbana, transformada e renovada".

2.3 Cidades coloniais: Pirenópolis e Corumbá de Goiás

O núcleo colonial de Pirenópolis configura-se, na contemporaneidade, como um espaço amplamente apropriado pelo capital turístico, sob a égide do denominado "Turismo Cultural". Embora a localidade guarde um denso arcabouço histórico-cultural de expressiva relevância para a formação socioespacial goiana, sua gênese e evolução urbana fundamentam-se em uma lógica marcadamente segregatória. Essa clivagem materializa-se na arquitetura, nas manifestações culturais e na própria memória do período escravocrata, consolidando na paisagem uma nítida delimitação entre as esferas social e racial — expressa na dicotomia entre o "espaço do negro" e o "espaço do branco" —, conforme evidenciado pelas observações empíricas realizadas em Trabalho de Campo. Sobre a cidade Pequeno (2014) informa:

> Fundado com o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, pelo minerador português Manoel Rodrigues Tomas, tornou-se um importante polo de mineração do Brasil em meados dos séculos XVIII e XIX. No ano de 1890, passou a se chamar Pirenópolis, devido a serra dos Pireneus [...]. Pirenópolis nasceu das expedições portuguesas que vinham em busca do ouro, no ano de 1720. Durante esse período, Bartolomeu Bueno da Silva Filho, também conhecido como Anhanguera, acompanhado de uma comitiva de exploradores portugueses, adentrou a região de Goiás, pertencente à capitania de São Paulo, a fim de encontrar ouro na região. O ouro seria extraído e escoado para o centro político do país e, em troca, o direito de uso dos rios próximos seria concedido a Anhanguera. Parte desses exploradores se instalou às margens do Rio das Almas e fundou, em 1727, as Minas de Nossa Senhora do Rosário da Meia Ponte [...]Pirenópolis também foi um dos engenhos de cana de açúcar mais influentes e importantes do Centro-Oeste, bem como grande exportadora de algodão. (PEQUENO,2014, P.26)

O município de Pirenópolis abriga um denso patrimônio natural e imaterial, materializado em manifestações seculares como a Festa do Divino e as Cavalhadas. A atratividade de seus elementos biofísicos associada à atmosfera de aprazibilidade local converte-se converte em um vetor de refúgio para populações oriundas do estresse característico das metrópoles. Atraindo o capital turístico, como aponta Lefebvre (2001), coopta os antigos centros para o turismo, a isso, Freitas (2005,p.13) acrescenta: "Pirenópolis, uma cidade histórica, localiza-se na região Centro-Oeste, e são os seus bens materiais e imateriais que despertam a vontade de conhecê-la e, muitas vezes, o desejo de ficar, pelo bucolismo e receptividade que a diferencia dos grandes centros urbanos".

Em oposição à lógica das grandes metrópoles, os núcleos coloniais de Pirenópolis e Corumbá de Goiás resguardam seus espaços de sociabilidade tradicionais. Nessas espacialidades, constata-se a ausência da denominada "arquitetura do medo", permitindo a livre circulação de pedestres em diferentes períodos diurnos e noturnos. A morfologia urbana prescinde de elementos de segregação física, como muros altos e cercas de proteção; ao contrário, o alinhamento das fachadas coloniais (conforme imagem 8) mantém vãos de portas e janelas confrontantes com o passeio público, preservando a dinâmica de interação social e o contato comunitário cotidiano através dos balcões e aberturas residenciais.



Imagem 8: Paisagem/ Arquitetura Colonial

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Um aspecto de relevante interesse empírico reside na configuração e no uso das praças públicas tanto em Pirenópolis quanto em Corumbá de Goiás. Na realidade urbana contemporânea, os espaços públicos destinados à sociabilidade espontânea têm sofrido um processo de retração, tornando-se raros fora do perímetro das tipologias habitacionais fechadas (condomínios fechados). A praça, que historicamente se consolidou como um elemento de centralidade simbólica e de fundamental relevância para a interação comunitária, apresenta-se cada vez mais escassa ou funcionalmente obsoleta nas grandes cidades. Esse esvaziamento e aparente abandono decorrem, sobremaneira, do déficit em segurança pública, o que inibe a apropriação e o pleno uso desses espaços por parte dos citadinos, como coloca Lefebvre (2001, p.27) "Toda realidade urbana perceptível desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros".



Imagem 9: Praça Corumbá de Goiás

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

A morfologia e a tipologia das habitações locais não apenas evidenciam o recorte cronológico e a estratificação socioeconômica de seus moradores, mas também revelam importantes códigos de conduta e dinâmicas da vida cotidiana. As residências caracterizam-se pela presença da parede de oitão cega e por um sistema de comunicação não verbal baseado na abertura de seus acessos frontais: a primeira porta mantida aberta sinaliza a receptividade dos moradores ao acolhimento de visitas, enquanto o fechamento dessa abertura indica a salvaguarda da privacidade doméstica (conforme imagem 10).



Imagem 10: Porta Aberta e Fechada

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Contudo, a despeito dessa atmosfera de aprazibilidade, os relatos obtidos em campo sinalizam a ocorrência esporádica de pequenos delitos patrimoniais, associados à expansão do tráfico de entorpecentes na urbe. Sob a perspectiva da evolução urbana histórica, o espaço estruturava-se a partir de uma rígida segregação sociorracial, expressa na delimitação entre as esferas de circulação da população branca e da população negra. De acordo com as fontes orais locais, essa clivagem refletia-se nas práticas religiosas tradicionais, de modo que a comunhão em determinados templos era restrita aos cidadãos brancos.

Exemplo dessa dinâmica histórica é a Igreja de Nossa Senhora do Carmo (conforme figura 11). Construída originalmente no século XVIII como capela particular e posteriormente integrada ao patrimônio histórico goiano, a edificação atualmente salvaguarda os altares remanescentes da antiga igreja destinada à população negra, que foi outrora demolida. Adicionalmente, como reflexo do processo contemporâneo de mercantilização e apropriação turística do patrimônio religioso, instituiu-se a cobrança de uma taxa de visitação para o acesso ao interior do templo.



Figura 11: é Igreja Matriz Nossa Senhora Do Carmo

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Historicamente, a apropriação do espaço sagrado em Pirenópolis reproduzia as clivagens da sociedade escravocrata. Enquanto o templo de Nossa Senhora do Rosário (padroeira da municipalidade) constituía o espaço de comunhão destinado à população negra e escravizada, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte era frequentada pelos indivíduos miscigenados. Essa dinâmica evidencia uma segregação racial estrutural que permanece intrínseca à formação socioespacial brasileira. Na Pirenópolis contemporânea, essa assimetria perpetua-se sob novas roupagens: a exemplo do que ocorre na maioria dos núcleos turísticos, verifica-se que a classe trabalhadora local atua na produção e manutenção do espaço, mas é marginalizada quanto ao seu consumo efetivo.

A assimetria no tratamento do patrimônio cultural e identitário do município tornou-se institucionalmente explícita na década de 1940. Em 1941, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) promoveu o tombamento do templo associado à elite branca, enquanto, no ano subsequente (1942), realizou-se a demolição da antiga igreja da comunidade negra. Tal episódio ilustra a subalternização histórica e o apagamento material da herança cultural afro-brasileira, elemento basilar na fundação da cidade.

Sob a perspectiva da morfologia urbana colonial, a localização desse templo demolido — adjacente às margens do Rio das Almas (conforme figura 12) — correspondia diretamente ao sítio de exploração aurífera onde se concentrava a força de trabalho escravizada. Nesse mesmo perímetro ciliar estabeleciam-se as habitações dos cativos, caracterizadas por acentuada precariedade construtiva e diferenciações volumétricas e cromáticas em relação ao núcleo central. Configurava-se, desse modo, uma organização do espaço urbano rigidamente balizada por critérios de raça e casta, materializando na paisagem as assimetrias e as formas da divisão social do trabalho.



Imagem 12: O Rio das Almas recebeu esse nome porque acreditava-se que almas do purgatório mostrariam o local do ouro abundante

Fonte: SANTOS, L. K. 22 de junho de 2018.

Sobre o turismo na cidade, esse se intensificou a partir de 1990, segundo Pequeno (2014) ele entra para o roteiro turístico de Goiás, tomando assim, a atividade turística como uma das principais fontes de emprego e renda da população local, juntamente com exploração de quartzito, agropecuária, e o comércio. Freitas (2005, p.40) completa a informação acrescentando que "a população de Brasília, buscando novas alternativas para descanso, descobriu Pirenópolis, começou a utilizar a cidade como sua segunda residência para uso em finais de semana, feriados prolongados e férias" sendo a causa para a explosão turística na região.

O fluxo turístico no município apresenta crescimento contínuo, impulsionando a dinâmica do mercado imobiliário local. Conforme observado em campo, a expressiva aquisição de lotes destinados à construção de equipamentos hoteleiros tem induzido um processo de segregação socioespacial, deslocando as populações de menor poder aquisitivo para as adjacências do núcleo urbano. Alinhado a essa perspectiva, Pequeno (2014) destaca a vasta diversidade da rede de hospedagem local — que abrange desde hotéis, pousadas e *hostels* até *resorts* e campings —, cujas tarifas oscilam de médias a altas a depender da sazonalidade turística. Apesar dessa variação estacional, a localidade oferece opções de alojamento e serviços de alimentação que atendem a diferentes perfis de consumo.

Atualmente, a infraestrutura hoteleira do município contabiliza pouco mais de 120 estabelecimentos cadastrados. Dados de Pequeno (2014, p. 33) apontam que a cidade "recebe cerca de 10 mil turistas por mês, de origem principalmente do Distrito Federal (53%) e de Goiânia (34%), e gera cerca de 3 mil empregos diretos". Essa expressiva movimentação de capital evidencia a transformação da cidade em um espaço pautado pelo valor de troca, conforme os pressupostos de Lefebvre (2001); a produção do espaço urbano passa a ser comercializada, convertendo a cidade simultaneamente em um lugar de consumo e no próprio consumo do lugar para garantir a subsistência de parcela significativa de seus habitantes.

Adicionalmente, as evidências empíricas coletadas em campo demonstram que o turismo local, além de ancorado no patrimônio arquitetônico e histórico, sustenta-se nos segmentos de ecoturismo, turismo de aventura e lazer associado aos recursos hídricos (cachoeiras). Dentre os atrativos de relevante interesse histórico-cultural destaca-se a Fazenda Babilônia, considerada o maior complexo agropecuário da região e que, historicamente, funcionou como um importante engenho de cana-de-açúcar durante o período colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As assimetrias socioespaciais historicamente estruturam a divisão de classes, posicionando os sujeitos em condições materiais nitidamente desiguais. A partir das observações empíricas realizadas em trabalho de campo, tornou-se evidente como o modo de produção vigente opera a exclusão e a expropriação da classe trabalhadora no tocante ao direito à cidadania. Esse processo de segregação submete parcelas populacionais a condições de extrema vulnerabilidade social nas periferias da área metropolitana de Brasília, espacialidade que se configura como o *locus* das principais contradições e problemáticas urbanas do Distrito Federal.

Nas três tipologias urbanas analisadas — a cidade planejada (Brasília), as ocupações periféricas adjacentes (Vila Estrutural e Santa Luzia) e os núcleos coloniais tradicionais (Pirenópolis e Corumbá de Goiás) —, manifesta-se a prevalência da lógica do valor de troca sobre o valor de uso, conforme a perspectiva lefebvriana. O capital apropria-se continuamente das centralidades urbanas, seja por meio da mercantilização do patrimônio voltada ao turismo, seja mediante a exploração da força de trabalho das populações vulnerabilizadas.

A evolução histórica dessas espacialidades, que remonta ao período colonial de Goiás e à expansão bandeirante até a subsequente interiorização e consolidação da nova capital federal, revela um processo contínuo de conflitos socioeconômicos pela hegemonia e pela acumulação de excedentes. Essa dinâmica expressava-se de forma dicotômica no ciclo do ouro em Pirenópolis, cindindo a paisagem entre os espaços da aristocracia e os contingentes escravizados. Séculos mais tarde, essa estrutura reproduziu-se na construção de Brasília: os operários migrantes (candangos), arregimentados para edificar a capital do poder político e econômico, foram preteridos no planejamento urbano oficial do Distrito Federal. À margem do plano piloto, essas populações estabeleceram os núcleos habitacionais que a literatura técnica contemporânea classifica como comunidades e favelas (anteriormente denominados aglomerados subnormais), os quais funcionam como reservatórios de mão de obra para a centralidade administrativa. Em suma, as trajetórias históricas analisadas convergem para um processo persistente de segregação espacial, que relega a classe trabalhadora aos efeitos deletérios das desigualdades sociais, convertendo-a em elemento periférico na reprodução do capital.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA Ademir B. de. **O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira.** São Paulo: Lua Nova, 2016. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00081.pdf> Acesso:11/07/2018

BOURDIEU, P**. A miséria do mundo**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 747 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A cidade.** 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

GUERRA, Eliana Costa . A questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no brasil contemporâneo. In: **VI Jornada Internacional de Politicas** Públicas, 2013, São Luís. O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. São Lúis, 2013. v. 1. p. 1-10. Disponível:< https://repositorio.ufm.br/jspui/bitstream/123456789/18514/1/Eliana_2014.pdf>Acesso:11/07/18.

GUIA. George Alex da; CIDADE Lúcia Cony Faria. Segregação **Residencial e Reprodução das Desigualdades Socioespaciais no Aglomerado Urbano de Brasília**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 12, n. 23, pp. 145-168, jan/jun 2010.

FREITAS,, Juliana pPereira. Pirenópolis Na rota do turismo cultural. Dissertação de Mestrado-Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005. Dsiponivel:<>Acesso12/07/18

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 1991.

MARICATO, E. **Habitação e Cidade**. 3. ed. São Paulo: Atual Editora, 1997.

_____. **Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo: Perspec. vol.14, oct./dec. 2000.

_____. Conhecer para resolver a cidade ilegal in: CASTRIOTA, L.B. (org.) **Urbanização Brasileira: Redescobertas**. Belo Horizonte: editora Arte, 2003. p. 78-96.Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004> Acesso:11/07/18.

PELOGGIA, Alex. **O homem e o ambiente geológico**: geologia, sociedade e a ocupação urbana no Município de São Paulo. São Paulo: Xamã, 1998.

PEQUENO, LISIEUX AMARAL.PIRENÓPOLIS E O TURISMO CULTURAL Brasília – 2014. Disponivel: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/12939/1/2014_LisieuxAmaralPequeno.pdf >Acesso: 12/07/18.

SILVA, A. A**. Dimensões da interlocução pública: cidade, movimentos sociais e direitos**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Eliete Barbosa de Brito. V**alparaíso de Goiás: o lugar das identidades, as identidades do lugar: 1995-2010. 2014**. 226 f. Dissertação (Mestrado em Historia)–Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível:<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4226/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eliete%20Barbosa%20de%20Brito%20Silva%20-%202014.pdf:Acesso:12/07/18.

SCHAEFFER, Maria de Fatima Castilhos. **Segregação socioespacial no Distrito Federal**. KATALY, v. 6 n. 2 jul./dez. 2003 Florianópolis 5C 237-248.

SPÓSITO, M. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

Disponível:<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/01/28/interna_cidadesdf,656196/chacara-santa-luzia-df.shtml>Acesso: 12/07/18.

Disponível:<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/lixao-da-estrutural-um-retrato-do-maior-deposito-de-lixo-da-america-latina.ghtml> Acesso:12/07/18.

RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hicitec, 1996.

SERPA, Ângelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: CORRÊA, R. L.; PINTAUDE, S. M. (orgs) A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

CAPÍTULO 7

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UMA TRAJETÓRIA DE MEDIAÇÃO DIDÁTICA E SOCIOAMBIENTAL ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A PÓS-GRADUAÇÃO

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612017

Leonoura Katarina Santos
Discente Do Curso De Doutorado Do Programa De Pós Gradução
Em Geografia Da Universidade Federal De Catalão

Alex Lourenço Dos Santos
Discente Do Curso De Doutorado Do Programa De Pós Gradução
Em Geografia Da Universidade Federal De Catalão

Cristiany Barbosa Ferreira Resende
Discente Do Curso De Doutorado Do Programa De Pós Gradução
Em Geografia Da Universidade Federal De Catalão

Patrícia Francisca De Matos
Docente Do Curso De Doutorado Do Programa De Pós Gradução
Em Geografia Da Universidade Federal De Catalão

RESUMO: O presente artigo sistematiza uma jornada acadêmica contínua voltada à inserção de recursos lúdico-pedagógicos e não-convencionais no Ensino de Geografia, articulando ações desenvolvidas na Graduação (via PIBID e Estágio Supervisionado) e na Pós-Graduação *Strictu Sensu* (Mestrado). O objetivo é analisar como as atividades e jogos lúdicos contribuem para uma mediação didática significativa e para o despertar da consciência socioecológica na Educação Básica. A metodologia pautou-se em uma abordagem qualitativa e quantitativa por meio de pesquisa-ação, documental e de campo. Os resultados obtidos em ambas as etapas demonstram que a quebra com o modelo tradicional de ensino promove o protagonismo discente, a autonomia e a fixação conceitual de forma espontânea, prazerosa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Geografia; Atividades Lúdicas; Educação Socioambiental; Trajetória Acadêmica.

INTRODUÇÃO

A necessidade de renovação metodológica no Ensino de Geografia na Educação Básica tem sido amplamente debatida diante do evidente esgotamento das práticas tradicionais. Historicamente, a disciplina enfrenta o desafio de romper com um modelo enciclopédico e puramente descritivo, no qual o livro didático é utilizado como recurso exclusivo e fragmentado. No entanto, a persistência desse cenário não decorre apenas de escolhas pedagógicas, mas está diretamente atrelada ao esgotamento físico e mental dos professores, sobrecarregados por jornadas excessivas, e à crônica escassez de recursos e infraestrutura dentro das escolas públicas, fatores que sufocam o planejamento de dinâmicas inovadoras.

É nesse panorama desafiador que os projetos de pesquisa e iniciação à docência, a exemplo do PIBID, e as etapas de Estágio Supervisionado ganham centralidade vital; eles funcionam como pontes de oxigenação acadêmica fundamentais para introduzir a ludicidade no chão da escola. Essas instâncias formativas instrumentalizam o futuro docente para projetar e levar materiais diferenciados e jogos interativos para a sala de aula, convertendo o espaço escolar em um laboratório criativo capaz de mitigar a escassez material e resgatar o protagonismo e a compreensão crítica dos discentes sobre o espaço geográfico.

Este artigo apresenta a consolidação de uma linha de pesquisa e práxis docente desenvolvida ao longo da jornada acadêmica da autora, unificando as experiências de campo da Graduação e do Mestrado em Catalão (GO). A proposta central estrutura-se na utilização de recursos lúdico-pedagógicos e não-convencionais como instrumentos de transposição didática significativa, estendendo-se desde os conceitos clássicos da climatologia, cartografia e geologia até as prementes demandas da Educação Socioambiental.

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A MEDIAÇÃO POR ATIVIDADES LÚDICAS

Pensar a prática pedagógica no Ensino de Geografia na contemporaneidade exige a superação de modelos tradicionais que limitam o estudante a um papel passivo de mero espectador. A transposição didática de conceitos complexos necessita de caminhos que promovam a criticidade, a curiosidade e a troca mútua de saberes entre os sujeitos do processo educativo. O professor, portanto, deve atuar como um mediador consciente, abandonando a postura histórica de transmissor de verdades absolutas e acabadas. Conforme assevera Oliveira (1994, p. 140):

> Este caminho dialético pressupõe que o professor se envolva não só com os alunos, mas, sobretudo com os conteúdos a serem ensinados. Ou seja, o professor deve deixar de dar os conceitos prontos para os alunos, e sim, juntos, professores e alunos participarem de um processo de construção de conceitos e de saber. Nesse processo, o professor deixa de ser um mero transmissor de conhecimentos e o aluno mero receptáculo do saber. Dessa forma, é fundamental que o professor participe do debate teóricometodológico que vem sendo travado nas universidades. É através de sua inserção nesse debate que fará a sua opção consciente acerca do caminho crítico que a geografia e a escola devem ter. (OLIVEIRA, 1994, p. 140).

Nessa perspectiva dialética e problematizadora, o ato de ensinar Geografia desvincula-se da simples memorização de capitais, acidentes geográficos ou dados estatísticos isolados. O espaço geográfico, enquanto produto das relações sociais e da dinâmica da natureza, precisa ser apreendido a partir de metodologias que estimulem o raciocínio espacial abstrato e concreto. O planejamento de atividades significativas e desafiadoras atua como um vetor que conecta a ciência geográfica à realidade vivida pelos educandos, transformando a sala de aula em um ambiente de coconstrução. De acordo com Silva & Bertazzo (2013, p. 345):

> Aos professores são atribuídas as ações de planejamento de atividades - relacionadas à Geografia – que sejam significativas e desafiadoras, capazes de ampliar os conhecimentos já adquiridos pelos alunos em seu meio sociocultural, e nos estudos anteriores. (Silva & Bertazzo, 2013, p. 345).

A introdução do jogo e da ludicidade no ambiente escolar encontra forte amparo na psicologia do desenvolvimento e nas teorias de aprendizagem interacionistas. Sob a ótica sócio-histórica de Vygotsky (1987, p. 118), o ato de jogar e brincar é estruturante para a constituição das funções psicológicas superiores, permitindo que a criança opere em uma esfera cognitiva que ultrapassa seu comportamento cotidiano e impulsionando a sua Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): "O jogo é considerado um estímulo à criança no desenvolvimento de processos internos de construção do conhecimento e no âmbito das relações com os outros."

Ao criar uma situação imaginária, a criança liberta-se das amarras conceituais imediatas do objeto físico, atribuindo novos significados simbólicos às ações que executa. Esse movimento prepara as estruturas mentais para lidar com conceitos científicos abstratos e altamente complexos, fundamentais para a leitura do espaço global e local. Vygotsky (1987, p. 118) complementa esse raciocínio ao demonstrar a transição natural do brinquedo livre para a estrutura normatizada dos jogos escolares:

> A criança começa com a situação imaginária, que é uma reprodução da situação real, sendo uma brincadeira muito mais a lembrança de alguma coisa que realmente aconteceu, do que uma situação imaginária nova. Á medida que a brincadeira se desenvolve, observamos um movimento em direção à realização consciente de seu propósito. Finalmente surgem as regras que irão possibilitar a divisão do trabalho e o jogo na idade escolar. (VIGOTSKI, 1987, p.118).

Sob o viés cognitivista e psicogenético, Piaget (1975) corrobora a relevância do manuseio, da ação direta e da experimentação ativa para a edificação das estruturas mentais da inteligência. O autor demonstra que o lúdico promove a transição necessária entre o pensamento empírico-concreto e a posterior formalização abstrata, permitindo a internalização de esquemas de assimilação e acomodação:

> [...] os jogos e as atividades lúdicas tornam-se significativas à medida que a criança se desenvolve, com a livre manipulação de materiais variados, ela passa a reconstituir reinventar as coisas, que já exige uma adaptação mais completa. Essa adaptação só é possível, a partir do momento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas, que é o concreto da vida dela, em linguagem escrita que é o abstrato. (PIAGET, 1975, p. 156).

No contexto específico da Educação Geográfica, o jogo e a simulação operam como eixos transformadores que retiram a disciplina do enciclopedismo descritivo e linear que historicamente contribuiu para o desinteresse estudantil. Quando o aluno manipula maquetes, participa de tabuleiros humanos ou decifra enigmas cartográficos, ele vivencia a espacialidade de forma tátil e intelectual. Conforme pontua Aguiar (1999, p. 9):

> As atividades escolares concedem pouca importância aos jogos no contexto do ensino/aprendizagem de Geografia. Se queremos elaborar propostas de ensino que possibilitem, por parte do aluno, interferências críticas, conscientes e propositivas em seu mundo, haveremos que inovar nossas ações como professores. A utilização dos jogos de simulação pode ser um dos caminhos a trilhar. Considerando os jogos como recursos extremamente úteis para despertar o interesse dos alunos, ao lado de enriquecerem e favorecerem processos de aprendizagem significativos e duradouros. (AGUIAR, 1999, p.7-8).

O ato de brincar na escola, contudo, difere substancialmente do brincar espontâneo realizado no cotidiano doméstico ou comunitário. Para que o recurso lúdico cumpra sua função pedagógica de transposição didática, faz-se imperativa a presença clara da intencionalidade pedagógica por parte do docente. É essa clareza de objetivos e metas curriculares que transforma o jogo livre em um autêntico e rigoroso material de ensino. Kishimoto (1999) delimita com precisão essa fronteira ontológica entre o objeto recreativo puro e o recurso didático-lúdico estruturado:

> Se brinquedos são sempre suportes de brincadeiras, sua utilização deveria criar momentos lúdicos de livre exploração, nos quais prevalece a incerteza do ato e não se buscam resultados. Porém, se os mesmos objetos servem como auxiliar da ação docente buscam-se resultados em relação à aprendizagem de conceitos e noções. Nesse caso, o objeto conhecido como brinquedo não realiza sua função lúdica deixa de ser brinquedo para se tornar-se material pedagógico. (KISHIMOTO, 1999, p. 78).

Para além do desenvolvimento de conceitos estritamente cognitivos ou cartográficos, as atividades lúdicas fomentam de maneira decisiva a autonomia, a identidade, a resiliência frente ao erro e as capacidades de socialização dos estudantes no ambiente de convívio escolar. Conforme sintetiza Lopes (2006, p. 110):

> Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde, representar determina do papel na brincadeira, faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras, as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação, da utilização e da experimentação de regras e papéis sociais. (LOPES, 2006, p.110).

Ademais, quando aplicados a conteúdos que demandam alto grau de abstração ou sensibilidade humanística — como a análise de impactos ambientais locais, dinâmicas geológicas profundas ou a alfabetização cartográfica —, os jogos e dinâmicas promovem interatividade, horizontalidade e engajamento coletivo. Como concorda Brougère (1998, p. 201):"não é o jogo em si mesmo que contribui para a educação, é o uso do jogo como meio em um conjunto controlado que lhe permite trazer sua contribuição".

Desta forma, a ludicidade associada à prática escolar traz um ambiente renovador na construção do saber, despertando nos educandos o desejo de aprender Geografia brincando de forma consciente. Ao amparar-se nessa sólida base teórica, as práticas lúdicas deixam de ser meros passatempos secundários e assumem a condição de uma práxis metodológica essencial no Ensino de Geografia, capaz de gerar reflexões contextualizadas e profundamente conectadas com a realidade local dos educandos.

PERCURSO METODOLÓGICO UNIFICADO

A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa) fundamentada nos pressupostos da pesquisa-ação, com forte amparo bibliográfico e documental. A coleta de dados e a intervenção prática estenderam-se por dois períodos marcantes da trajetória acadêmica da pesquisadora em escolas públicas e privadas do município de Catalão (GO):

1. **Etapa de Formação Inicial (Graduação - 2017 a 2019):** Realizada em dois momentos. O primeiro como bolsista do subprojeto do PIBID de Geografia intitulado *"Metendo as mãos nas estratégias de ensino de Geografia"*, no Colégio Estadual Maria das Dores Campos (2017-2018). O segundo na condição de estagiária dos Estágios Supervisionados I, II e III, no Instituto de Educação Matilde Margon Vaz (2018-2019), ambos voltados a turmas do Ensino Fundamental II.
2. **Etapa de Pós-Graduação (Mestrado - 2020 a 2022):** Desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Esta fase expandiu o escopo lúdico para a vertente da Educação Socioambiental Crítica, implementando oficinas de horta ecológica e jogos didáticos interativos voltados a alunos do Ensino Fundamental I

e II, conectando o ensino conceitual aos impactos severos gerados pelas atividades mineradoras e agroindustriais na região de Catalão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DA JORNADA ACADÊMICA

A tabela a seguir consolida cronologicamente e de maneira integrada todas as ferramentas lúdicas concebidas, os conteúdos geográficos abordados e as respectivas evidências empíricas coletadas nas duas grandes etapas da pesquisa.

Nível Acadêmico / Vínculo	**Atividade Lúdica Realizada**	**Conteúdo Geográfico Abordado**	**Principais Resultados e Evidências Empíricas**
Graduação (PIBID: 2017-2018)	**Atividades de Climatologia** (Música, Caça-Palavras, Cruzadinha e Mapas)	Climatologia: Noções de Clima e Tempo, Pluviosidade, Massas de Ar, Temperatura e Umidade.	Discentes demonstraram empolgação e participação ativa. Houve interação harmoniosa com paródias musicais e sucesso na resolução do caça-palavras climatológico, superando a fragmentação do livro didático tradicional.
Graduação (PIBID: 2017-2018)	**Jogo do Campo de Futebol**	Categorias de Análise Geográfica: Paisagem (Natural e Humanizada), Espaço e Lugar.	A mediação lúdica gerou efeitos altamente significativos. Os alunos acertaram a grande maioria das rodadas conceituais; erros pontuais em categorias complexas (como classificar praia artificial ou plantação de soja) tornaram-se ganchos valiosos para debates dialógicos.
Graduação (PIBID: 2017-2018)	**Jogo de Tabuleiro Humano**	Revisão e Consolidação de Conteúdos Bimestrais.	Participação ativa dos estudantes no pátio escolar atuando como as próprias peças; estímulo ao raciocínio lógico-espacial rápido, cooperação e fortalecimento do trabalho em equipe.

Nível Acadêmico / Vínculo	Atividade Lúdica Realizada	Conteúdo Geográfico Abordado	Principais Resultados e Evidências Empíricas
Graduação (PIBID: 2017-2018)	**Planetário Astronômico e Quiz Geográfico**	Astronomia, Sistema Solar, Cartografia, Coordenadas e Movimentos da Terra.	Excelente aceitação em sala de aula e em eventos de extensão (Feira das Profissões da UFG/RC). O dinamismo do Quiz eletrônico via *hiperlinks* instigou a curiosidade de estudantes de múltiplas faixas etárias.
Graduação (Estágio: 2018-2019)	**Fantochaula Musical**	Linguagem Teatral aplicada à Geografia Urbana e Dinâmicas Socioambientais.	Aula fluida, descontraída e divertida. Os alunos cantaram ativamente junto com os bonecos de pano, demonstrando reflexão crítica sobre as letras musicais e os problemas urbanos expostos.
Graduação (Estágio: 2018-2019)	**Oficinas de Alfabetização Cartográfica e Painel "Racha-Cuca"**	Elementos da Cartografia: Orientação, Localização, Escala, Linhas Imaginárias e Fusos Horários.	Desconstrução do medo do erro cartográfico. Embora tenham surgido desafios individuais de transposição do abstrato, a criação de dinâmicas sem teor competitivo reduziu a pressão e permitiu fixação conceitual satisfatória.
Graduação (Estágio: 2018-2019)	**O Bingo Geológico Adaptado**	Geologia: Dinâmica Interna/Externa da Terra, Estrutura Interna, Tipos de Rochas e Minerais.	Integração de conceitos abstratos ao contexto geológico local de Catalão (GO). Realizado com adaptações na premiação (distribuição coletiva e igualitária para todos os 32 alunos), o que mitigou a competição excludente e priorizou o conhecimento coletivo.
Mestrado (Pós-Graduação: 2020-2022)	**Oficina Prática de Horticultura Ecológica e Coleta Seletiva Escolar**	Educação Ambiental Crítica, Resíduos Sólidos, Manejo de Solo e Sustentabilidade Local.	Alunos aprenderam sobre construção e separação correta de resíduos domésticos. A prática conectou conteúdos curriculares às problemáticas ambientais visíveis no cotidiano urbano de Catalão.

Nível Acadêmico / Vínculo	Atividade Lúdica Realizada	Conteúdo Geográfico Abordado	Principais Resultados e Evidências Empíricas
Mestrado (Pós-Graduação: 2020-2022)	**Quiz Ambiental Dinâmico** (PowerPoint via Hiperlinks e Memes)	Educação Socioambiental: Reciclagem, Compostagem, Descarte e Manejo de Resíduos Sólidos e Orgânicos.	O jogo, composto por 35 questões (discursivas, objetivas e verdadeiro/falso), gerou expressiva agitação e engajamento nas turmas. A inserção de elementos humorísticos (memes) cooptou com sucesso a atenção imediata dos estudantes.
Mestrado (Pós-Graduação: 2020-2022)	**Bingo Ambiental Adaptado**	Conceitos Ecológicos: Recursos Finitos, Atitudes Sustentáveis e Cidadania Crítica.	Repetindo o modelo bem-sucedido da graduação, o bingo foi adaptado para evitar premiações individuais exclusivas, minimizando a desmotivação e assegurando a inclusão de todos os estudantes participantes no processo avaliativo.

Tabela 1 - Dinâmicas Lúdicas

Fonte: Organizado por Santos, L.K. Maio de 2026.

Detalhamento e Sequenciamento Didático das Atividades Lúdicas

Com o objetivo de ilustrar a transposição prática e a aplicação real dos recursos lúdico-pedagógicos desenvolvidos ao longo da trajetória de pesquisa (Graduação e Mestrado), apresenta-se a seguir a sistematização visual e descritiva das intervenções, evidenciando as dinâmicas adotadas em sala de aula.

Sequência Didática da Formação Inicial

Esta etapa concentra as ações voltadas para o Ensino Fundamental II, nas quais o foco principal foi a facilitação de conceitos abstratos da geografia física, cartografia e categorias geográficas de análise.

- **Atividades:** Recursos Didáticos para o Ensino de Climatologia.

- Resumo da Atividade: Aplicação de paródias musicais associadas a cartazes dinâmicos, seguidas pela resolução coletiva de cruzadinhas e caça-palavras conceituais sobre elementos e fatores do clima.

A	T	K	M	O	S	F	C	H	U	V	O	S	O	M	S	T	M	P	O
L	I	M	A	S	E	C	L	X	U	V	A	B	Q	E	N	Ç	P	K	U
Z	M	W	F	J	B	T	I	Y	H	M	V	O	P	S	S	W	Q	Ú	R
Y	N	M	Ú	H	B	B	M	S	X	E	A	T	E	Q	W	A	U	M	D
N	O	H	F	X	S	N	A	I	O	Z	Z	W	T	T	C	V	O	I	S
K	Y	J	Q	R	E	J	H	J	K	A	Q	U	E	N	T	E	I	D	F
F	H	K	M	T	C	L	Y	Y	M	A	S	Ç	N	M	E	N	N	O	V
R	I	E	E	Y	O	A	U	Q	A	P	O	I	E	V	M	A	V	V	B
I	D	L	N	U	L	M	H	Z	N	H	S	M	O	I	P	R	O	O	N
O	S	O	O	Ç	L	Ú	G	L	A	X	Z	I	P	A	O	R	Ú	Q	Z
K	A	Q	F	A	A	M	E	N	O	Z	H	E	Ú	P	A	S	S	W	Y
A	A	P	D	D	Ç	Y	X	I	N	Z	M	D	O	X	Q	E	L	T	U
L	X	W	Ú	F	E	W	B	R	C	R	O	H	Ç	A	X	S	K	L	P
O	Q	X	Q	W	Ç	W	V	E	T	U	N	U	B	L	A	D	O	A	I
R	L	L	I	M	A	K	E	N	T	Y	A	A	U	O	D	O	J	A	O

Figura 1 - Caça-Palavras climatológico

Fonte: Santos, L. K. outubro 2017.

A atividade acima consistia em determinar os diferentes climas do Brasil: Equatorial, Tropical, Semiárido, Tropical Atlântico, Tropical de Altitude e Subtropical. Nesta atividade, foi utilizado o mapa climático do Brasil, apontando, assim, as regiões do Brasil e os climas que as comportam. Destacando no mapa a região onde moram para recordarem sempre o clima de sua região.

- **Atividades:** O Jogo do Campo de Futebol Conceitual.
  - Resumo da Atividade: Jogo de perguntas e respostas estruturado em um painel que simulava um campo de futebol, utilizado para a revisão dos conceitos de Paisagem, Espaço e Lugar. A dinâmica da atividade foi realizada tendo em vista que o sol nasce a Leste e se põe a Oeste, levando em consideração que a partida de futebol estava acontecendo as 18:00 horas. Com isto, os alunos teriam que observar a rosa de ventos e posicionar o sol na extremidade que apontava para direção oeste, para assim, saber

em qual direção os jogadores direcionavam a bola, toda explicação foi feita aos alunos antes que eles começassem a responder a atividade.

A atividade apresentava 5 questões:

1. Se o Renato jogar a bola para o Marcos, ele chutará em qual direção?

2. Se o Renato jogar a bola para o João, ele vai chutá-la em qual direção?

3. Se a jogada for Marcelo – José – Ricardo, a bola irá primeiro na direção? E depois tomará a direção?

4. Se Marcelo jogar a bola para o Paulo, ele chutará em qual direção?

5. Se o Marcelo foi o craque do jogo e marcou um golaço no "frangueiro" do Carlos, ele chutou em qual direção?

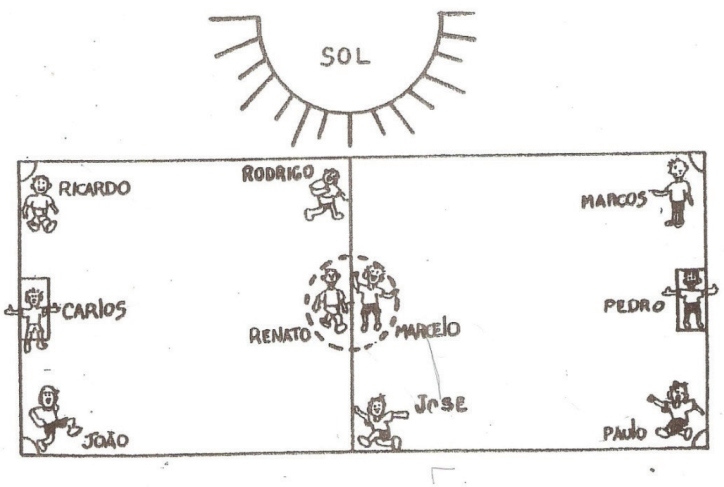


Figura 2 - Atividade Campo de Futebol

Fonte: Rua, João. et al. 1993.

- **Atividades:** Oficina com Planetário Astronômico.
  - Resumo da Atividade: Intervenções de grande escala em que os estudantes atuavam como as próprias peças de um circuito de perguntas e respostas, integrada ao uso do planetário e do Quiz digital via *hiperlinks*.



Figura 3 - Planetário Astronômico na Feira de Profissões 2017 UFG/RC

Fonte: Santos, L. K. Outubro de 2017.

Com o interesse dos alunos e visitantes em participar da atividade na feira de profissões, os pibidianos a desenvolveram uma atividade por meio de uma oficina realizada na 6ª Feira de Ciências ocorrida em novembro de 2017 na UFG/RC. Com o foco na Cartografia e na Astronomia a oficina realizada pelos bolsistas trazendo novamente o *Planetário Astronômico* e o *Quiz Geográfico* com perguntas elaboradas de acordo com estas temáticas.

- **Atividades realizadas durante o Estágio Supervisionado em Geografia:** Fantochaula Musical, Oficinas Cartográficas e Bingo Geológico.
  - Resumo da Atividade: Uso de bonecos de pano teatralizados para discutir problemas urbanos, oficinas táteis de confecção de globos com material reciclável para reduzir a abstração das coordenadas geográficas, e encerramento com o bingo adaptado com foco em premiação coletiva.

A realização da Fantochaula Musical (conforme figura 4) ocorreu por meio de uma aula dialógica, durante toda apresentação, os bonecos (Zé, Bento e Luna) interagiam com os alunos debatendo, questionando e construindo o saber juntamente com a turma. Começando sempre as temáticas a partir da cidade Catalão, como na fala do Zé sobre clima: -Aqui no Goiás possui um clima tropical com duas estações bem distintas: uma de Seca que vai de maio a setembro e a outra chuvosa que começa no mês da festa do Rosário aqui em Catalão indo até abril. Mediante a apresentação havia trechos de diálogos seguidos dos questionamentos e das músicas, que por sua vez, eram reproduzidas do *Notebook* para o aparelho de som.



Figura 4 - Fantoches

Fonte: Santos, L.K. outubro de 2018.

Já elaboração dos globos (conforme figura 5) se apresentou como suporte para uma revisão sobre coordenadas geográficas, pois se inseria paulatinamente as informações na bola de isopor. Primeiro solicitou-se que os alunos fizessem a linha do Equador e concomitante a isso alusões sobre o que havia sido discutido nas explanações utilizando os exemplos apresentando tanto pelos alunos como pela estagiária para fomentar a temática. Logo em seguida o Trópico de Câncer e Círculo Polar Ártico, destacando no globo a divisão dos hemisférios Norte, Sul, Leste e Oeste. Por seguinte, o Trópico de Capricórnio e Círculo Polar Antártico, novamente explicitando sobre cada um.



Figura 5 - Globos elaborados pelos alunos

Fonte: Santos, L.K. Maio de 2019.

Para elaboração do Bingo foram formuladas 25 questões, isto é, podiam ser sorteadas até 25 perguntas distintas. O jogo foi produzido para trabalhar com até 100 cartelas, com pouco mais de 2.500 combinações diferentes, não havendo cartelas repetidas, podendo assim, ser utilizadas em diversas turmas. Cada cartela com 25 opções para marcar (conforme figura 6). As cartelas foram produzidas através gerador de tabelas do programa Microsoft Excel, as fichas com as perguntas e respostas são enumeradas de forma correspondente, por exemplo: a ficha 1 terá a sua pergunta e resposta. A atividade trouxe empolgação dos alunos e resultados animadores.

B	I	N	G	O
Transformantes	Litosfera	Card.Bingo Convergente	Crosta	Himalaia
Ígnea	Epirogênese	Manto	Nióbio	Nazca
Vulcanismo	Terremoto	Free	Divergente	Metamórficas
Pluma Mantélica	Granito-Gnaisse	Andes	Geoide	sedimentares
Arenito	Granito	Orogênese	Pangeia	Sul-Americana

B	I	N	G	O
Vulcanismo	Granito	Card.Bingo Convergente	Nióbio	Nazca
Pluma Mantélica	Terremoto	Andes	Divergente	sedimentares
Transformantes	Epirogênese	Free	Geoide	Himalaia
Arenito	Litosfera	Manto	Pangeia	Metamórficas
Ígnea	Granito-Gnaisse	Núcleo	Crosta	Sul-Americana

Figura 6 - Cartelas do Bingo Geológico

Org.: Santos, L. K. Abril, 2019.

Sequência Didática da Pós-Graduação

Esta etapa consolida a transição metodológica da pesquisa para o campo da Educação Socioambiental Crítica, unindo dinâmicas de conscientização ecológica a conteúdos geográficos do cotidiano urbano de Catalão (GO).

- **Atividade:** Oficina de Horticultura Ecológica e Gestão de Resíduos.
  - Resumo da Atividade: elaboração prática de mudas e caixas de coleta seletiva customizadas na escola, permitindo aos alunos vivenciarem o manejo do solo, a compostagem e a separação correta de resíduos orgânicos e sólidos.

Cada aluno pode escolher entre dois ou três tipos de sementes como: tomates, cebolas, alecrim, coentro, salsa, morangos, pimentões, couve, arruda, melancia e dentre outros. Eles foram designados a manter e cuidar das mudas durante todo o ano (conforme figura 7), foram feitas diversas experiências, dentre as quais pode-se destacar, o semeio de sementes de maças na geladeira e semeio de sementes em estufa fechada.



Figura 7 - Sementes de maça após 30 dias na geladeira/ experiência de aluno do 7° ano

Fonte: Santos, L.K. novembro de 2020.

- **Atividade:** Quiz Ambiental Interativo com Recursos Digitais (Memes)
  - Resumo da Atividade: Aplicação de um jogo eletrônico projetado via Datashow contendo 35 questões discursivas e de verdadeiro/falso sobre sustentabilidade local, utilizando elementos da cultura digital contemporânea (memes) para capturar a atenção imediata das turmas.

A dinâmica lúdica tinha (conforme figura 8), questões variadas sobre as temáticas abordadas durante as explanações sobre reciclagem, compostagem, descarte e manejo de resíduos sólidos e orgânicos. Os alunos se organizaram em grupos responder as perguntas.



Figura 8 - Quiz Ambiental

Fonte: Organizado por Santos, L.K. 2022.

O jogo abarcava 35 perguntas entre verdadeiro ou falso, alternativas de "A" à "D" e questões discursivas, sendo projetado no *Data Show*. Contendo muitos *memes* para tornar a dinâmica ainda mais divertida, cooptando a atenção dos escolares, pois, os jogos se forem usados de forma pedagógica são capazes de mediar complexos conteúdos de forma significativa e dinâmica, levando ao aluno um meio novo e ao mesmo tempo curioso e empolgante de apreender. Havia também perguntas direcionadas também a realidade ambiental de Catalão (conforme figura 9).

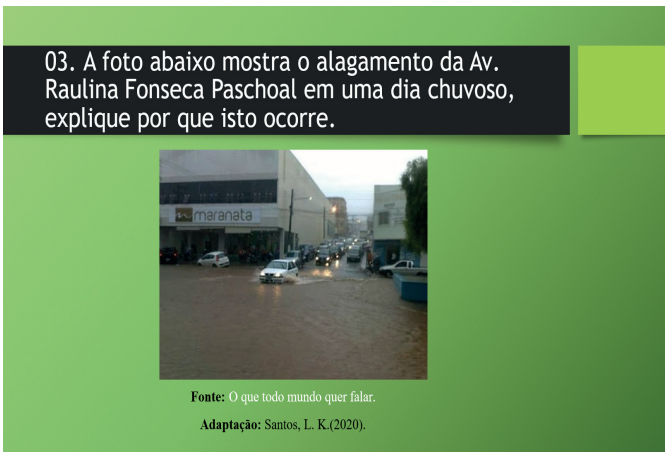


Figura 9 - Quiz Ambiental

Fonte: Santos, L.K. Maio de 2022.

Para finalizar a parte teórica, foi realizado o bingo ambiental e uma atividade de verificação de aprendizagem (conforme figura 10) que consistia em ilustrar as coletas seletivas informando o descarte correto de cada uma, os alunos deveriam colocar o dia em que a coleta é realizada no seu bairro. Logo após podem criar um painel de aviso de coleta dos bairros da cidade.



Figura 10 - Atividades sobre a coleta seletiva

Fonte: Santos, L.K. Maio de 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise integrada da jornada acadêmica da pesquisadora evidencia que o uso planejado de atividades lúdicas e recursos não-convencionais constitui uma alternativa pedagógica robusta e altamente viável para o Ensino de Geografia. Ao longo das intervenções realizadas tanto na Graduação (PIBID/Estágio) quanto no Mestrado, observou-se de forma empírica e recorrente a satisfação, o entusiasmo e o protagonismo dos estudantes escolares diante de aulas dinâmicas e interativas.

Na formação inicial, os jogos focaram na quebra do modelo tradicional de decoreba conceitual em geografia física e cartografia, provando que é possível aproximar noções abstratas do universo lúdico do aluno. Na pós-graduação, essa mesma lógica estendeu-se com sucesso para a Educação Socioambiental Crítica, demonstrando que brincadeiras dotadas de intencionalidade pedagógica são capazes de semear a consciência ecológica, estimular a autonomia e formar cidadãos atentos aos problemas que afetam seu próprio meio geográfico e social. Conclui-se, portanto, que a ludicidade não deve ser compreendida como mero entretenimento isolado, mas sim como uma valiosa práxis metodológica contínua, transformadora e essencial para a construção de uma aprendizagem geográfica verdadeiramente significativa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. T. B. de. **Utilização de Jogos de Simulação no Ensino de Geografia. Florianópolis:** UFSC, 1999.

BROUGÈRE, Gilles. *A* função educativa do jogo. In: KISHIMOTO, T. M. (org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia Escolar e a Cidade: ensaios sobre o ensino de Geografia para a vida urbana**. Campinas: Papirus, 2008.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. **O brinquedo e a educação infantil**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

LOPES, M. G. **Jogos na Educação: criar, fazer e jogar.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino de (org.). **Para onde vai o ensino de Geografia?** 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **O professor de Geografia e a elaboração de planos inovadores.** Revista Terra Livre, n. 2, p. 115-127, jul. 1987.

SANTOS, L. K.; GOMES, A.; BERTAZZO, C. J.. Agroecologia, Sustentabilidade e Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos: ações do NEPEA em Anhanguera(GO). **Cadernos Agroecológicos**, v. 15, p. 1-5, 2020.

SANTOS, L. K.; GOMES, A. ; BERTAZZO, C. J. . Agroecologia e sustentabilidade para alunos do Ensino Fundamental. **Cadernos Agroecológicos**, v. 15, p. 1-5, 2020.

SANTOS, L. K.; BERTAZZO, C. J. . Sustentabilidade e Agroecologia na Educação Básica de Anhanguera (GO). **Cadernos Agroecológicos**, v. 15, p. 1-15, 2020.

SANTOS, L. K.; MACÊDO, ROBÉRIO FRANCISCO DE ; BERTAZZO, C. J. . Horticultura ecológica e educação socioambiental: práticas e experiências no Instituto de educação Matilde Margon Vaz em Catalão (GO). In: José Eduardo de Melo Soeiro; Giovanna Azevedo de Moura Venâncio; Larissa Neris Barbosa; Leonardo Azevedo Serra; Arkley Marques Bandeira; Raimundo Lenilde de Araújo. (Org.). **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUAS APLICABILIDADES.** 1ed.São Luiz (MA): EDUFMA, 2021, v. 1, p. 143-151.

SANTOS, L. K.; MACEDO, R. F. ; BERTAZZO, C. J. . FANTOCHES NAS AULAS DE GEOGRAFIA: estratégias de ensino para gostar de aprender. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019, Catalão. **ANAIS DO IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.** Campinas: GALOÁ, 2019. v. 1.

SANTOS, L. K.; BERTAZZO, C. J. . Experimentos de Reciclagem de Matérias Primas Domésticas Para a Produção de Adubos Orgânicos. In: VII Seminário de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação da Regional Catalão, 2019, CATALÃO. **Caderno de Resumos e Programação**. CATALÃO: Universidade Federal de Goiás, 2019. v. 1. p. 30-31.

SANTOS, L. K.; **Educação socioambiental e geografia: práticas e didáticas para a mediação significativa em Catalão (GO)**. 2022. 110 f. Dissertação – (Mestrado em Geografia) UFCAT/PPGEO, Universidade Federal de Catalão, Catalão, 2022., 2019, CATALÃO. **Caderno de Resumos e Programação**. CATALÃO: Universidade Federal de Goiás, 2019. v. 1. p. 30-31.

SILVA, O. G. da; BERTAZZO, C. J. **O planejamento de atividades significativas no ensino de Geografia.** Catalão: UFG/RC, 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CAPÍTULO 8

ENTRE CAMPOSAMAZÔNICOS: ENTRARNAFRONTEIRADAS AMAZÔNIASINTERAMERICANAS

https://doi.org/10.22533/at.ed.3322612018

Geórgia Pereira Limaw

> "(...) unir o global e o local, o dilema de projetar um espaço internacional sobre os vestígios de um sujeito descentrado." (BHABHA, 2007, 297).

Os espaços interamericanos amazônicos que se constituíram nos interstícios das margens das águas de rios, igarapés e "braços de rios", representantes de uma geografia amazônica, podem ser compreendidos como espaços biogeográficos, pois evidenciam pegadas de homens e mulheres em processos históricos diferenciados, tanto no tempo como na circunscrição do lugar, gestando, em alguns momentos, territorialidades invisíveis.

Assim, sob o signo do plasma do tempo histórico, como se refere Marc Bloch (2005), e das territorialidades invisíveis, as experiências sociais constituídas nos espaços interamericanos dos rios, nos remetem às vozes silenciadas, ou não, de um anoitecer de temporalidades de conflitos. Recolocada a partir dos anos 2000, outras respostas foram forjadas por sujeitos que ora se apresentaram sob a bandeira de submissão, ora de resistência.

Ao buscar compreender como se manifestou e, ou se manifesta o problema da relativização da fronteira norte brasileira, a Amazônia Sul– Ocidental entre o Estado do Acre –Brasil e o Departamento de Pando – Bolívia, este se revela ao mesmo tempo como uma zona de conflito e de contato. A partir dos eventos da anexação de território que envolveu a região acreana, esta se configura, segundo a teoria de Turner conhecida na historiografia como "fronteira móvel", mas, ao ser analisada sob a perspectiva "cultural" de BHABHA (2007), o modo de vida constituído no processo da tradição social do extrativismo se apresenta como uma subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para nações e sinaliza a constituição de uma fronteira simbólica[1].

[1] Estamos compreendendo fronteira simbólica como sendo espaços constituídos a partir da lógica de pen-

Considerando as relações políticas entre Brasil e Bolívia e as sociais, com o deslocamento de seringueiros para o território boliviano, a contextualização da temática encontra-se intrinsecamente ligada às transformações ocorridas no espaço amazônico, mais precisamente entre 1903 – ano da assinatura do Tratado de Petrópolis e a década de 1980 – ápice do conflito da terra no Acre.

Vale destacar que o espaço brasileiro da Amazônia apresenta, na divisão geopolítica, uma peculiaridade em relação às fronteiras brasileiras ao norte do país. No quadro historiográfico, o avanço territorial promovido pelo expansionismo colonial, que ocupou a Amazônia por vias hidrográficas, mostra que esta foi esquadrinhada e descrita por navegadores e aventureiros portugueses e espanhóis, desde o século XVI. Assim, as representações de fronteiras da região Amazônica remetem aos séculos XVI e XVII, sob a lógica do Império Português, em que esta se constituiu em espaço de defesa, a exemplo da construção do forte de Belém, edificado por lusitanos, que se tornou o signo do domínio nafoz do Rio Amazonas.

Neste contexto, Peregalli (1982) ao adotar a ideia de expansionismo territorial estruturou uma explicação a partir do pressuposto "fronteiras em marcha". Nesse entendimento, o trabalhador brasileiro, ao ocupar e colonizar territórios além–fronteiras, foi usado como pretexto legal pelo Estado-Nação brasileiro, colonial e pós-colonial, para expandir suas fronteiras e garantir benefícios aos que lucraram com o crescimento territorial, como afirma este autor:

> Enquanto existiu espaço e possibilidades de uma vida melhor, o "povo" penetrou no interior da América [buscando] melhores condições de existência: lutou e perdeu. E o Estado nada fez por melhorar essa situação, embora o utilizasse para justificar o uti possidetis [...]. (PEREGALLI, 1982, p.17).

A territorialidade, que se apresenta sob a tese de "fronteira em marcha", expõe a constituição de região onde as lutas dos contrários são silenciadas ou ocultadas pela lógica do pertencimento, no sentido de fazer parte de um território nacional. Assim, a consolidação territorial promovida pela construção de fortes, monumentos e edificações, erguidos durante a exploração mercantil dos séculos XVI e XVII, constitui uma estratégia geopolítica colonial deposse e domínio, o que na Amazônia representou uma forma de demarcação do espaço e a criação de uma territorialidade sob a dominação brasileira.

Nessa mesma lógica, Andrade (1995), ao pensar a territorialidade, aponta o problema central em sua tese, no que tange à relação entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente pelas fronteiras e o território ocupado. Para este autor,o povoamento entendido como civilidade, à medida que avançou para o "Oeste e o Norte", integrou ao país áreas anteriormente "vazias" ou ocupadas

sar a experiência cultural dos sujeitos, e nesse sentido, é uma fronteira imprecisa e indefinida, antagônica à constituição do território de soberania nacional, por ser permeável, elástica, flexível, fluida, líquida, como pensa BAUMAN, na obra Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 7.

por nações indígenas, total ou parcialmente, afastadas do processo de integração nacional. Neste prisma, a territorialidade pensada por Andrade (1995) pressupõe tanto o que se encontra no território é sujeito à sua gestão, como ao processo subjetivo de conscientização da população de integrar um Estado colonizador.

Desta forma, terminada a aventura no trânsito da ocupação do colonizador, a partir do século XVIII, a mudança da lógica do Império Brasileiro de exploração, domínio e ocupação, passam a legitimar o espaço amazônico, através do direito romano constituído na posse, no sentido de que a "terra pertence a quem a ocupa". Direito este também presente na luta de soberania nacional no começo da República Brasileira, confirmada pelo tratado internacional que anexou as terras acreanas ao Brasil, no início do século XX, como consequência da expansão do extrativismo da borracha, como afirma Costa Sobrinho (1992):

> [...] A macha para o oeste, o chamado oeste ocidental, na busca de seringueira, extrapolou os limites territoriais, implicando uma guerra não declarada entre o Brasil e a vizinha República da Bolívia, cujo resultado foi à incorporação de mais de 150 mil quilômetros quadrados da superfície ao país, área na qual, atualmente, localiza- se o Estado do Acre. (COSTA SOBRINHO, 1992, p.24).

O extrativismo da borracha ao dilatar o território brasileiro, também constituiu uma fronteira nacional "porosa" que até a década de 1970, e particularmente a partir de 1980, promoveu o "livre" trânsito de novas travessias de trabalhadores brasileiros para os seringais bolivianos, como resultado dos conflitos agrários na região acreana. Assim, como explicar os significados e as ressignificações dessas travessias?

A história da Amazônia Sul-Ocidental ao se evidenciar no contexto latino americano como um espaço socialmente constituído a partir do encontro e desencontro de culturas, configura-se como representação de uma fronteira cultural, onde marcos de ambiguidades presentes, particularmente no termo "brasiviano", permitem identificar as diversas temporalidades e sujeitos que expõem as contradições desta zona de conflito e de contato.

Assim, o fenômeno sociocultural apresentado por trabalhadores: seringueiros brasileiros, que habitam ou habitavam a Amazônia Boliviana nos interstícios dos Rios Abunã e Acre, a partir de 1980, expõe uma problemática acerca da relativização da fronteira norte brasileira da Amazônia Sul-Ocidental.

Um estudo sobre as estratégias deste grupo de trabalhadores chamados de "brasivianos", especificamente a partir do contexto das transformações socioeconômicas ocorridas na região acreana nas décadas de 1970 e 1980, permite visibilizar, seja no processo de deslocamento, no modo de vida e, ainda, nas relações de conflitos ou relações de negociações entre nacionais, uma configuração de fronteira sob a dinâmica social para além dos contornos geopolíticos que delineiam uma ideia de limite fronteiriço entres nações.

Neste prisma, estamos compreendendo os espaços interamericanos amazônicos que se constituíram nos interstícios às margens de rios, igarapés e "braços" de rios da floresta inter-amazônica, como forma-conteúdo que evidenciam pegadas de homens e mulheres em processos históricos diferenciados, tanto no tempo como na circunscrição do lugar, gestando territorialidades invisíveis, em razão da circunstância clandestina em que as famílias brasileiras vivenciaram suas experiências nos seringais bolivianos.

Assim, os significados constituídos por estes sujeitos sob o plasma do tempo histórico mostram serem estas territorialidades invisíveis, materializadas em ações humanas a revelar práticas de um cotidiano, representado em múltiplas dimensões no campo político, econômico, mas também, sociocultural.

Remete-nos às vozes silenciadas, ou não, de sujeitos em temporalidades constituídas no conflito (COSTA, 1989), as quais são reivindicadas sob as múltiplas e possíveis respostas forjadas pela história de deslocamentos dos chamados "brasivianos", que ora apresentam submissão, ora resistência e, ainda, sob o véu invisível da clandestinidade que torna visível uma ambivalência de ser e não ser ao mesmo tempo, no substrato da alteridade.

Portanto, a análise da fronteira interamericana da Amazônia Sul-Ocidental, sob as perspectivas dos "brasivianos", se constitui numa rede de relações políticas, econômicas e sociais, como também, psicológicas e espirituais, que permite dimensioná-la em diversos processos a revelar a importância de reconhecer as vozes daqueles sujeitos que realizaram suas experiências neste espaço, porque não se pode prescindir o caráter polifônico do conceitode fronteira neste estudo.

VIDAS EM TRÂNSITO NAS ENTRE-FRONTEIRAS

> [...] teorias críticas contemporâneas sugere que é com aqueles que sofreram o sentenciamento da história – subjugação, dominação, diáspora, deslocamento – que aprendemos nossas lições mais duradouras de vida e pensamento. (BHABHA, 2007, p. 240).

A presença do trabalhador brasileiro em seringais da região do Departamento dePando – Bolívia, apesar de significativa em termos qualitativos, é um assunto pouco estudado pela historiografia brasileira, que prioriza mostrar o Brasil como país receptor de migrantes, a exemplo da imigração italiana, japonesa e espanhola. Contraditoriamente, este também é o país que provoca migrações por diversas causas: falta de oportunidade de emprego; migrações e deslocamentos forçados no âmbito das fronteiras, provocados por conflitos agrários a exemplo dos Brasiguaios (Spinosa, 1998); Brasivianos[2] (Almeida, 1995 e Lima, 2002).

[2] Recomendamos a leitura do antropólogo Alfredo Wagner Breno de Almeida, **"Exportações das Tensões Sociais na Amazônia: Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identidades constituídas no conflito".** Travessia – Revista do migrante. CEM, ano VIII, nº 21. São Paulo, Janeiro/abril, 1995, p 28 a 36. Convém esclare-

Desta forma, os deslocamentos ou migração de seringueiros brasileiros para os seringais da região do Departamento de Pando (Lima, 2002 e Maia, 2002), na condição de trabalhadores desenraizados (Martins, 1997), é tema de grande relevância para aqueles que se preocupam em compreender os fenômenos de migração na fronteira amazônica e as questões correlatas, tais como: a alteridade, a intolerância e a configuração de identidades em fronteiras fluidas (Bauman, 2007), como a que representa a Amazônia Sul-Ocidental, principalmente quando se busca compreender esses fenômenos entre os diálogos da oralidade e da historiografia para reconhecer, através de narrativas de vidas, a voz ativa do sujeito protagonista de uma história como produção de um conhecimento compartilhado de saberes, a exemplo da narrativa de Aldevino Correia.

A memória deste sujeito toma a emblemática frase "sou filho de pais migrantes", como uma forma de apresentar a própria trajetória de vida em trânsito. Em sua narrativa as raízes psicológicas desta frase são significavas em sua linha do tempo para recuperar, em outras memórias esquecidas, o passado de filho, que aprendeu o sentindo da vida na ausência dos pais.

Aldevino Correia, ao acessar os padrões de memória de paternidade e maternidade, identifica os sujeitos pelas representações de pai e mãe, sem revelar seus nomes. Descobre que desses sujeitos de sua história pessoal, apenas lembra que seu pai nasceu no Estado doRio Grande do Norte e sua mãe no Estado de Rondônia. Embaraçado nas próprias lembranças, tenta dizer o motivo da vinda dos pais para os seringais da Bolívia, mas apenas afirma "não tenho ideia quando ou porque eles migraram".

Não teve oportunidade de ouvir o motivo do deslocamento dos pais, pois esses não haviam revelado. Este homem apenasjustifica o fato ao dizer que, quando do seu nascimento, os pais já residiam em seringais bolivianos. Assim, a partir da memória deste ex-seringueiro é possível perceber os itinerários percorridos e como os dramas particulares da experiência de vida no entre– lugares de fronteiras interamericanas e amazônicas são articulados aos contextos das tramas da história do presente.

Neste sentindo, a narrativa de Aldevino Correia evidencia como este sujeito registrou, a partir do cotidiano nos seringais pandinos, os conflitos de terra na região de fronteira do Acre, uma vez que permite enumerar os reflexos da crise agrária iniciada a partir da década de 1970, neste Estado, tais como: o aumento de brasileiros chegando aos seringais da Bolívia, a crise de alimentos, a crise da borracha – preço e falta de compradores, o trânsito entre fronteiras com suas saídas do seringal e o trabalho de "boia–fria" na cidade de Plácido de Castro; o contexto das "derribadas"

cer que por brasivianos entende-se os trabalhadores brasileiros que ocupam o território boliviano. LIMA, Geórgia P. **"BRASIVIANOS: uma experiência social na fronteira do Abunã" (1970/1980)**. Dissertação de Mestrado, UFPE. Recife, 2002, p. 13.

e os retornos para os seringais da Bolívia, motivado pela falta de trabalho no Acre. Nesta narrativa é possível trabalhar o contexto das décadas de 1970 a 1990, nesse Estado, a partir do olhar do seringueiro no interior da Bolívia.

Isto implica afirmar que, através da oralidade de um seringueiro no interior da Bolívia, é possível perceber outros sujeitos, bem como, articular os saberes elaborados pela experiência de vida e o conhecimento acadêmico como processos dialógicos, visando analisar um contexto interamericano de fronteiras amazônicas, inicialmente, entre as décadas de 1970 a 1990, com o objetivo de entender o fenômeno de deslocamento forçado de trabalhadores seringueiros para a região fronteiriça de Pando.

Começamos nosso diálogo por um lugar comum da vida de Aldevino Correia, o lugar do seu nascimento. A Colocação Camponesa, localizada em território boliviano, se constituiu,na narrativa deste seringueiro, como símbolo[3] para entender o sujeito migrante clandestinoem território boliviano, que o situa no tempo e no espaço de vivência naquela fronteira. A partir de seu local de nascimento, Aldevino Correia pensa sobre sua relação com os seringais de fronteira.

Lembrar dos sentimentos de abandono e de solidariedade, que associou àquele lugar de trânsito, e mesmo as saídas daquele lugar fronteiriço, analisadas no contexto dos significados expressos por este sujeito: o abandono paterno, a separação dos pais e o tempo noabrigo, simbolizados no local de nascimento, ou seja, o narrador não cogitou outros significados ou interpretações.

A Colocação Camponesa marca nitidamente a vida desse sujeito no seu trânsito de migrante temporário e clandestino, que se traduz, também, em expressão do modo de vida da própria mãe de Aldevino Correia após a separação, e evidencia uma imagem de vidas em trânsito nos seringais bolivianos.

A narrativa se compõe sob a lógica do tempo da memória, em que é possível perceber os contínuos e os descontínuos do vivido. Assim, sob o tecido de seu recorte temporal, caracterizado por pós-tempos de abrigo, ele expõe um retrato da mãe, como sendo uma mulher sem "*paradeiro"*, "*abandonada"*, outros filhos criados à semelhança da vida deste narrador, que faz uso da palavra "*esfacelado"* para exprimir a falta de unidade familiar, bem como, ao identificar o trânsito materno *sem paradeiro* permite localizar as redes de solidariedades entre sujeitos nos seringais bolivianos, a exemplo de uma família seringueira que dispensou a ele, e aos irmãos, o "*cuidado*" e ainda, os direcionou na vida através dos "*conselhos*".

[3] O ato de migrar convencionado desde a história dos pais e relacionado à própria história, marca o lugar de nascimento como relacional e, portanto, simbólico. Verena Kast em sua obra "**A dinâmica dos símbolos"**, explica que "o símbolo é um objeto totalmente cotidiano, percebido pelos sentidos, mas aponta para algo enigmático, um significado [...] esse objeto cotidiano e seu significado não podem ser separados. [...] Esse ponto de vista do simbólico condiz com uma imagem de ser humano que entende a realidade humana cotidiana como enraizada em um enorme contexto". Petrópolis, R. Janeiro: Vozes, 2013, p 19/22.

A memória da mãe se apresenta como um episódio recorrente nessa narrativa, ao demonstrar o tempo em que morou no Seringal Lorena, a gravidez da mãe sutilmente é apresentada como uma forma do sujeito identificar a partir das ações de outros migrantes clandestinos, as implicações de um viver na fronteira pandina, onde abandono e solidariedade são elementos constituídos nas redes de relações naqueles seringais, permitindo ao sujeito dar sentido a própria história entrelaçada à situação familiar vivida. Assim, os espaços que se constituíram significativamente no contexto da vida de Aldevino Correia desde o seringal onde nasceu, Monte Caseiro até o abrigo[4], na cidade de Rio Branco e o retorno aos seringais da Bolívia, reafirmam a trajetória migrante.

Vale reconhecer que a rede de solidariedade, construída em razão do tratamento dispensado ao sujeito, sugere pensar a perspectiva do espaço-tempo em que se estabeleceram os vínculos solidários entre sujeitos, no Seringal Lorena, como algo intrinsecamente ligado aocomportamento humano em busca de sentir-se valorizado como pessoa. Assim, ao recontar sua história de seringueiro em trânsito, Aldevino Correia revela o sentido do pertencimento associado às relações sociais de um migrante ligado a uma comunidade-destino (Bauman, 2005).

A narrativa constituída, a partir da imagem de família, se apresenta como uma base relacionada ao cotidiano concreto da própria condição de clandestino que interrompe a lembrança materna e narra: "*eu aprendi a cortar seringa".* Poderia haver identificado outros níveis de significações, mas, instigava a própria memória para criar os nexos internos da narrativa.

A aprendizagem de cortar seringa se apresenta como algo a imprimir um significado à vida, uma relação direta do lugar de nascimento e o cotidiano de trabalho no seringal, bem como um sentido indireto, ao mencionar o seringal, daquela aprendizagem que representa o espaço da entre-condição do seu trabalho, iniciado ainda na fase da adolescência, demonstra reconhecer que se constituiu como seringueiro "deslocado", em razão das experiências sociais que estabeleceu ao logo de sua história de vida.

Nessa narrativa a criança é projetada no mundo do trabalho, quando diz: "eu trabalhava que nem uma pessoa adulta". Em suas lembranças, o seringal se apresenta como lugar de trabalho que excluía o tempo da brincadeira, uma vez que o agrupamento familiar se constituía no núcleo de produção de bens comuns. Assim, a partir dos nove anos de idade começa a participar da divisão social do trabalho no seringal, na atividade agrícola, no roçado. A existência do meeiro também presente demonstra que a unidade produtiva, embora familiar, admitia, no seu interior, o trabalhador autônomo/agregado.

[4] Como Aldevino Correia não lembra o nome do abrigo, se torna importante informar que na cidade de Rio Branco a maior referência de abrigo desde a década de 1940 até a década de 1990 é o Educandário Santa Margarida, criado durante a década de 1940, sendo denominado inicialmente como Preventório, visando o atendimento aos filhos de famílias portadoras de hanseníase e, ainda continua suas atividades, atualmente, com a finalidade de servir ao amparo à criança em vulnerabilidade social.

Neste cenário, Aldevino Correia narra a fuga deste núcleo de trabalho e começa a apresentar os traços de sua história como seringueiro. A representação de trabalhador do extrativismo aos treze anos de idade, na condição de meeiro, identifica o cortar seringa comoo elemento a expressar a própria história.

As saídas e retornos de seringais, em razão da natureza do trabalho que realizava, mostra o enigmático mundo simbólico criado por este ex- seringueiro em sua narrativa. Entrelaçado com o cotidiano de sua experiência social se torna um sinal para reconhecimento de uma história do sujeito em movimento, do trânsito, para além da conjuntura político-econômica que envolvia sua condição de trabalhador no entre– lugar do seringal Lorena.

Em sua narrativa, Aldevino Correia demonstra habilidade em articular o particular e o geral quando expõe as temporalidades representadas tanto no cotidiano do seringal em território boliviano, quanto às mudanças socioeconômicas da região acreana, que se integravam no espaço interamericano amazônico, pois a década de 1970 foi identificada pelo narrador como espaço- tempo de continuidades e descontinuidades do modo de vida extrativista. Que mudanças estão presentes no contexto amazônico brasileiro?

A conjuntura histórica, compreendida por este ex-seringueiro como *negócio da frente pecuarista,* encontra-se intrinsecamente ligada ao processo de expansão capitalista para a Amazônia, iniciada em fins da década de 1960 com a ocupação territorial e econômica que ganha impulso a partir dos anos de 1970.

O *slogan* da política do Estado burguês de ocupação da Amazônia: "a terra sem homens para homens sem terra", ganha sentido no plano de produção tipicamente capitalista. O cenário amazônico brasileiro após a II Guerra Mundial, compreendido pelo historiador Pedro Martinello (2005), evidencia um processo de decadência do capital comercial[5], que durante os contextos históricos de organização do chamado I e II surto da economia gomífera fora estabelecido pelo endividamento e a subordinação indireta do trabalho pelo capital.

A partir da década de 1970, o economista Adalberto Ferreira (1982) explica a transferência do capital e domínio da terra no Estado do Acre, por grandes empresas ou empresários oriundos do centro-sul do país, como sendo uma fase de expropriação e expulsão do seringueiro das colocações e como um processo de subordinação direta da terra ao capital especulativo. Ampliando este campo de entendimento, o sociólogo Marcilio Ribeiro de Sant'ana (1988) em sua análise da expansão capitalista na Amazônia, particularmente no Estado do Acre, demonstra a associação entre Estado e capital através dos subsídios de incentivos para instalações das empresas do centro-sul do Brasil na Amazônia a partir da década de 1960 (Sant'ana, 1988).

[5] O capital comercial operava através das casas aviadoras, financiadas pelas empresas exportadoras ligadas diretamente ao capital internacional, que forneciam mercadorias aos seringalistas, que repassavam aos seringueiros. [...] o capital internacional, situado no topo, além de sustentar a demanda da borracha que financiava, por consequência, controlava toda a cadeia de aviamento com a mediação do capital comercial. (REGO, 2002).

A análise do economista José Fernandes do Rêgo (2002), demonstra o atrelamento do Estado capitalista e suas políticas públicas, no processo de intervenção econômica na sociedade entre conflitos e articulações. Concluiu e apresentou o conceito "neo-extrativismo" como uma reposta possível à complexidade das populações tradicionais e o desenvolvimento para a Amazônia.

No estudo realizado sobre o contexto de expansão da fronteira do capital e das diversas disputas entre sujeitos, visando analisar as experiências sociais de brasileiros em território boliviano, afirmamos que o processo de desdobramentos das políticas públicas sobrea fronteira norte, está associado ao capital como um dos fatores responsáveis pelo deslocamento de trabalhadores brasileiros para os seringais pandinos.

Assim, embora as terras dos seringais bolivianos não tenham sido alvo direto do processo da frente pecuarista que provocou a mudança na forma de propriedade e uso da terra no Estado do Acre, indiretamente se configuraram como terras livres à migração de seringueiros[6] e suas famílias, expropriados e expulsos das colocações acreanas, bem como, representantes dos desdobramentos de políticas da chamada ocupação da Amazônia pelo capital, numa contextualização dos conflitos agrários brasileiros em território boliviano.

A narrativa de Aldevino Correia, expõe várias passagens de seu trânsito entre–fronteiras, algumas temporalidades se apresentam confusas, em razão das repetições demonstram que a memória descreve o vivido e, por vezes, ao relacionar com o tempo cronológico, os conteúdos qualitativos se misturam e provocam desarticulações tempo-espaço vivido. Neste caso, a riqueza dos acontecimentos narrados sobrepuja o tempo estático. Os significados que o próprio sujeito clandestino expressa de sua experiência constitui uma teia de sentidos particulares interligados com um coletivo de deslocados no chão interamericano e amazônico: "*dei uma brigada com meu irmão lá, aí ela mandou eu ir procurar meu destino"*.

Assim, ao mencionar o momento em que viveu com sua mãe e irmãosna região do município de Plácido de Castro (Acre), chama atenção a um fato que a lembrança traz de volta e, considera importante para ser revelador, evidenciando que o ato de deslocar-se, para além das questões de conjuntura presente no contexto histórico acreano, está relacionado às situações familiares que se apresentam como fatores e também estimulam o sujeito a migrar. Qual o destino de Aldevino Correia? Diante dos desencontros, narra repetidas vezes ao longo de sua fala: "*eu voltei, pro Seringal Monte Caseiro*", recontando os retalhos do vivido que sua lembrança esquematizou do trânsito na fronteira do Rio Abunã e expõe os motivos de idas e vindas.

[6] "Atravessar a fronteira é ainda uma das melhores opções para muitas famílias de seringueiros acreanos, depoisque os seringais começaram a ser vendidos a investidores do sul. O fato já foi denunciado no Congresso, e o INCRA confirmou que cerca de 40 mil acreanos passaram a fronteira e estão trabalhando nos seringais da Bolívia" Boletim Nós Irmãos da Prelazia Acre Purus, Rio Branco –Acre, Ano III, nº 8, Agosto/1974.

Esta narrativa ao marcar a região fronteiriça do Rio Abunã como espaço de compra e venda de gêneros produzidos no interior dos seringais e colocações bolivianas, negociadas porcomerciantes brasileiros. Identifica o comprador como Luís Gonçalves[7], seringalista, caracterizando-o como sendo "*o chefão*", sinalizando que este espaço se constituía em intenso trânsito de mercadoria e pessoas e, principalmente, em relações socioeconômicas que eram realizadas com outros sujeitos brasileiros.

Ao denominar os seringais em terras bolivianas e seus proprietários brasileiros, ao dizer: - *"o seringal Monte Caseiro era do José Nolaço da Silva"*, ressalta uma particularidade quanto ao seringal da Lorena ao identificar uma mulher como sendo sua proprietária: *"Francisca Galdino conhecida como França Galdino"*. Este é o primeiro indícioda mulher como proprietária de um seringal em território boliviano. Mesmo que a narrativa não descreva com detalhes sobre a presença desta mulher, provoca pensar uma proprietária brasileira de terras no espaço boliviano, no momento que todo o processo de comercializaçãoé realizado pelo seringalista, brasileiro, Luís Gonçalves Pinto.

Esta situação permite compreender o livre trânsito de pessoas nesta região fronteiriça, uma vez que as relações estabelecidas em território boliviano, neste momento, demonstram uma continuidade daquelasrealizadas nos seringais brasileiros. A este respeito escreve Martins (1982):

> [...] Vale do Abunã, Bolívia – Dezenas de seringais – grandes e médios latifúndios – situados em território boliviano, ao longo dos vales dos rios Acre, Xapuri e Abunã, pertencem e são habitados por brasileiros. [..] A ocupação desses vales por brasileiros, que chega a atingir uma distância de 50 km para o interior do território boliviano, teve início há mais de 70 anos. Hoje aos poucos bolivianos que aí aparecem [...] para cobrar impostos aduaneiros: em sua quase totalidade, os 31 mil habitantes da região são brasileiros. (p. 92).

Aldevino Correia, em sua narrativa, descreve que aos quinze anos de idade retornou para o Seringal Monte Caseiro, na condição de meeiro, identificando que esse seringal passou por uma crise de abastecimento de mercadorias e na venda dos produtos da floresta (castanha e borracha). Ao explicar a situação vivida naquele momento com a chegada de outras pessoas, expressa o contexto da crise econômica do extrativismo na região acreana a partir de 1975, quando o modelo agropecuarista passou a transformar os antigos seringais em fazendas, bem como, os conflitos sociais agrários se tornaram os grandes responsáveis pelo deslocamento de famílias de seringueiros para os seringais da Bolívia.

A contextualização dos conflitos agrários acreanos foi manifestada além–fronteira, particularmente, nos seringais bolivianos na região do Rio Abunã e, na narrativa em questão, o sujeito, ao descrever acerca da mudança alimentar, identifica como a conjuntura socioeconômica acreana afetou o cotidiano de famílias seringueiras que habitavam o seringal boliviano Monte Caseiro.

[7] A presença de seringalistas brasileiros em território boliviano no vale do Abunã "Milton Cardoso de Lima, Luís Gonçalves Pinto, José Francisco Alves de Alencar são grandes arrendatários brasileiros [...], foi registrada por Edilson Martins na obra: Amazônia a última fronteira. 2ª Ed. Rio de janeiro, 1982.

Reconhecemos em uma simples representação de Aldevino Correia: *"passei a comer maxixe",* a percepção deste sujeito quanto aos efeitos da crise nos seringais bolivianos e o agravamento desta na circunstância vivida: *"tinha dia que o negócio apertava".* O que nos permite entender como ele compreendeu outros processos articulados e intrinsecamente ligados que se manifestaram em seu cotidiano e, como o hábito alimentar traduz essas articulações, além de demonstrar como o modo de cozinhar modificou e expressou aquele momento de crise: *"a situação era precária"*. Isto possibilita compreender os reflexos das políticas públicas brasileiras no contexto interamericano e amazônico nesta região.

O tempo da crise narrado no Seringal Monte Caseiro, identificado como uma *"crise doida",* datada o ano de *"mil novecentos e setenta e seis"*, contextualiza, a década de 1970 na historiografia local como sendo o período da falência e transferência dos antigos seringais aos fazendeiros e grupos de empresários oriundos do centro-sul do país (Silva, 1992). Ao associar àquela crise, primeiro à situação econômica quando afirma que não conseguia vender borracha e, segundo, ao súbito crescimento demográfico no seringal: *"muita gente [...] quatro pessoas pra trabalhar [e...] umas dez, doze pessoas só pra comer"*, elege osfatores econômicos e do crescimento demográfico para explicar como a crise assolava o seringal Monte Caseiro em 1976.

O contexto histórico da década de 1970 se constitui como uma referência para pensar as diásporas clandestinas amazônicas, que reapresenta a história dos deslocamentos e a presença de trabalhadores brasileiros em território boliviano desde o século XIX. Entretanto desde que definidas as fronteiras, momentos significativos desses deslocamentos foram sendo registrados. Costa Sobrinho

(1996) informa que durante a chamada "Batalha da Borracha" mais de dois mil brasileiros se internalizaram nos seringais bolivianos. Conforme a tabela a seguir:

Ano	Quantidade	Fonte
1942 - 1945	2.000 pessoas	**Costa Sobrinho, 1992.**
1980-1990	15.000 famílias	**Relatório "Realidade de brasileiros na Bolívia, 1992.**
2001	200 famílias (Cadastro)	**Limberg Rosell, diretor departamental do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra) da Bolívia. 2001.**
2006	7 mil	**Ambiente acreano, 2006/ Dep. de Migração, Assessora Lourdes Loredo, 2006.**
2009	1.643	**Relatório da OIM – Censo /2009 e pós-censo/2010**
2010	**1.500**	**Relatório INCRA-AC (2010)**

Tabela 1 - Temporalidades de deslocamento de brasileiros para seringais de Pando–BO.

Fonte: elaborado pela autora (2014).

A narrativa de Aldevino Correia entrelaça outros processos de deslocamentos do trabalhador brasileiro e permite compreender as articulações socioeconômicas nesta região fronteiriça do Abunã, bem como, afirmar que os limites fronteiriços entre Brasil e Bolívia não impediram que os efeitos dos desdobramentos de políticas públicas para a Amazônia, especialmente, da Amazônia Sul-Ocidental, sendo a crise agrária acreana um desses acontecimentos que contextualiza os conflitos sociais brasileiros além do âmbito nacional.

Entretanto, vale ressaltar que as lembranças de Avelino Correia do momento de crise no Seringal Monte Caseiro, possibilitou que outras narrativas fossem expressas e mostra que a memória, a partir da dinâmica do vivido, evita os julgamentos apressados do tempo cronológico. Assim, enquanto descrevia os vários seringais, a exemplo da prosperidade do Seringal Lorena, expõe suas caminhadas no trânsito em outros espaços como descreve: *"desci aqui no rio Abunã, entrei num igarapé Curixã, fui morar num seringal lá dentro, chamado Reforma de propriedade do senhor Amarante, lá eu passei mais de seis meses".*

Este seringueiro por segundos, silencia e olha o rio à frente, e neste instante, o inaudível até aquele momento da narrativa se expressa, como uma auto-definição de si a partirda própria caminhada: "*passei uma trajetória assim meio ambulante, parece que eu tinha um espírito de andarilho".* Neste trecho de sua narrativa Aldevino Correia, ao se denominar um andarilho, se reporta às suas idas e vindas entre os espaços interamericanos e amazônicos dos interstícios do Rio Abunã, como uma das regiões integradas socialmente por grupos de trabalhadores brasileiros, que consolidam uma experiência transnacional de fronteiras em processo de alteridade.

A segunda parte da narrativa começa quase que como uma rima ao idealizar o próprio trânsito entre-fronteiras: "*bem, aí de lá, de lá eu sai, aí vim aqui pra Plácido*", de forma a garantir o entendimento de que iria se referir ao seu retorno e estada na região acreana do município de Plácido de Castro. No ano de 1977, ao enfocar a sua situação de trabalhador, durante o tempo que passou no município de Plácido de Castro, revela o contexto de reposição como trabalhador: *"aqui quando eu cheguei fui trabalhar como boia-fria"* é significativa a referência de boia-fria no cenário placidiano, uma vez que as mudanças em perspectiva ainda estavam em processo.

A experiência de reposição no trabalho entre-lugar apresentada por Aldevino Correia traduzida por "boia-fria" e "seringueiro", possibilitou-lhe comparar estas duas atividadesencontrando um elemento comum entre ambas: a *"comida fria"*. Contudo, ao dimensionar os atributos próprios de cada atividade expõe as suas diferenças. Assim, ao vender sua força de trabalho para o proprietário da terra, o "boia-fria", como trabalhador temporário sob o domínio do capital nesta região, desmata, pois seu trabalho se constitui em *"brocar mato",* enquanto, a base ativa do seringueiro é o extrativismo e, nesse sentido depende da floresta.

Embora não tenha percebido as contradições dessas duas atividades, no contexto das mudanças em perspectivas na região acreana a partir da década de 1970, é fato que a experiência de Aldevino Correia como trabalhador temporário, um migrante no núcleo urbano de Plácido de Castro, possibilitou uma reflexão em reconhecer na síntese do trabalhador *"boia-fria",* às próprias condições de trabalho do *"seringueiro".*

Ao continuar a sua narrativa, no retorno ao trabalho extrativista realizado no seringal chamado Boa Água, identifica este como sendo o primeiro seringal do lado brasileiro que trabalhou. Quanto ao Seringal Monte Caseiro localizado em território boliviano, declarou que este é o seu *"ponto de parada"* de sua *"trajetória meio ambulante"* como "*espírito andarilho*".

O trânsito livre entre-fronteiras marcam os itinerários apresentados nesta narrativa. A frase *"arrumei as tralha e fui"* expressa as idas e vindas dos seringais bolivianos ao município de Plácido de Castro expõem o dinamismo social de entre–lugares que representam contexto de temporalidades dinâmicas do vivido na experiência deste sujeito que atuou como "seringueiro", "boia-fria", e por último, "comboieiro" e novamente "seringueiro". As atividades que realizou se dimensiona a partir dos fragmentos dessas identidades, forjadas em experiências de um viver transitório que o próprio Aldevino Correia identifica como vida de "andarilho" e exemplifica o protagonismo de sua vida.

O interessante é perceber as marcas dos momentos desse transitar entre-fronteiras realizado por Avelino Correia, que foram identificados por datas precisas, denotando a importância dada por ele àqueles acontecimentos descritos nas entre–condições do trabalho na região. Ao mencionar os meses e anos de ocorrência de entradas e saídas dos seringais bolivianos, possibilita perceber que o trânsito "livre" apresentado se encontra intrinsecamente ligado aos momentos da produção extrativista – coleta de castanha e corte de seringa – que correspondem aos meses de janeiro a agosto, enquanto que as "derrubadas" eram realizadas nos meses da chamada "estiagem[8]". Pode-se afirmar que o trabalho sazonal seja um dos fatores responsáveis pelo "livre" trânsito interamericano e amazônico.

Ao contar sua história, Aldevino Correia, como já mencionado, considera que tem uma trajetória ambulante e designa-se como "*um espírito de andarilho*", o que se justifica por ter no chão inter-amazônico as marcas de suas pegadas em diferentes processos de encontros e desencontros por injunção da dinâmica do vivido. Chama-nos atenção o fato desse sujeito ter elaborado sua ideia de nacionalidade a partir do alistamento militar, revelando o entre-lugar das fronteiras fluidas.

[8] O fenômeno da estiagem é designado como tempo seco de poucas chuvas que ocorrem durante o verão na Amazônia Sul-Ocidental a partir do mês de agosto, período que corresponde aos desmatamentos e, principalmente, às queimadas. (http://www.portaldopurus.com.br/index.php/purus-2/9780-estiagem--governador- decreta- estado-de-emergencia-em-cidades-do-acre).

Ao narrar sobre o alistamento militar apresenta uma situação intrigante de sua entre-condição de trabalhador temporário. É a partir desse fato que passa a expor as contingências como uma alternativapara sair de onde estava*:"eu não tinha outra maneira pra dizer que vinha embora, aí eu inventei que vinha me apresentar"*. Com esta atitude o cenário nacionalista é exposto como uma invenção que constituiu parte de sua história. No imaginário deste seringueiro, o ideal nacional estava latente ao assegurar que por ser registrado no Brasil tinha que servir ao exército brasileiro.

Os signos pátrios do registro de nascimento e o alistamento militar formam seus atributos de nacionalidade brasileira. Ao explicar a expressão "*inventei*", Aldevino Correia dá a entender que sabia da sua não condição de ser aceito no Exército Brasileiro. Nesta parte da narrativa expõe a força do seu imaginário nacional, uma vez que o propósito de servir ao exército brasileiro se apresenta como a forma que teceu o imaginário nacional para representar sua condição no entre-lugar de fronteiras, mas, a inversão dos valores pátrios negociados como uma estratégia de fuga de uma situação insatisfatória faz com que, posteriormente, retorne ao território boliviano juntamente com seu irmão mais novo.

Ao atravessar o Rio Abunã, após haver concebido e reinterpretado no seu cotidiano o imaginário nacional brasileiro, havia o propósito de trabalhar para comprar uma casa para sua mãe. O sentido do retorno manifestado em prover a necessidade de moradia da genitora sinaliza para uma mudança na forma de apresentar suas ações e referências quanto ao seu "*espirito andarilho*". Que havia mudado? Compreendeu Aldevino Correia a sua entre condição cidadã perante o Estado Brasileiro? O que passou a representar o viver em território boliviano?

O trabalho nos seringais e colocações ganhava um novo sentido com a ideia de comprada casa nas proximidades da cidade de Plácido de Castro (Acre). Durante a narrativa envolvendo sua mãe, foi possível entrever a psique emocional desse sujeito, que é manifestada nas palavras e expressões de sentimentos guardados na memória, ao dizer: *"até então, eu não morava com ela"*; a nostalgia diante do quadro familiar presente: *"não cheguei a morar com ela",* e, ainda, os ressentimentos calados - mais presentes na memória dizem respeito à figura materna: *"ela vivia com meu irmão mais novo do que eu e mais dois pequeno, três filhos que ela tinha dentro de casa com ela, os outros estavam todo no meio do mundo"*.

Nessas passagens narradas foi possível captar a sensibilidade humana que fluía das lembranças que emergiam em sua fala e reconhecer a potencialidade do sujeito e sua narrativa como objeto de estudo e de subjetividade do trabalho do historiador. Os instantes reflexivos gerados na forte emoção de haver pronunciado: *"vi a mamãe, estava quase morta. Dessa vez ela não resistiu"* é seguido pelo breve relato quanto ao seu propósito de voltar ao seringal Monte Caseiro.

Mas, continua resoluto a narrar em poucas palavras aqueles instantes antes da chegada e o desfecho daquela viagem. Continua sua narrativa se referindo a um passado de caras lembranças: *"arrumamos uma colocação ia trabalhar, cortar seringa, arrumar dinheiro pra comprar uma casinha pra ela aqui nacidade, trazer ela pra cá pra tirar ela do seringal"*. O tempo verbal da expressão "*ia*" usado por Aldevino Correia para exprimir a ação praticada, se revela como um evento não acontecido e traduz certa frustração percebida na inflexão da voz: *"infelizmente, não foi possível"*.

A frase soa como um silêncio inquietante de incompletude de propósitos e se revela como síntese da vida sem paradeiro tal como havia identificado o trânsito materno no início de sua narrativa e, os dois anos seguintes, 1981 e 1982 são narrados sob o influxo desse acontecimento particular. Com seu casamento, no ano de 1983, passa de andarilho entre-fronteiras a andarilho entre-colocações, por dezesseis anos em território boliviano.

Durante a década de 1990 houve situações conflitantes para trabalhadores brasileiros em seringais bolivianos envolvendo questões ligadas basicamente: à terra/território nacional e regularização de migrantes clandestinos – pagamentos de impostos ao governo boliviano, a produtividade e vendas dos produtos – crise dos preços da borracha e, ainda, expulsão por conflitos velados – a chegada de bolivianos nas posses dos seringueiros e apropriações da colocação. Segundo Relatório Final da Comissão Especial/92[9] aponta, em síntese, as principais reclamações dos trabalhadores na região de fronteira dos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia:

> [...] preços da borracha, que é vendida pelo seringueiro entre 2.000.00 e 2.500.00 o KG; os altos preços das mercadorias, a falta de escolas. O preço da "estrangeria" dificulta a vida dos brasileiros. Com a desvalorização do cruzeiro, os 140 mil pesos bolivianos, cobrados, equivalem a aproximadamente 300 mil cruzeiros por cada brasileiro do sexo masculino, maior de idade, anualmente. Em setembro, do ano passado [1991], um brasileiro, Sr. Genário Moreira, que hoje mora no Brasil, deixou sua terra, pois foi "assujeitado a vender por duzentos mil cruzeiros" para um cidadão boliviano. Foi denunciado pelos seringueiros o pagamento da renda correspondente a 20 kg [borracha] por estradas, neste caso um Sr. conhecido como Rodolfo Pena. Conforme alguns, a renda nem sempre é anual. "Este ano ainda não veio". Outra taxa se refere a derrubada para fazer roçado (plantação agrícola) que custa em torno de dez pesos bolivianos. (Relatório Final/1992)

De acordo com este Relatório Final/1992 a situação, de modo geral, dostrabalhadores brasileiros nos seringais bolivianos, particularmente, da região do Rio Acre não diverge da narrativa apresentada por Aldevino Correia, no que tange à crise econômica, especificamente no que diz respeito à produtividade nos seringais e ao preço da borracha, principal produto de comercialização dos seringueiros.

[9] Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, instituídaatravés da Resolução nº 252/92, de 29/10/1992 conforme Requerimento do Deputado Osmarino Amâncio.

Segundo este seringueiro, até 1996, referindo-se à região do Rio Abunã, em especial ao seringal Monte Caseiro, a situação da crise ainda se encontra estável para ele - "*dava assim de aguentar*", mas, a partir deste ano mais precisamente em 1997 diz "*a crise estava feia*". O cenário havia mudado significantemente. O que estava acontecendo?

Há que se considerar que a produção de borracha e castanha dos seringais bolivianos,em sua maioria, era comprada por comerciantes brasileiros, apesar da crise econômica do extrativismo a partir da década de 1970. Estes produtos mesmo continuando sendo a base econômica do Estado do Acre, fato é que as políticas brasileiras de incentivo aos produtos do extrativismo foram exíguas ao longo dos anos das décadas de 1980 e 1990.

Outros fatores que também estão relacionados ao período da década de 1990 foram explicitados pelo Senador da Bolívia, Leopoldo Fernandez, durante a reunião datada de 04/11/1992. Segundo o Senador, no Relatório Final/92, a situação encontrava-se intrinsecamente ligada à "queda internacional dos preços da borracha e da castanha", eacrescenta os interesses do governo boliviano para região fronteiriça do Departamento de Pando-Bolívia, ao afirmar que:

> [...] projetos de desenvolvimento da região de Pando com o apoio do BID [...] projeto–socioeconômico na divisa Pando/Acre, destacando- se também, o projeto Porvenir e Puerto Rico, que visam a extensão do campo agrícola com assessoramento técnico buscando o auto abastecimento. (Relatório Final/92, p. 5).

Aldevino Correia constata, a partir do seu cotidiano no Seringal Monte Caseiro, que "*não tinha mais como sobreviver da* [extração] *da seringueira*". Os baixos preços da borrachae da castanha no mercado nacional e internacional, a partir do final da década de 1980, marcam a crise econômica a que se refere nos seringais bolivianos na década de 1990. Acrescente-se a esse cenário os novos empreendedores agropecuaristas e madeireiros (ESTEVES, 2005; MAIA, 2002), bem como, as mudanças políticas de desenvolvimento em perspectivas para região pandina.

Assim, a narrativa de Aldevino Correia nos proporciona perceber essas mudanças mais gerais no processo de sua vivência no cotidiano daquele seringal boliviano, o que permite relacionar a situação de crise com a situação ambiental de desmatamento[10] do lugar, tendo em vista que a produção da castanha e da borracha "*estava se esgotando*" na Amazônia boliviana.

A partir deste contexto, é significativa a afirmação: "*agora, que eu trabalhava que nem um desesperado*", a procura era para suprir asnecessidades básicas da sua família e reflete o aprendizado de uma vida, de onde retirava os bens através de seu

[10] Crescimento do desmatamento da interamericana e amazônica das regiões do Estado do Acre–BR e do Departamento de Pando–Bolívia. Fonte - http://infoamazonia.org/pt/#!/map=49&story=post-7005&loc=-10.541821094659063,-69.005126953125,7. Acesso realizado em 21/04/2012.

trabalho: "*eu nunca peguei um pedaço de terra pra plantar*". Nesse momento, em razão da crise do extrativismo, ele passa a dar importância ao plantio, lembrando que "*eu às vezes, brocava um pedaço de terra, derribava, tocava fogo* [e] *plantava*". Aldevino Correia ao dizer que "*o sol esquentava* [e] *não aguentava, eu desistia*", justifica o motivo de não realizar a agricultura de subsistência.

A narrativa permite perceber a sua compreensão do trabalho no "roçado" como sendo concorrente da sua atividade principal no seringal, o extrativismo, uma vez que durante o momento destinado à coleta e ao corte da seringa "*o mato cobria e se acabava o roçado*". Tal fato se dava em decorrência de que, no período do plantio, a exemplo do feijão, como foi dito "*no mês de abril*", era o momento da produção da borracha e que ele "*não ia perder um dia de corte pra plantar feijão*". Assim, um dos motivos apresentados para a situação da crise que assolava o seringal boliviano a partir de 1997 estava associado ao trabalho central do seringal ligado ao extrativismo, em detrimento da agricultura de subsistência.

Antes de finalizar, Aldevino Correia reflete sobre o s e r, seringueiro e seu trabalho: "*final de julho, no mês de agosto eu estava estressado*". O que poderia estressar um seringueiro? Ele explica a partir do trabalho no extrativismo, ao apresentar este como um processo mecânico de dois ciclos quase ininterruptos: o de coleta de castanha no início decada ano e o do corte da seringa, durante os meses seguintes. A partir de agosto havia quatro meses que ele identifica como "*livres*". Contudo, associa o ciclo do trabalho extrativista com um elemento próprio da exuberância da floresta, o fato da presença "[daquela] *cigarra do mêsde agosto me dava um desespero*".

> *Há uma cigarra na mata, no mês de agosto que quando come, dispara a cantar é zimnnnnnnnnnnnnnnnnnnnnnnnn* [.. que]*, chega pesar o ouvido da gente. Rapaz! dá um desespero na gente, ó! O destino era só de ir embora, não tinha outro jeito...*.

O zumbido da cigarra no interior da floresta, é concebido como o tempo do trânsito, provoca "*uma vontade de ir embora*". Segundo ele "*era quando chegava e trocava de colocação*". Assim, o fenômeno da cigarra como um fator psicológico pode ser identificado como desespero, bem como, mais um dos motivos que explica o seu espírito andarilho. Isso nos faz inferir que, psicologicamente, o seringueiro sofre uma forma de solidão e exaustão provocada pelo trabalho no extrativismo.

Portanto, a narrativa desse seringueiro revela as múltiplas fases de um clandestino interamericano amazônico que identificou sua posição na entre- condição dos documentos pessoais, uma cidadania brasileira que cabia nunca carteira. Na divisão do trabalho, se encontrava na base da exclusão socioeconômica e o casamento é identificado como elemento de permanência no território boliviano. Este é o lugar onde a experiência de diáspora o conecta ao espaço interamericano das Amazônias até a década de 1990, e representou o espaço de trabalho, moradia e sobrevivência.

Vale ressaltar que a narrativa de Aldevino Correia se encontra intrinsecamente ligada àoutras histórias de vida em movimento, bem como, ao cenário de disputas sociais da décadade 1970, no Estado do Acre, que denotam as lutas dos seringueiros pela terra, os conflitos entre seringueiros e capatazes, que terminaram em mortes, e o processo de politização dos seringueiros, que culminou com a criação de CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros na década de 1980.

Portanto, reconhecer em outros protagonistas, como Francisco Bonifácio de Figueiredo que viveu neste mesmo contexto cronológico uma diáspora. Esta foi registrada na forma de uma entrevista e faz parte da memória do jornal "O Varadouro" do ano de 1978, e se configura como vestígio para compreender a leitura do deslocamento realizada por este sujeito no momento em que atravessar os interstícios dos Rios Abunã, um espaço geopolítico binacional, expõe o trânsito interamericano e amazônico que se representou em diversos momentos históricos como uma estratégia de enfrentamento sob a lógica dos diferentes, desiguais e desconectados do processo de politização dos seringueiros.



Atena Editora
Ano 2026

GEOGRAFIA HUMANA,
TERRITÓRIO E DINÂMICAS GLOBAIS

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2026



GEOGRAFIA HUMANA,
TERRITÓRIO E DINÂMICAS GLOBAIS

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br